

ATA 236ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezessete de agosto de dois mil e dezoito, às nove horas, realizou-se a ducentésima trigésima sexta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Soyla Rachel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Wilson de Sales Lana – SEF, Isac dos Santos Lopes – Federação das Comunidades Quilombolas de MG, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes – Seapa, Gilberto Donizete Ribeiro – Cogemas, Déborah Akerman – Sedese, Silvana Célia de Campos – SEE, Simone Aparecida Albuquerque – Sedese, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas – CMAS Leopoldina, Maria Juanita Godinho Pimenta – Federação das Apae's, Cristiane Isabel Felipe – Sacramentinos, Felipe Serrano Milioreli – CMAS Campo Belo, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros, Ivone Pereira Castro Silva – Cogemas, Eleniudes Santos Silva – FENEIS, Marleide Marques Castro – CRP, Márcio Caldeira – Assprom, Cecília de Araújo Carvalho – Associação Quilombola Porto Pontal, Márcio José Ferreira – Adefib, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo – CMAS Juiz de Fora, Camila Rita da Silva – Seapa, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Misley Mieli, Leonardo Lobato, Fernanda Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Joana Horta, Gabriele, Patrícia Gomes, Paulo Bretas, José Crus, Cláudia Maria Falabella, Marcelo e André (empresa Rai), Beth de Bocaiuva, Tereza de Martinho Campos, Otávio Martins.

José Crus: Bom dia a todos e a todas, externar a nossa alegria de estarmos aqui nessa Casa, no Conselho Estadual de Assistência Social, eu quero cumprimentar o nosso presidente, em seu nome cumprimentar todos os conselheiros, conselheiras, dizer que nós sediamos em BH e realizamos um dos maiores encontros do colegiado de gestores municipais da assistência social, XX Encontro Nacional da Assistência Social que aconteceu em BH entre os dias 30 de julho e 1º de agosto, encontro que reuniu cerca de 2.500 pessoas, encontro que foi muito bem avaliado pelo conjunto dos gestores e respectivas equipes, muitos aqui presentes que tiveram nesse nosso encontro, um encontro que para além do conteúdo demarcou também um momento muito importante

em defesa do SUAS e que nós tivemos oportunidade de fazer muito bons diálogos e de construirmos uma agenda de luta, um conjunto dos gestores municipais de assistência social, agenda para o colegiado nacional e para os respectivos colegiados estaduais de gestores municipais da assistência social, então foi um encontro muito importante. Eu quero agradecer publicamente todo o apoio não só do Ceas, da equipe, muitos conselheiros tiveram conosco nos apoiando e participando ativamente do encontro nacional e também o apoio essencial que a Sedese nos concedeu para realização e para o êxodo do Encontro Nacional. Nós tivemos mais de 350 participantes mineiros então isso também é um registro importante de uma grande participação o encontro aconteceu em BH isso também facilitou a participação nossa no conjunto dos gestores, trabalhadores, enfim suas respectivas equipes de conselheiros no Encontro Nacional, então foi uma participação muito importante não só dos 347 municípios mais de 500 pessoas de Minas puderam participar do nosso Encontro Nacional, um outro registro que eu queria fazer nessa oportunidade dizer que no Colegiado Estadual no Cogemas nós estamos tentando inovar e estamos sendo exigido inovar na nossa organização política no estado no Minas Gerais então no dia 26 de julho nós elegemos representantes regionais então nós estamos dando complitude no estatuto do Cogemas que prevê a representação regional, o Colegiado Regional de Gestores Municipais para integrar a Diretoria do Colegiado Nacional, então nós fizemos isso no dia 26 então nós já temos os nossos representantes do colegiado, ainda não 100% das regiões mas nós esperamos ainda nessa gestão chegar em 100% dos territórios regionais de Minas Gerais com representação do Colegiado Estadual de Minas Gerais, nós também o Cogemas também nessa respectiva da inovação nós instituímos os temas sociais de responsabilidade social, então todos os gestores municipais vinculados ao Cogemas receberam um selo social de reconhecimento do Cogemas de que o município integra as lutas democráticas e participativas em defesa do Sistema Único de Assistência Social então também esse foi um momento importante do Cogemas onde nós pudemos dar complitude e materialização em reconhecimento a esse conjunto de gestores municipais que integram o colegiado municipal nós estamos avançando a cada dia quando assumimos o colegiado nós tínhamos 14 municípios vinculados ao colegiado estadual hoje nós temos quase 100 municípios vinculados, então nós também avançamos muito no diálogo com os gestores municipais qualificando a participação e a vinculação dos municípios ao Cogemas compreendendo que o Cogemas é uma entidade representativa do Sistema Único de Assistência Social nós estamos atentos ao Conselho Estadual aqui com os nossos conselheiros Ivone e Gilberto que representam o Cogemas, estamos atentos a Cib e estamos em várias outras frentes de lutas em defesa do Suas e também na nossa participação no próprio Colegiado Nacional, no encontro nacional já mencionado

também nós elegemos a nova diretoria do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais onde elegemos a Secretária Municipal de São Luiz do Maranhão a Presidente do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais e eu fui eleito o vice-presidente do colegiado nacional dos gestores municipais de assistência social a secretária Ivone também da nossa diretoria integra o colegiado nacional enfim então tem um conjunto de esforços dos gestores municipais para intensificar e ampliar as frentes de luta, de resistência e de organização em defesa do Suas e enfim da sua ampliação em todo território nacional, mais uma vez agradecer o presidente Rodrigo pela oportunidade aqui dos informes, obrigado. **Rodrigo:** Algum outro informe? Não? Márcio? **Márcio Caldeira:** Bom dia a todos Márcio Caldeira-Assprom, um informe com relação a uma capacitação realizada em Congonhas, aonde o conselho designou para que eu representasse o Conselho em uma capacitação, e muito interessante e eu agradeço a oportunidade de quanto é importante a presença do Conselho nas capacitações solicitadas pelos conselhos no interior eu acho que é uma grande oportunidade que a gente se aproxime dos Conselhos para que a gente identifique as realidades vivenciadas por esses Conselhos e que a gente possa ter uma noção das dificuldades para que a gente possa trazer alternativas, a demanda específica dos Conselhos são de várias naturezas, que vai desde processo de cadastro de entidades até constituição de Lei Orgânica do Suas Municipal, então assim é um leque de situações que são de demandas que os Conselhos apresentam que este Conselho necessariamente tem que dar orientação, um norte para que haja um caminho para estes conselhos, foi uma oportunidade, neste encontro que o Ceas teve presente nas Urcmas, eu esqueci qual é a região de Congonhas, mas foram presentes quase 15 municípios e uma grande oportunidade de vivenciar a realidade diferentes desses municípios, municípios aonde existe uma proposição de Lei Municipal do Suas outros municípios que não sabem para onde encaminha os processos, é participação do vereador de Congonhas neste momento da capacitação onde a gente pode fazer uma força para este vereador, apresentar um projeto de lei no município para que houvesse um encaminhamento, acho que na oportunidade que houve demanda nessas capacitações eu aconselho aos conselheiros participarem, porque é um processo rico de crescimento que a gente pode ter e principalmente de orientação aos conselhos porque há uma carência de informações e orientações em relação a todos esses processos, de identificação de entidades, como processar inscrição de entidades, como se elaborar um processo de lei, projetos de benefícios eventuais, aplicação de recursos, é uma série de situações vivenciadas que muitos Conselhos não tem caminhos definidos, cada irmão nosso como Conselho Estadual buscar uma linha de orientação nessa linha. Obrigado. **Rodrigo:** Cib – Sedese. **Marta:** Bom dia a todos e todas, a secretária pediu para eu ler os informes da Sedese. No mês passado nós

lemos um informe sobre a realização do capacita Suas, do curso de proteção social especial e a gente ainda tinha 1 pólo que estava fazendo a última execução do curso, agora o ponto dos resultados deram parciais, agora nós fechamos o curso nos 21 pólos, foram 1524 inscritos, mais que efetivamente cumpriram e participaram toda a carga horária foram 1390 pessoas que representaram 559 municípios de Minas Gerais. A Sedese também tem para vir para esse conselho informações sobre o **Detac** dos 35 municípios que foram atingidos pelo desastre do rompimento da barragem de fundão já que a Sedese participa de uma das **áreas** técnica que acompanha um dos 40 programas que o **Detac** criou a gente tem trazido para esse conselho o tópico de proteção social que é um dos programas que a gente tem acompanhado no âmbito do **Detac**. A primeira novidade é que na câmara técnica a gente teve infoque que no último dia 08 de agosto um novo impacto foi firmado para uma nova governança em relação ao desastre, o Detac antigo continua em vigor mas estimamos nova governança que viabiliza profundas alterações mais viabiliza o protagonismo dos impactados no processo de acompanhamento dos 40 programas na tomada de decisão e acenta inclusive em várias instâncias que o Detac coloca, então vão ser criadas comissões locais, regionais, eles vão ter acesso em cada técnica possíveis, vão participar do conselho consultivo da fundação Renova que foi criado então além dos próprios impactados vão ter instâncias de conservadores dos Detac que são pessoas que vão auxiliar na avaliação dos programas, então outro encaminhamento que a gente tem como informe em relação a câmara técnica em relação especificamente para o programa de proteção social, o programa de proteção social vem sendo mantido seu desenho, seu conteúdo, expor ao longo desde 2017 com várias oficinas que foram realizadas inclusive no interior do estado a gente tem trazido este informe, mas na última câmara técnica de agosto foi discutido então a nota técnica da câmara técnica em relação ao programa de proteção social que a fundação Renova apresentou, a câmara técnica trás recomendações que ela fez na revisão do conteúdo do programa, e também alguns marcos que a gente tido no programa que não pode deixar de observar em relação ao Suas, a outra novidade que a gente também está lembrando aqui que já na câmara técnica de julho os estados apresentaram os planos estaduais e os projetos de enfrentamento da pobreza que os municípios concluíram na maior parte de seus planos municipais, os planos estaduais e os planos municipais vão integrar a escolta de proteção social, isso foi aprovado na câmara técnica e os planos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo foram validados pela câmara técnica do mês de julho e portanto demandou da Sedese e do Espírito Santo um apoio técnico aos municípios com relação aos seus planos municipais, demandou também a câmara técnica discutiu no início da execução desses planos e como é que vai se dar essa avaliação no início das ações do programa e que os planos

municipais também convertidos e com as diretrizes dos planos estaduais e dos projetos de enfrentamento a pobreza, para isso a Sedese realizou nessa última semana 2 reuniões de apoio técnico vai realizar uma na próxima semana para alinhamento dos planos municipais e orientações aos planos municipais aos planos estaduais e ao projeto de enfrentamento a pobreza, a nota técnica da câmara técnica recomendou então ao programa que ele seja revisto em alguns aspectos, um deles é que sejam preservados os direitos dos atingidos que o programa ele seja reconhecido como cunho reparatório, indisciplinar e autônomo e que ele não se confunde mas que ele dialoga com os outros 40 programas (39) do Detac. Seja assegurado o atendimento das famílias e indivíduos impactados inclusive aqueles indiretamente impactados porque eles também sofreram danos, que seja respeitada a política pública de assistência social garantindo a continuidade do serviço ofertado pelo Suas em conformidade com a chefia e com os princípios do Suas e com a necessária integralidade das ações sócio sociais, sem onerações devidas da sociedade com prejuízo da responsabilidade do poluidor pagador, só fazer uma paradinha aqui porque a gente está dizendo porque os planos municipais, o próprio programas ele fala do trabalho social com a família e fala do Paf o plano estadual trouxe a discussão dele também ser considerado Paef, em todas as ações de proteção especial que não estava incorporadas no plano é recomendações mais que os municípios, a sociedade não seja onerada pelo acidente pelo prejuízo disso então os serviços públicos também tenham um financiamento para que eles operem já que houve um crescimento de demanda para o trabalho social com essas famílias. Que sejam revistos e processadas com maior urgência medidas de responsabilidades e que não afetem por exemplo um programa de auxílio emergencial que é executado no âmbito do programa, que seja considerado agravamento de situação de pobreza nos municípios impactados e que também que seja considerado que a proteção social envolve a garantia de condições de subsistência que vão além do que está colocado lá no programa mas que também seja desconsiderado acesso a água, a segurança alimentar e outras questões que os projetos de enfrentamento a pobreza identificou e colocou no plano estadual. Com relação ao cofinanciamento federal como a gente já trouxe no mês passado, na esfera do estado estão abertos os aceites do cofinanciamento federal para acessuas trabalho e aberto para os municípios e também o cofinanciamento para Paf e Paef medidas sócio educativa em meio aberto todos aceites são feitos como prazo final dia 31 de novembro para os municípios aderirem o aceite. Com relação ao preenchimento do plano de serviço do piso em relação a 2017, 842 planos foram aprovados, 7 estão ainda em preenchimentos e 4 estão em análise dos conselhos municipais, em relação a 2018 ainda não temos nenhum em cadastramento, temos em preenchimento pela prefeitura 84, em análise do conselho 47 e cadastrados 722 planos de

serviços. Estes é valor que queríamos trazer. **Rodrigo:** Mais algum informe? Não? Então vamos para o debate proposto. A crise fiscal em Minas Gerais e os reflexos do pagamento do piso mineiro. O Ceas mediante recebimento de diversos ofícios pelos municípios, e-mails, manifestando o constrangimento pelo atraso do repasse do piso mineiro, ainda pela solicitação do Cogemas para tratar sobre essa questão em cumprimento do seu papel no controle social da política de assistência social do estado de Minas Gerais, deliberou por trazer esse tema para essa plenária, com intuito de ampliar a discussão entendendo e publicizando a situação da crise fiscal que o estado está passando e a relação com o repasse com o piso mineiro. Diversos municípios tem acionado o Ceas via ofício mesmo, outros via email, e outros nos momentos em que os conselheiros estão nos territórios indagando sobre isso, como a gente já recomendou, nós enviamos a seplag para esse debate, enviamos já ofício, o conselho enviou para a Sedese, encomendou a Sedese o repasse do governo federal, o conselheiro pediu da Sedese o cumprimento disso, a comissão de financiamento tem discutido isso em suas plenárias, em suas pautas, tem pauta permanente neste conselho e o governo do estado por meio do decreto nº47371 de 09 de fevereiro de 2018 se comprometeu com o pagamento de toda dívida até o final do ano. Então para tratar do assunto nós convidamos a Seplag representada aqui pelo subsecretário Dr. Otávio Martins que eu chamo para compor a mesa por favor, ele é subsecretário de gestão e apoio a políticas, o presidente do Cogemas, José Crus e também o presidente do Conselho Regional de Economia Paulo Bretas, então para dar início agradeço a presença de todos, José Crus, Paulo Bretas muito obrigado por aceitar o convite, o subsecretário por achar uma brechinha na agenda a gente sabe que é difícil, é corrido, mas como a gente diz é um tema muito importante tanto para os municípios quanto para o controle social, a gente tem visto ameaças de diversos serviços sendo paralisados, a participação do controle social sendo confrontado pelo poder de repasse e a gente pra então conseguir caminhar a gente tem que entender o que está acontecendo de fato para que a gente possa conhecendo então dar tratativa do controle social, então para iniciar o trabalho eu peço ao Dr. Otávio Martins de Maia, subsecretário para iniciar a sua apresentação. **Otávio:** Bom gente, bom dia a todos e a todas agradeço a oportunidade de estar tratando desse tema junto a vocês infelizmente o tema não é notícias boas que eu venho trazer mas eu acho que é importante a gente trazer para divulgar um pouco dessas informações porque a gente ver muito se falar da crise que tudo que tem sido feito está sendo impactado pela crise, as políticas públicas estão sendo impactadas pela crise mas a gente não ver o dimensionamento, o tamanho dessa crise em números, então o que eu vou tentar trazer aqui para vocês é uma apresentação até que a gente já fez nas edições históricas regionais de governo onde a gente promove a discussão junto a população no

interior o estado foi dividido em 17 territórios de desenvolvimento e agora nessa etapa entre maio e junho a gente percorreu novamente os 17 territórios promovendo a prestação de contas mostrando as entregas de governo e apresentando esse cenário da situação fiscal do estado de 2015 até 2018 que realmente tem impactado muito o financiamento das políticas públicas desde então, então eu vou fazer a apresentação pra vocês que eu trouxe, mas fica também a disposição dos questionamento de cada um de vocês, se vocês quiserem interromper durante a apresentação ou se vocês quiserem anotar pra perguntar depois também no final aí fica a critério de vocês. Então aqui a gente trás na linha do tempo só a apuração do resultado fiscal aqui do fechamento do orçamento em Minas Gerais ano a ano, a gente teve em 2015 o primeiro ano do mandato do governo Pimentel um déficit apurado de 8 bilhões 964 milhões de reais que resultado que é esse? É o tanto que o estado arrecadou menos o tanto que o estado gastou, então o estado gastou mais do que arrecadou em 9 bilhões de reais aproximadamente, esse ano o déficit na verdade seria de quase 14 bilhões de reais porque que não foi desse tamanho o déficit? Porque o estado conseguiu utilizar de recursos de depósitos judiciais, são depósitos que estavam parados em contas judiciais que eram garantias de algumas demandas, alguns litígios judiciais que o estado conseguiu arrecadar para conseguir financiar parte das políticas públicas que estavam prejudicadas, haja vista da arrecadação não estar dando conta de todas as despesas que o estado tinha, na verdade esse resultado fiscal seria de quase 14 bilhões se não tivéssemos executados esses recursos de depósitos judiciais, em 2016 o resultado fiscal finalizou o ano com 4 bilhões 164 milhões de reais de déficit, esse número também seria muito maior se não tivesse uma outra frente de atuação do estado que foi a suspensão do pagamento da dívida pública porque existiu a abertura de uma negociação com o governo federal que os estados poderiam ficar um prazo sem pagar a dívida pública enquanto eles estavam tentando levantar uma metodologia para renegociar as dívidas, então o estado ficou um período grande de 2016 e parte de 2017 sem ter que pagar a dívida pública que são empréstimos que o governo do estado fez no passado e tendo suas parcelas pagas todos os meses obrigatoriamente, então foi suspenso em 2016 e 2017 parte desse pagamento dessa dívida então o resultado apurado na verdade foi de 4 bilhões só que o déficit seria de 9 se não houvesse essa negociação, a mesma coisa aconteceu no encerramento do ano de 2017, o déficit apurado foi de quase 10 bilhões, 9 bilhões 768 milhões de reais e chegaria a 11 bilhões 453 milhões de reais se não fosse a suspensão do pagamento das mensalidades da dívida pública, então a gente vê realmente que o estado não está conseguindo pagar todas as suas despesas frente as suas arrecadações, então o estado tem tentado dentro do possível algumas ações emergenciais, duas delas foram relatadas aqui mas também tem o programa

“Regularize” foi um programa feito em parceria pela Secretaria da Fazenda com a Advocacia Geral do Estado, o estado negociou várias dívidas que ele era o credor junto a grandes empresas que deixaram de pagar seus tributos ao estado de Minas Gerais, também vem forçando o caixa do estado mais essas dívidas vem parceladas entrando na conta do estado, então no futuro nos 2 anos, 3 anos, 4 anos é que esses recursos vão entrar na sua integralidade no caixa do estado pra financiar suas políticas pública, a gente trás aqui que esses déficit apurados ano a ano a gente trás 3 grandes temas que forçam essa conta ser negativa, na verdade a gente ver que nos anos anteriores elas já vem sendo negativa e aí depois de 2015 ela deteriorou muito mais a situação fiscal do estado, quais são esses 3 grandes temas: as despesas obrigatórias com pagamento de pessoas, as despesas com a previdência e as despesas com a dívida pública do estado de Minas Gerais, então eu vou trazer uma abordagem aqui sobre esses 3 temas pra vocês entenderem um pouquinho deles: despesa de pessoal que é o primeiro desses 3 itens – a gente trás aqui uma evolução numa série histórica desde 2002 pra mostrar quanto cresceu o pagamento, as despesas de pessoal do estado então as despesas de pessoal do estado subiram de 9 bilhões de reais em 2002 para 49 bilhões e 800 milhões de reais em 2017, isso na verdade a gente sempre reforça também, pagamento de pessoal não é um problema o governo sempre gostaria de estar promovendo aumentos, melhoria na remuneração dos seus servidores, o problema é que o acompanhamento da sua arrecadação não acompanhou esse crescimento dessas despesas, então enquanto o governo do estado tinha em 2002, 9 bilhões de folha pra pagar e disponível no tesouro 9 bilhões e 700 milhões ele ainda tinha até uma folga para pagar com suas receitas do tesouro toda sua folha de pessoal, o que acontece é que nós chegamos em 2017 com uma folha muito maior do que a receita do tesouro então a arrecadação do estado não cresceu na mesma proporção que as despesas de pessoal cresceram então isso vem forçando ano a ano aquela conta do déficit fiscal cada vez mais negativo. Esse gráfico só mostra realmente a variação da folha de pessoal comparando com a variação da arrecadação então essas duas curvas teriam no mundo ideal que andar juntas a gente teria que ter um crescimento da folha de pessoal sempre acompanhado pela variação da receita, só que a receita tem variado bem menos do que a folha de pessoal, então a folha de pessoal ano a ano cresce mais do que a arrecadação do estado, forçando o estado arrumar outras receitas para pagamento do pessoal do funcionalismo público. Aqui em 2015 tem essa grande queda aqui, que é só a gente comparando se não tivesse feito a arrecadação dos depósitos judiciais por exemplo que aí a arrecadação de 2015 seria negativa comparando a 2014, é só para a gente mostrar, o ideal na verdade é que essas duas curvas tivessem juntas, e quanto mais alto melhor para que os servidores públicos tivessem recebendo uma remuneração mais adequada principalmente

a execução da área da educação que a gente sabe que tem uma remuneração muito baixa aí o estado tem lutado para melhorar essa condição. A área da Previdência é uma área que até dominou um pouco não sei se vocês acompanharam o debate de ontem, o debate de ontem tratou muito desse problema, porque? É uma realidade imposta aqui de quem assumiu o governo do estado não só do estado de Minas Gerais mas quem o Presidente da República e qualquer governador do Estado vai ter que unir esforços para resolver essa situação que é a que mais tem exercido força para que ela conta cada vez pior cada vez mais o déficit fiscal, só para ter uma ideia, no ano de 2017 o déficit da Previdência do regime próprio aqui do estado foi de 16 bilhões e meio de reais, então assim a gente viu que o déficit de 2017 foi de 9 bilhões aproximadamente, então se não tivéssemos os 16 bilhões de déficit da Previdência nós teríamos um superávit na verdade não teria superávit porque usaria esse recurso disponível de 7 bilhões para fazer investimento, pra melhorar a remuneração de salários dos servidores, para pagar o piso mineiro em dia, então eu teria esse recurso disponível se não tivesse essa conta aqui tão negativa e forçando tanto as contas do estado, essa conta basicamente é o que o estado arrecada com a contribuição dos servidores que estão ativos contribuindo com o regime da previdência menos o tanto que o estado paga, então no ano passado de 2017 o estado pagou 22 bilhões de reais para pensionistas e para os aposentados do estado dos ex servidores estaduais e só arrecadou 5 bilhões e meio com aqueles servidores que estão contribuindo com o regime de Previdência, então é uma conta que força o estado ter déficit fiscal ano após ano, você ver que essa conta ela é negativa desde 2003 mais em 2008 é que ela começou a ter uma queda muito brusca e forçar muito mesmo as contas públicas aqui no governo do estado de Minas Gerais, a previsão para 2018 infelizmente é que ultrapasse os 16 bilhões e meio que foi do ano passado e chegue a quase 20 bilhões de reais essa diferença entre do que o estado vai arrecadar e que o estado vai pagar aos seus inativos e essa conta se dá basicamente pela mudança do perfil do quadro de servidores do estado de Minas Gerais, também não é uma notícia boa porque a tendência é continuar nessa linha que a gente mostra aqui do tempo porque lá em 2002 a gente tinha um quadro de servidores ativos de 260 mil aproximadamente servidores contribuindo com o regime de previdência enquanto a gente tinha 126 mil inativo e 35 mil pensionistas, então dá 170 mil inativos e pensionistas recebendo suas contribuições e 257 mil contribuindo com o período de previdência e aí foi caindo o número de ativos foi caindo gradualmente, hoje nós fechamos em 2017, 187 mil e 74 servidores contribuindo com o regime de Previdência enquanto os inativos e pensionistas foram aumentando gradualmente, chegando a quase 240 mil inativos e mais de 37 mil pensionistas e a tendência infelizmente é que continue a crescer o número de inativo e pensionista a gente sabe que o quadro

de servidores, muita gente prestes a aposentar e que a gente não tem a renovação devida desse quadro de servidores do estado então infelizmente é uma tendência que não é de melhoria nesse cenário do regime de previdência por isso que todos os candidatos ontem no debate falaram que é preciso trabalhar à reforma da previdência aí tem as defesas de qual é a modalidade ideal para se fazer a reforma da previdência, temos um debate aqui hoje mas uma proposta que foi rejeitada do governo federal e vários estados tem seu posicionamento para realizar uma reforma da previdência mais justa então o governador Fernando Pimentel é um que encabeça essa tendência de fazer um modelo de reforma de previdência mais justa sem atacar os direitos adquiridos dos funcionários e empregados no caso do INSS. Então é isso. E a questão da dívida também é uma grande despesa que o governo do estado de Minas Gerais tem, a gente trás também aqui essa série histórica de 2002 até 2017, mostrando o crescimento da dívida pública frente ao crescimento da receita corrente líquida, então a dívida do estado na verdade também tem aumentado consideravelmente frente as suas receitas, então a gente vê aqui que a partir de 2015 o governo do estado estava impedido de fazer novos empréstimos então houve aumento da dívida mesmo o governo não realizando novas operações de créditos, novos empréstimos, porque aconteceu isso? Pela questão que eu falei lá no primeiro slide, o estado ficou um tempo sem pagar a dívida mas isso não quer dizer que a dívida dele não estava aumentando, os juros, a questão da atualização do montante dessa dívida contratual coincidindo em cima da dívida que o estado tinha, então a dívida aumentou mesmo sem a contratação dessas despesas porque o estado ficou sem pagar o serviço da dívida durante 1 ano e meio aproximadamente. Esse quadro aqui mostra a relação da dívida com a receita, que na verdade é uma das regras para permitir a realização de novos empréstimos, então essa conta tem que ficar sempre abaixo de 200, então a gente vê aqui que teve um período que foi possível de realizar a operação de créditos e o estado desde 2015 estava impedido por não estar abaixo dos 200, coisa que aconteceu agora em 2017 baixou novamente e o estado voltou a pagar aquela suspensão do pagamento que eu disse ela aconteceu em 2015, parte em 2016, parte em 2017 então o estado voltando a pagar em 2017 voltar cair essa relação só que ele não é o único critério pra permitir novas alterações de crédito tem outro critério também que é a variação rating que eles chamam dos estados e os estados tem caído devido toda situação fiscal nos seus rating então o estado não tem o rating atualmente que é solicitado, que é exigido para realizar novas operações de crédito, o que poderia permitir ao estado é a capacidade de realizar investimento então o estado infelizmente não é por operação de crédito que vai conseguir fazer investimentos agora no curto prazo. Então são esses 3 grandes problemas, vamos colocar assim que forçam as contas do estado de Minas Gerais a serem negativas ano após ano, o mais

substancial deles como eu disse é a previdência com uma previsão para esse ano de quase 20 bilhões de déficit e eu trouxe também aqui só alguns números para debate da crise fiscal frente ao piso mineiro então eu trouxe só alguns números de repasse do piso na verdade a gente fez esse slide até para uma outra apresentação que a gente estava fazendo um seminário no governo para avaliar o programa de governo porque o programa de governo de 2014 a plataforma eleita do Fernando Pimentel ele tinha como uma de suas metas é fazer a transferência regular e automática do piso mineiro de assistência social para os municípios mineiros é uma coisa que ele vem perseguindo desde que ele assumiu em 2015, ainda na gestão do André Quintão, depois assumindo a Carolina, a Rosilene é uma tendência, é uma meta que tem sido buscada mas devido a todas essas informações que eu passei anteriormente na crise não tem conseguido ainda o repasse regular e automático mas a gente fez uma comparação de 4 anos anteriores com esses 4 anos de governo na verdade 3 anos e meio aí a gente vê que o repasse de 2011 a 2014 foi um pouco superior a 71 milhões de reais pra os 853 municípios que são atendidos com esse repasse, e agora desde 2015 mesmo sabendo que ainda tem uma dívida que está atrasado devida a toda essa questão foram repassados quase 113 milhões de reais mesmo com toda dificuldade que o governo que essa gestão tem conseguido fazer um repasse ainda substancialmente maior do que foram os 4 anos antes dele assumir esse mandato. É isso uma informação um pouco de números para vocês e eu fico a disposição para responder alguma dúvida, alguma colocação. **Rodrigo:** Peço desculpa aos conselheiros por algumas confusões, eu preciso de registrar Dona Arlete é a primeira secretária e o Gilberto é da Presidência também e ele vai ser o debatedor dessa mesa. Me perdoa viu Gilberto. Dando sequência vamos para o José Crus. **José Crus:** Bom dia mais uma vez quero cumprimentar o Rodrigo nosso presidente do Conselho Estadual de MG em seu nome Rodrigo quero cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras, agradecer a este conselho acolhida da nossa pauta, a pauta que estamos aqui discutindo ela foi provocada por nós, pelo colegiado estadual dos gestores municipais de assistência social aqui focalizado pela conselheira e vice-presidente do Cogemas a nossa secretária de Cordisburgo a Ivone, quero agradecer Ivone de focalizar pra dentro desse conselho essa pauta, uma pauta extremamente importante para nós Gestores Municipais da Assistência Social, cumprimentar subsecretário Otávio Martins, Paulo Bretas, dizer da nossa honra de compartilhar essa mesa com pessoas tão importante, os 2 conselheiros, os debatedores, Dona Arlete e o meu amigo, colega do Cogemas o nosso secretário de Passos, Gilberto, quero primeiro iniciar cumprimentando também especialmente aqui alguns secretários, pude identificar aqui a Beth de Bocaiuva, secretária Tereza de Martinho Campos, aqui os 2 secretários que integram o conselho, enfim, bom primeiro quero iniciar, eu

vou trazer alguns pontos para nossa reflexão a partir da fala aqui do Otávio, primeiro que o colegiado, o Cogemas e claro o Cogemas integrado a agenda do colegiado nacional dos gestores municipais tem empreendido vários debates não só em MG mas no Brasil e temos compreendido a crise estrutural que esse país vivencia, econômica, política, social e dos impactos dessa crise nos municípios de cada canto e encanto desse país e claro em MG e claro da minha cidade Belo Horizonte, então como nós estamos lidando com uma crise que ela tem fortes impactos na estrutura da política pública da assistência social, essa é uma questão muito importante eu tenho discutido e ouvido muitos colegas e que as vezes me parece que são pessoas que não compreendem a história da política pública de assistência social, a nossa longa história de luta pra ressignificar o lugar dessa política pública nos municípios brasileiros em especial nos municípios aqui de Minas Gerais, uma luta histórica para ressignificar o lugar da assistência social de torná-la de fato prioridade de compreender que a política pública de assistência social é essencial a vida das pessoas, dos cidadãos, das famílias, de homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, me parece as vezes que não conhecem o longo caminho a longa trajetória de luta pra ressignificar o direito sócio assistencial nesse país então eu queria iniciar por aí, não tenho dúvida que esse conselho guardião dos direitos sócio assistencial no estado de MG, não tenho dúvida da luta e das pautas importantes que esse conselho tem discutido nos últimos meses e anos em defesa de um sistema público de proteção social que nós implantamos nesse país nos seus 13, 14 anos de idade um sistema muito novo e ainda muito incompreendido por alguns colegas gestores e gestoras, por uns trabalhadores, trabalhadoras, alguns conselheiros inclusive, alguns dirigentes estaduais do nível federal da incompreensão de um sistema público de proteção que oferta serviços e benefícios para população mais pobre e vulnerável nesse país, eu estou chamando atenção porque nós estamos nos municípios muito desafiados, muitos, é no chão do município que as coisas acontecem, são nas nossas portas que as coisas chegam as questões sociais chegam na nossa porta, então nós tivemos um avanço importante pela implantação de um sistema público de proteção social e uma concepção que nós temos que debatê-la muito é de compreender que esse sistema ele tem co-responsabilidade entre os entes federais, não dá para ficarmos nós gestores federais ficar com o pires na mão em cada canto e encanto do nosso país e do nosso estado, tem uma gestão também que é compartilhada entre as 3 esferas de governo, integram esse sistema público de proteção os entes federados, as entidades parceiras que estão aqui muitas delas muito bem representadas nesse conselho muitos dos conselheiros aqui no nosso conselho de BH, fortalecendo o controle social, integram também essa rede de conselhos de assistência social, estamos falando de uma arquitetura bem forte para consolidar o direito de assistência

social nesse país, os entes federados, as entidades que integram o sistema público de proteção social e os conselhos integram esse dinâmica, essa gestão de política pública de assistência social aqui é o momento de ressignificarmos uma aliança estratégica entre gestores, as entidades, os trabalhadores e os representantes dos usuários, se não tivermos uma aliança estratégica nós não vamos conseguir dar um passo pra frente, de tirar da invisibilidade essa política pública e a situação de desproteção social com as quais lidamos com ela no nosso cotidiano, não aqui dentro desse conselho ou nos demais e nessa conjuntura de ficar gestores de um lado e sociedade civil do outro, fizemos uma ruptura a Loas reconhece que integram esse sistema de proteção os entes federados, as entidades que são parceiras e que executam grande parte do nossos serviços e os conselhos de assistência social, então essa é uma questão que eu acho que vale a pena a gente fazer um registro e compreender e um segundo registro importante que quem não leu ainda tem que ler a lei orgânica da assistência social anotada e comentada pela Conjur do MDS e AGU, tem que ler para compreender o que está ali traduzido nessa lei, inclusive eu acho que muitos secretários tinham que colocar não só o secretário, os conselhos, uma moldura, num quadro em todas as salas, em todos nossos ambientes da política pública de assistência social para compreender o que traduzimos e o que está traduzido e materializado hoje em lei, o Suas hoje está na lei orgânica de assistência social, o sistema ele está lá, a gestão compartilhada está lá, é lá que está escrito quem integra o sistema de proteção social, essa compreensão nós temos que ter muita clareza do que nós estamos falando, então a Loas anotada e comentada reconhece a assistência social como uma política essencial na vida das pessoas, os cidadãos, das famílias que requerem proteção social do estado brasileiro, leia-se com qual responsabilidade dos entes federais, portanto se a gente tiver com um problema com um ente ou com outro nós temos problemas no sistema e aí eu acho muito importante, quero agradecer mais uma vez esse conselho por ter acolhido essa pauta que o Cogemas propõe para o diálogo no debate para compreender o sistema, a política pública, os nossos compromissos dos municípios, e como que nós temos que criar as sinergias estratégicas conjuntas para enfrentar o que nós estamos vivenciando com base nos atrasos dos repasses do governo federal e do governo estadual, nós temos que achar o caminho, essa é uma questão importante, nós temos que compreender né gente, o Suas ressignificou o lugar da assistência social nos municípios é outra relação hoje, nós gestores municipais hoje temos uma outra autonomia e reconhecimento no âmbito dos municípios, nós fizemos uma ruptura de uma política pública ancorada na lógica de programas e projetos, ações pontuais, fragmentadas, isoladas com base num cunho assistencialista, clientelista, paternalista, nós fizemos isso, nosso lugar é outro hoje, no campo do direito, direito constitucional é desse direito que nós estamos falando e

tratando e é esse direito que nós estamos materializando, então o Suas institucionalizou a política pública de assistência social, nós honramos o compromisso da gestão compartilhada ao implantar os Cras, nos dá muito orgulho onde nós chegamos hoje, olha o Cras, comunidade pública estatal, é isso que nosso presidente chamou atenção aqui, estatal é estado, os Creas funcionando, com serviços essenciais que materializam o direito, o direito da convivência familiar e comunitária, o apoio necessário às famílias no seu caráter protetivo, é disso que nós estamos falando, nós institucionalizamos, honramos o nosso compromisso enquanto gestores, implantamos o Cras, fizemos concurso público, porque a lei orgânica da assistência social diz pra nós olha com financiamento federal e estadual vocês podem contratar, nos deu segurança, nos deu segurança para os municípios, façam o concurso público, fizemos concurso público em todos os municípios ou na sua grande maioria, e ressignificamos o lugar tiramos da invisibilidade mais de 800 mil trabalhadores dessa área que mediam direitos sociais, sócio assistenciais, temos que compreender isso a nossa responsabilidade está materializada na prática, no atendimento e no acompanhamento das famílias, é uma questão que eu chamo atenção dos senhores e senhoras, nós temos compromisso com a folha de pagamento dos trabalhadores, temos, nós temos compromisso com a rede parceira, né Cris, estivemos lá com rede, conforme as entidades na semana aqui em Belo Horizonte super preocupados, preocupados com Belo Horizonte, porque o financiamento está caminhando com pro campo da especial e não no campo da proteção básica, será por quê? disse a eles isso, disse a eles que a pauta dos municípios infelizmente neste momento e com essa conjuntura falta urgência, da emergência, da violação de direitos, frutos de várias questões que todos os senhores e as senhoras sabem, das contra reforma, das questões trabalhista, do congelamento do piso, do congelamento de 20 anos dos recursos das políticas públicas e sociais, isso tudo já está gerando impactos nos municípios, nós estamos nos municípios senhores e senhoras conselheiros e conselheiras vivendo de novo com a fome, com trabalho infantil, trabalho infantil que a gente pensou que já tinha ressignificado, aqui em Belo Horizonte nós estamos vivenciando momentos muito difíceis por exemplo e não só em Belo Horizonte, todos os municípios estão vivenciando, o ambiente da população em situação de rua nessa cidade, no país e no estado de Minas Gerais, o acolhimento institucional de criança e pessoas idosas, que a curva ela está acentuada nesse jeito as famílias pobres não estão dando de cuidar, de prover o cuidado à população idosa, muita violação de direito da população idosa, patrimonial e as várias situações com as quais estamos lidando nesse cotidiano, situações gravíssimas nós tiramos o Brasil no mapa da fome e acham que nós tínhamos mesmo ressignificância e voltamos novamente, assustadoramente, então eu quero chamar atenção dos senhores e senhoras pra essa questão,

essa é uma questão muito importante, nós sabemos que quem tem a maior arrecadação e quem financia seguridade social nesse país é o governo federal, nós sabemos disso, onde nós integramos o chamado tripé essa é uma questão que nós temos que ficar muito atento e estou dizendo isso com muita clareza, muita compreensão do nosso lugar enquanto gestores, minha agenda é apertadíssima mas estou lá vice presidente hoje do colegiado nacional para engrossar a luta e compreender que nós temos uma luta intensa ainda pela frente junto ao governo federal e a nossa fragilidade ainda de não termos recursos vinculados no campo assistência social essa é uma questão, é uma bandeira de luta nossa que está aí prorrogada que eu vou reafirmar ela daqui a pouco. E aí gente o que nós queremos aqui sabe subsecretário Otávio é o cumprimento do decreto do Governador, é disso que nós estamos falando aqui, o governo reconheceu a dívida, nós queremos o cumprimento dessa dívida, e aí eu estou falando aqui em nome dos 853 municípios não estou falando de apenas os municípios vinculados ao colegiado estadual, mas em nome dos 853 municípios o que queremos é o cumprimento do decreto do governador que reconhece essa dívida, isso é muito importante claro que nós também somos solidários com a questão trabalhistas dos servidores do estado, somos muito queremos que o salário seja em dia também que os profissionais sejam valorizados, são profissionais que materializam que colocam essa máquina para funcionar, nós estamos competindo e nem queremos competir nós queremos que a assistência social também seja prioridade os recursos para que os recursos cheguem nos municípios, isso é uma questão importante e olha que nós temos intensificado muito o Cogemas não sei se todos os senhores sabem nós criamos uma comissão para acompanhar e monitorar o cumprimento desse decreto está publicado no Diário Oficial né Paula, tá no Diário Oficial com os gestores, nós temos feito vários diálogos estive lá com o secretário Francisco recentemente, pra gente discutir e buscar estratégias conjuntas, não dá para olhar e desolhar uma situação como essa que nós estamos vivenciando, nós temos falando de uma área que lida com o trabalho infantil, exploração sexual de criança e adolescentes, violência contra pessoas idosas, na juventude, nós estamos falando de uma política pública que essencial à vida das pessoas, e o que nós estamos vivenciando gente, colegas fechando o Cras ou eu fecho o Cras ou fecho uma unidade de residência inclusiva, já estamos sendo tencionados pelos prefeitos a optar ou enxuga os nossos servidores, dá uma enxugada no quadro técnico ou fecha uma unidade ou fecha a outra, assim nós estamos com a corda no pescoço, por isso provocamos esse conselho em fazer um debate, este conselho é guardião desse direito e tem que envolver todos os atores, temos que achar a estratégia conjunta e olha que eu os senhores e senhoras conhecem a minha história eu fiquei 12 anos e meio no governo federal e pude acompanhar todos os estados da Federação, todos, sei da

realidade de todos os 26 estados e do Distrito Federal, nenhum dos estado avançou na política pública de assistência social como o estado de Minas Gerais, isso é super reconhecido quem estado no encontro nacional do Cogemas sabe disso e pôde ouvir nas oficinas, nos painéis, nas mesas redonda em todas as estratégias do encontro a referência que Minas é , sempre foi Minas, Belo Horizonte vocês sabem que foi referência inclusive na implantação desse sistema, agora nós temos juntar forças para defender este sistema público que implantamos nesse país, então os avanços que nós tivemos aqui é importantíssimos, se tem um ente que sempre olhava e desolhava e nunca dizia porque veio é o estado e os senhores e senhoras sabem disso, os grandes desafios e complitudes do papel do estado no campo da assistência social, do apoio técnico, do monitoramento, do financiamento, da formação, de estar junto com os municípios, estados que faça uma ruptura com a lógica fiscalizadora que nós temos dados que só chega para apontar o dedo para o município, essa lógica nós não queremos não, essa lógica no campo da assistência social não é essa lógica é de um estado que pode identificar os problemas, no monitoramento, na avaliação mas ele estar junto ele aponta soluções e não o dedo para fiscalizar, para punir o gestor municipal e aqui nós avançamos nisso, nós sabemos disso, mas subsecretário nós temos aqui um grande desafio com o financiamento, estava tudo muito bem, colocando em dia as dívidas, os municípios super de forma conjunta, acompanhando, e agora com essa grande dívida com esse rombo no campo assistencial a gente precisa achar o caminho para resolver, e que a assistência social seja aí uma prioridade importante para a área, então essa é uma questão importante, a gente tem lutas maiores, que eu convido o conselho para estar conosco, a gestão do Cogemas que finalizou agora dia 31 de julho, nós acompanhamos uma formulação de um novo projeto de lei junto ao Congresso Nacional pra vinculação de recursos para o campo da assistência social que é 1% da receita corrente líquida que é quase 3 vezes hoje o financiamento do governo federal para os municípios, fala-se de 1% parece pouco mas isso é cerca de quase 9 bilhões e hoje o repasse é 3 bilhões para serviços que eu estou falando, é bom deixar claro, então é uma bandeira de luta nossa, de todos nós, nós vamos ter que engrossar junto com o colegiado nacional dos gestores municipais as nossas intervenções com nossos deputados e olha que nós temos muitos deputados mineiros, nós fizemos vários diálogos com vários, com deputado Patrus Ananias, com deputado Eduardo Barbosa, com todos os mineiros, fomos de gabinete em gabinete, todos eles integram a comissão especial que está acompanhando esse projeto de lei, então quero dizer pra vocês que nós temos bandeiras de luta que estão aí, nós precisamos dar concretude, materialização nessas bandeiras de lutas e também gente, é claro nós temos que ter muita compreensão das dívidas que estão aí colocadas, só da **Mecandi** por exemplo da região metropolitana é uma dívida de

quase 13 bilhões só para Belo Horizonte é quase 4 bilhões, quantos Cras eu ampliaria nessa cidade, me fale aí, nós temos que ter a compreensão e os números aqui sabe Otávio para a gente compreender essas questões e poder nos organizar não só o colegiado, o conjunto de gestores mas a bandeira de luta dos fóruns dos trabalhadores, dos fóruns das entidades que seja bandeira de luta dos fóruns dos usuários, enfim de todos juntos que seja bandeira única, o sistema é único e as bandeiras de luta tem que ser única de todos nós, nós temos que ter essa clareza, não quero me delongar aqui mas espero ter traduzido os nossos avisos do município, é no municípios que as questões estão acontecendo e não dá mais para ficarmos sozinhos com o pires na mão, a gestão compartilhada ela tem que ser realidade no estado de Minas Gerais em cada município mineiro, então quero agradecer, nos colocar à disposição, o Cogemas sempre Presidente para estarmos juntos e pautando, discutindo as questões e buscando as estratégias conjuntas pra resolvermos as questões da política pública de assistência social no nosso estado em Minas Gerais, quero mais uma agradecer oportunidade do convite mesmo focalizando aqui pela secretária Ivone essa pauta mas eu estar aqui é uma oportunidade eu não poderia abrir mão disso, de estarmos aqui para fazer esse diálogo então à disposição de todos, obrigado. **Rodrigo:** Obrigado José Crus, sempre parceiro de lutas, então vamos para o Presidente do Conselho Regional de Economia, Paulo Bretas. **Paulo Bretas:** Primeiramente, bom dia a todos e todas, eu quero agradecer o convite do Cogemas, todas as vezes que os economistas de Minas Gerais são chamados a participar com a sociedade civil prestando contas, esclarecendo, ajudando, vocês ao nos convidarem estão realmente reforçando o nosso papel social que é um papel que os economistas mineiros precisam cumprir o tempo todo e é uma coisa que eu tenho procurado fazer lá no conselho regional de economia, ligar o conselho dos economistas com as lutas sociais da sociedade mineira, então eu é que tenho que agradecer estar aqui falando porque é uma oportunidade que vocês estão dando aos economistas de estarem participarem dessa luta como disse o nosso amigo secretário José Crus juntos, aliados, quero cumprimentar a mesa na pessoa do Rodrigo, quero cumprimentar o José Crus, cumprimentar o Otávio, é difícil falar depois do José Crus não resta muita coisa a dizer mas eu vou dar algumas contribuições, primeiro eu acho que nos momentos que estamos passando assim por muitas dificuldades, meu avô costumava dizer o seguinte, “casa que falta o pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”, nesses momentos a gente as vezes começa a misturar um pouco as coisas, a não estender o que está acontecendo, eu acho que a gente precisa primeiramente dividir o problemas nas suas partes constituintes, primeiro reconhecer que esse governo, ele lutou e luta e visualiza e trabalha com a política de assistência social, com o Suas, de uma maneira diferenciada, apesar dos problemas eu quero colocar de uma maneira bem

clara, esse governo tratou das questões de política social, tratou das questões de participação, tratou das questões de composição de conselhos, tratou da questão da democracia da decisão de uma maneira diferenciada, então nesse sentido primeira coisa, não dá para olhar pra nós, nós temos que olhar pra frente, nós temos é que melhorar o que está acontecendo hoje, nós temos que continuar com as políticas sociais até porque com a instalação da crise recessiva no país o que acontece, falta recursos para poder cumprir os programas, os projetos que estão lá na Loas conforme José Crus disse, e ao mesmo tempo a crise explode na casa das famílias que são as que mais precisam, as mais empobrecidas, aquelas que estão realmente à margem da sociedade e aí pressiona pelo lado da demanda os serviços e as assistência social, incham os Cras, incham todos os equipamentos e levam os municípios a uma situação de calamidade social, vamos dizer assim, e ao mesmo tempo que a demanda aumenta e a oferta diminui, então é uma verdadeira situação caótica. Eu quero fazer uma rápida análise fiscal não só do que está acontecendo no governo de Minas mas também no governo federal como um todo, você hoje no país tem uma disputa de um projeto político, de um modelo econômico que se dá da seguinte forma, se aqueles golpista que hoje assumem o poder a partir do governo federal, golpistas estes que tem seus enraizamentos nos vários governos do estado, alguns golpistas adjuntos inclusive candidatos aí a governadores, a deputados, a senadores, esses golpistas acham que o mercado, o liberalismo vai resolver os problemas sociais do país, um país que viveu mais de 350 anos de escravidão pra nos pegarmos apenas 1 elementos histórico construtor de uma situação de desigualdade de empobrecimento e de crise social que já vem de muitos e muitos anos, ao mesmo tempo nós vimos nos governos Lula, Dilma a construção de um novo modelo econômico novo modelo de construção de uma justiça social que nunca antes houve no país na história do país e voltam os golpistas, os liberais, os que ficam defendendo a saída do estado, essa coisa de falar que o estado interfere, intervêm, não tem competência ao mesmo tempo não dão solução para nada, porque a solução que vem sendo pensada no nível federal é uma só é apertar ainda mais o pescoço dos que não tem condições econômicas, sociais de responder e ao mesmo tempo apertar o pescoço de nós que tentamos coletivamente falarmos em nome dos miseráveis, dos empobrecidos, daqueles que estão oprimidos socialmente no país, então isso é só para a gente ver que tem um panorama enorme dessa situação de crise conjuntural que vive hoje, ao mesmo tempo nós não podemos de deixar de plantar sementes porque senão nós não vamos ter as árvores no futuro, o governo do estado desde que entrou vem convivendo com esse problema de déficit, já entrou mandando novo projeto de orçamento para a Assembleia Legislativa onde eu tenho a oportunidade de acompanhar o movimento de projetos de lei, dos orçamentos já apontando um déficit de 8

bilhões conforme o secretário Otávio disse, agora não há solução dentro da caixa, não há solução dentro da piscina, tem que ter uma solução mais heterodoxa, tem que se pensar outras saídas, saídas essas que ataquem o excesso de demanda por mais políticas sociais pelo próprio empobrecimento e miserabilização da população mineira e que também ataquem pelo lado da receita, eu fico sem saber o que acontece quando o estado manda projetos de lei pra Assembleia a duras penas a gente consegue aprovar e depois as coisas não caminham lá na ponta, foi aprovado um fundo mobiliário, não vendeu nada, pouca coisa, foi aprovada venda das ações da Codemig para poder fazer alguma coisa de caixa, uma discussão enorme mandou N projetos de lei, nada, agora a Assembleia aprovou um empréstimo emergencial para o estado de 2 Bilhões de reais, é preciso quanto desse recurso vai para assistência social, é preciso saber se a assistência social continua prioridade nesse governo, está aprovado o empréstimo, mas é empréstimo para resolver as dificuldades mais imediatas e eu não acredito que haja dificuldades mais imediatas que essas descritas pelo secretário José Crus. Eu acho que tem 3 estados hoje da União que vivem seríssimos problemas todos estão vivendo problemas mas 3 em destaque estão com muitos problemas, o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, basta pegar os números todos, eu não vou ficar cuspiendo números pra vocês aqui não, eu estou fazendo uma análise sem uso da matemática, da estatística que os economistas tanto gostam, mas acham que já apresentamos números suficientes aqui, também é preciso lembrar que Minas Geras como a grande maioria dos estados brasileiros dependem dos recursos federais, depende de uma economia caminhando com crescimento com geração de emprego e o que a gente viu, olha só a ironia, durante os governos Lula e Dilma, principalmente do governo Lula, o estado de Minas Geras recebeu todo tipo de bom tratamento do governo federal, os governos Aécio, Anastasia, receberam recurso do governo federal, não havia qualquer tipo de animosidade, havia um pensamento de que a população mineira precisava de recursos e os recursos vinham, os programas do governo federal eram reproduzidos em Minas Geras e eram investidos recursos do governo federal que nunca deixaram de vir para Minas Geras, agora eu reconheço que o governo de Minas Geras é boicotado não só porque o governo federal deixou todas as possibilidades de produzir política social no país conforme o secretário José Crus já havia dito essa lei de teto de gastos isso é uma absurda você procura em qualquer outro país civilizado no mundo não existe isso, porque que não existe isso porque o sistema capitalista ele entra em crise periódica e só tem um jeito de tirar o capitalismo numa crise periódica é a intervenção do estado e aí você bloqueia a intervenção do estado você não permite que o estado gaste você não permite que o estado invista, as taxas de investimento pública só caem e aí como que você vai tirar a economia da crise? Não tira, os números estão aí, mentiram para

todo mundo falando que ia fazer uma reforma trabalhista e que com isso ia gerar mais emprego, nós já sabíamos que não ia gerar emprego nenhum, estão aí 12,5% da população desempregada, 25% da população desalentada, sem emprego, subempregada isso tudo bate na porta do Suas, bate na porta do sistema de assistência social do estado, e eu reconheço que o governo Pimentel herdou uma herança bastante difícil que já via vindo dos governos passados, o governo Anastasia pra poder resolver problema de caixa acabou com o sistema previdenciário novo que vinha sendo construído a partir de fundos, pegou o dinheiro do fundo previdenciário lá com aprovação da Assembleia Legislativa e jogou dinheiro no caixa único do tesouro então isso é prova de que esses problemas de fluxo de caixa do governo já vinham de muito tempo, agora nada justifica não darmos resposta, nada justifica não pensarmos em soluções, nada justifica mostrar uma situação que é ruim mesmo mas nós temos que apresentar aqui proposta pra sair dessa situação porque a situação ruim nós conhecemos, nós queremos conhecer as resposta, nós queremos conhecer como que nós vamos sair dessa, nós queremos aliviar uma situação que está lá na família, do trabalhador, do pobre, do desempregado, daquele que está totalmente alijado de poder solucionar os seus problemas sem contar a loucura que vem sendo a vida do secretários sociais de desenvolvimento social de vários municípios mineiros, então para terminar e não me estender mais eu sei que tem recurso lá da lei Kandir que a gente precisava estar recebendo esses recursos, se você fizer o batimento que o governo federal deve ao estado de Minas Gerais e o que o governo de Minas Gerais deve ao governo federal nós temos a receber, nós temos recursos a receber e aí por questões políticas já estão falando que não vão repassar os recursos do passado pra trás, esquece, é desse jeito que o Congresso Nacional está tratando os municípios e os estados brasileiros, é desse jeito esquece, nós vamos pensar daqui pra frente, nós não podemos aceitar isso também não, tem uma dívida do governo federal com os estados, e aí vale dizer viu, o governo federal é culpado, culpado, culpado, porque numa situação de crise como que a gente vive, numa ação de dependência como os estados tem do governo federal, numa situação de concentração de recursos lá na união e que não descem com facilidade, numa situação que a gente precisa fazer reforma tributária, reforma do estado, reforma da previdência, nós sabemos que é muito difícil sobreviver sem ajuda do governo federal, e eu repito a ajuda que o governo Lula e Dilma deram ao governo do estado de Minas Gerais e está sendo negada ao governo do estado de Minas Gerias, por várias razões inclusive políticas, porque não se quer que as políticas atuais prevaleçam, não se quer que estados que tenham uma maneira de pensar em que o estado passa sempre a ser protagonista junto com a população para dar solução dos problemas, eles querem tirar isso fora, existe gente, uma disputa política, existe uma disputa de projeto de país, projeto de nação e nós

precisamos também entender que nós estamos dentro desse processo, contudo nós precisamos de resposta, contudo nós precisamos que o governo do estado nos indique os caminhos pra sair desse problema, contudo nós queremos saber desses 2 bilhões aprovados na assembleia quanto desse recurso vai para as políticas sociais e pra poder resolver os problemas que a gente está vivendo.

Rodrigo: Agradeço o Dr. Paulo Bretas, muito obrigado, vamos passar para o Gilberto, 2º secretário para começar os debates. **Gilberto-Cogemas:** Bom dia a todos e a todas, cumprimentar esse povo com essa mesa de trabalho aqui, Paulo Bretas, José Crus nosso presidente do Cogemas, nosso presidente Rodrigo do Ceas, Dona Arlete nossa conselheira querida, secretário Otávio do Governo do Estado, acho que as contribuições dadas por vocês até agora são contribuições importantes e eu quero reforçar o que José Crus disse que as coisas acontecem nos municípios e os nossos municípios cada vez mais estão sendo também atingidos por essa crise política, financeira pela qual o nosso país também passa, eu quero concordar com Paulo Bretas e estrutural do capital que essas crises são cívicas e provocadas inclusive por ele mesmo pelo capital e atinge diretamente o capitalismo que é o sistema vigente na nossa sociedade e política pública a gente faz com recurso financeiro quando o capital está em crise não tendo recurso financeiro as pessoas vão ser atingidas e a gente tem um problema estrutural no Brasil que colonialista inclusive, que para algumas pessoas que pessoas empobrecidas é gastos e não é investimento, vários governos tem tido essa posição e existe uma disputa de projeto hoje no país político que atinge inclusive Minas Gerais que é a disputa do projeto de investimento nas pessoas e o projeto de gastos no mercado financeiro para pagar dívida inclusive de juros. Eu queria trazer alguns pontos aqui, 4 no final das contas, para que os nossos 3 convidados possam falar um pouco sobre eles, dado conhecimento e acúmulo que já possuem, o primeiro é sobre a Emenda Constitucional 95 que criou o teto de gasto para política de assistência social que os salários dos trabalhadores aumentam e a gente quer que aumenta mesmo viu Secretário acho que o governo de Minas tem dado, também quero parabenizar, dado grandes provas disso inclusive com a Emenda Constitucional agora recente que trata da política em relação aos trabalhadores da educação, essa coisa toda, da educação que inclusive é um marco histórico no nosso estado, e centro de referência para o país inclusive e essa Emenda ela vai congelar né José Crus o repasse dos entes federados inclusive para os municípios só que os salários dos trabalhadores não congela e não deve congelar mesmo, a gente também acredita nisso concordando com o secretário, a folha de sulfite não congela a folha A4 não congela, o cafezinho que deve ser servido para os trabalhadores e para os usuários também não congela, o serviço de convivência tudo sobe e essa Emenda congelou tudo, então os próximos secretários da política de assistência social eu tenho acostumado dizer isso nas

minhas falas estão enrolado, vai começar a fechar Cras mesmo, vai começar a fechar equipamento, e aí vai ter quase que fazer sorteio o que eu fecho primeiro porque é tudo tão necessário, então como eu vou criar o escalonamento para fechar então eu queria que quem sentir a vontade de falar da Emenda 95 o que significa isso para o próprio estado também que vai congelar tudo para o estado, o estado vai continuar com aquele déficit de folha e com recursos que podem ser usados inclusive para pagar folha não pode ser usado, uma outra coisa essa eu vou deixar por último, porque eu tenho também um material para apresentar ali, a questão dos recursos vinculados a política de saúde e a de educação tem recursos vinculados nós não temos recursos vinculados isso também assola os municípios da vinculação de recurso, acho que é importante retomar pra gente também construir uma pavimentação de luta para que a gente possa ter essa vinculação de recurso existe propostas por aí acho que o José Crus que trouxe esse tema também e esse recurso que vai ser mais uma dívida isso é um péssimo sinal mas é necessário uma dívida para o estado e dentro dessa dívida a gente quer escutar o secretário qual o projeto do estado para tratar da política de assistência social porque desses 2 bilhões, a gente vai começar a reproduzir o que alguns liberais que o próprio Paulo já disse aqui produzem, sempre a pessoa empobrecida por último vamos primeiro salvar as empresas, salvar os empresários, depois a gente vai investir em política pública, políticas sociais, a gente quer escutar também qual é a estratégia do gasto desses 2 bilhões que a gente também quer que a assistência social seja incluída e assim uma coisa que eu queria contribuir sabe Paulo, é que o governo federal fez um recurso fiscal parece que 10 bilhões de reais pra indústrias petroleiras que vão explorar o pré sal, Minas Gerais tem um déficit de 10 bilhões e o juro cai todo dia, todo mês, não é todo dia, todo mês na nossa conta inclusive bloqueio de conta pra receber do ente federal e para as indústrias petroleiras internacionais que são a maioria agora a Petrobrás inclusive retirou um monte de investimentos nisso que ele está sumindo, o governo federal retira uma através de isenção fiscal 10 bilhões de reais, poderia ajudar Minas, ajudar Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro que são os estados que passam maior perrengue nesse momento, eu queria que colocasse um documento que eu acho que o Paulo conhece bem, que é aquele acerto de contas da Assembleia Legislativa, só para mim passar a bola para os nossos convidados e esse documento trás a dívida da lei Kandir com os vários municípios de Minas Gerais e aí parece que vem gente de Bocaiuva aqui, gestores de Bocaiúva (aí eu quero mostrar ali bem para o fim que ali está o quadro, pode passar a barrinha mesmo o negócio é bem embaixo), quero mostrar as dívidas que existe com os municípios do governo federal, uma dívida que foi calculada só até 2015 então ela ainda precisa ser corrigida, (vocês podiam achar Bocaiuva, aumentar um pouco, vocês conseguem dar um zoom, quem mais está aqui), vamos acompanhar a linha de Bocaiuva, Bocaiuva tem 38

milhões a receber do governo federal, (quem mais tem de município aqui) você está querendo desqualificar nós enquanto recebedores, Cordisburgo mais de 9 milhões de reais, Itabira 556 milhões, Montes Claros, Antônio Dias, Sete Lagoas, Montes Claros 355 milhões de reais, Sete Lagoas 388 milhões, Caratinga 64 milhões, Martinho Campos 20 milhões, Antônio Dias 25 milhões, Pirapora 95 milhões, Pedro Leopoldo, Ipatinga 900 milhões a receber, BH 3 bilhões, esse relatório é um relatório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que criou-se uma comissão especial para fazer esse estudo então não é um relatório tirado de qualquer lugar, a Assembleia de Minas é nosso parlamento, instituição importantíssima no nosso estado tanto quanto poder executivo então teve elementos e dados que são dados precisos que trouxe isso pra nós, e a gente precisa receber essa conta como o Paulo disse, não tem perdão pra juros não tem perdão pra dívida também, a gente precisa pros nossos municípios vai ser muito importante, o meu município que é Passos, 115 milhões de reais, então eu queria dizer também sabe secretário, está tendo um movimento, a gente tem também tem que precaver dessas coisas, só pra encerrar, passar pra vocês pra começarem o debate, a associação mineira e as associações de maneira geral das regiões de Minas está puxando um debate sobre a dívida do governo do estado com os municípios, enquanto município a gente não pode cair nessa falácia não porque o governo federal deve muito mais aos municípios do que o governo do estado, e do governo estado também que inclusive sobriaria recursos financeiro eu fiz um levantamento lá no meu município enquanto o nosso prefeito lá que é justo cobrar o estado a gente também não está negando isso, mas enquanto o estado deve 38 milhões para o nosso município, inclusive de recursos financeiros de já 6 anos atrás não é de 3 anos pra cá, tem dívida de mais de 3 anos o governo federal deve 115 bilhões só com a lei Kandir tem outras coisas também, a gente sabe que tem atraso histórico do governo federal de 3, 4, 5 parcelas em alguns pisos, então a gente tem que criar uma estratégia republicana que está faltando nesse momento pra gente poder trilhar um caminho pra cobrar essa dívida que inclusive que o governo federal é muito maior que resolve muito mais os nossos problemas também não negar a dívida do estado mas colaborar já que somos todos mineiros no final das contas para que o estado também receba essa dívida e possa sanear as contas porque a não ser que tenha um jogo muito combinado aí o próximo governador vai ter perrengue mas muito perrengue mesmo, eu até assusto, eu brinco sabe presidente como é que os cara querem entrar num trem embolado desse jeito, todo mundo brigando pra entrar num trem embolado, o que é isso, uns pelejando para permanecer, outros pelejando para entrar, então eu queria saber que receita que é essa, entrar num trem tão ferrado como este, então quero passar para os nossos convidados, levantando esses 4 pontos aí que eu acho importante pra gente construir, escutar os municípios também, construir uma

saída de luta para a gente poder receber essas coisas todas para o nosso município ir melhorando, aqui em BH a gente vem aqui visitar e a gente ver o sofrimento do nosso secretário, é morador de rua para tudo quanto é lado igual Passos também está na mesma situação então a gente precisa dar respostas para essas pessoas que estão nessa situação de empobrecimento, e passar para Dona Arlete antes para ela também fazer as considerações dela que Dona Arlete também nos inspira no Conselho Estadual de Assistência Social eu gosto muito de ouvi-la e vai ser bacana nesse momento ouvir também a senhora depois a gente para os nossos convidados para que a gente possa iniciar esse debate aí com mais vigor. Muito obrigado. **Arlete:** Bom dia a todos, eu quero começar falando da importância da composição dessa mesa, eu quero falar da minha condição de mulher negra, pobre como numa mesa onde nós estamos aqui ouvindo pessoas que tem toda a condição e competência para falar da política pública especialmente do Suas, tanto a nível de estado como também nacional e enquanto fala desses 2 entes, estado e federação, logicamente nós enquanto municípios estamos incluídas neles, então pra mim é um gozo estar nessa mesa e aí eu quero só para focar um pouco na figura das mulheres e das meninas, essas respostas que nós ouviremos aqui no sentido de dizer que toda essa pobreza que a gente está recuperando, infelizmente ela sempre teve rosto, ela tem história e ela tem perfil, então o rosto dessa pobreza que já se arrasta pelo país e todos nós sabemos do foco dela em cada lugar ela vem na sua representatividade trazendo o rosto das mulheres, quando nós falamos da dificuldade de acesso à água em que aparece no primeiro slide, todas as vezes que falta água as primeira impactadas são as mulheres, todas as vezes que a gente fala da violência que acontece nesse país nós sabemos que as maiores vítimas são as mulheres e se nós fomos falar de elencar toda a violência que acontece nós sabemos que essas figuras são as mais impactadas porque são elas que em primeira instância cuidam das famílias então se a gente pensa, se a gente quer e se a gente almeja e que é uma necessidade ter uma população imponderada nós precisamos garantir que o Suas funcione porque a porta de entrada no Suas a gente chega lá e vê a fila o maior percentual é de mulheres, se você chega no Sus o maior percentual de pessoas que está lá na fila são mulheres então nós precisamos ter esse olhar direcionar a nossa fala não no sentido de proteger somente as mulheres mas ter esse cuidado e ter esse olhar focado nessa figura e aí também eu quero falar da chegada do Suas na comunidade impondera as mulheres e a ausência do Suas mata as mulheres e quando se mata a mulher se mata a família, eu estive nessa semana visitando alguns grupos e quando eu cheguei num grupo de mulheres da associação de mulheres da coleta seletiva, ela me falou assim Arlete eu estou precisando que me interne porque eu estou morta eu só preciso fechar os olhos porque o meu corpo não aguenta mais e o corpo dessa mulher é representado no corpo de

cada uma de nós e nos corpos dos senhores aqui presente, e que a gente acredita que quando a gente vê um homem fazendo luta pela permanência pelas garantias de direitos do Suas esse homem é nosso amigo. **Rodrigo:** É dona Arlete, difícil a senhora viu. Eu só queria fazer coro ao Paulo Bretas, José Crus, Gilberto eu quero e acho muito importante o que vocês trazem sobre a lei Kandir isso é uma luta que eu acho que o Cogemas tem que abraçar também, a gente tem que começar pressionar esses gestores, a marcha de prefeitos que vai lá em Brasília pra tanta coisa, acho importante que eles vão pra isso também, começar cobrar, mas eu quero saber do secretário também desse preenchimento, desse recurso que chegou quanto que é o piso mineiro, qual é a estratégia eu não quero que nessa pergunta o senhor Paulo Bretas se perca aqui não, a gente precisa saber das estratégias desse dinheiro e quanto vem pra gente principalmente depois da fala da Dona Arlete. **Otávio:** Eu fiz algumas anotações para eu não me perder, bom, vamos lá primeiro dizer que coloca a gente também emociona a gente também tanto no discurso do José Crus quanto da Dona Arlete eu tenho também cunhadas que são assistente social trabalham com isso então eu vivo de perto também essa realidade, fui setorialista da Sedese por muito tempo então eu conheço essa realidade mas assim infelizmente não sou eu que tomo a decisão mas felizmente a gente sabe que tem um governador lá que tem brigado rotineiramente pela assistência social no estado de Minas Gerais então assim quando o José Crus fala que a nível federal Minas Gerais é reconhecida e quando eu mostro os números da execução do Piso Mineiro comparado aos 4 anos anteriores assim a gente comprova que realmente a assistência social tem sido prioridade dentro do governo e continua sendo, antes eu conversei com a Simone antes de vim para cá e ela já tinha me adiantado esse pergunta e aí ela falou eu quero saber, uma das respostas que a gente quer ter foi falado pela Paulo eu apresentei o problema mas a gente quer respostas então uma das respostas é realmente a aprovação na semana passada da securitização que vai conseguir que o estado, eu citei aqui na apresentação que uma das iniciativas uma que geram arrecadação para o estado é o programa “regularize” que o estado conseguiu fazer acordo com vários devedores e esse acordo vai ser adiantado na verdade nesse projeto de lei que foi aprovado então é uma estimativa de 2 a 2 bilhões e meio de recursos e aí eu mandei a mensagem para Ronda Brandão é uma das componentes junto com Francisco, Paulo Duarte e o Ricardo Martins que tomam essa decisão mas ela que assessora diretamente o governador, pra saber se tem algum acordo no dia do pagamento do piso, ela não me garantiu nenhum acordo e nenhum valor, o que ela me garantiu que assim como a educação e saúde o piso mineiro é a prioridade para pagamento desse recurso, ela me deu essa garantia pra poder falar isso, e aí essa é uma iniciativa o Paulo até citou outra também da fusão da Codemig mas infelizmente, na verdade ela não foi aprovada, a Assembleia no 2º

turno ela não apreciou e a gente não vai conseguir mais uns 3 bilhões que estavam previsto então são alternativas que o governo está propondo nos fundos imobiliários realmente foi no final do ano passado a gente ainda não conseguiu viabilizar a magnitude dessa entrada mas a Secretaria de Fazenda que assumiu antes era a Seplag agora a gestão imobiliária está na Secretaria da Fazenda mas eles estão debruçados sobre isso também para tentar viabilizar essa arrecadação e foi citado também aqui a questão da lei Kandir que é importantíssima ela realmente dá um ganho estrutural assim não é um fôlego, vamos dizer que essas iniciativas aqui eu citei 2 delas a negociação ali da dívida, os depósitos judiciais, essa securitização é outra, a fusão da Codemig é outra mas isso é pontual, a gente dá um suspiro a lei Kandir seria uma coisa estrutural, porque uma das despesas que eu coloquei aqui como vilans dessa situação fiscal é a dívida pública e ela poderia ser compensada com tudo que o estado deixou de arrecadar com a lei Kandir aqui foi mostrado os valores e esses valores viu Gilberto eles foram calculados e tem o respaldo do compassa que é a comissão da secretaria da fazenda só que infelizmente quem decide isso é o governo federal que foi quem decretou que os estados e os municípios não arrecadariam e que compensariam os estados e municípios com um valor mensal que o estado estaria abrindo mão mas esse valor não foi integralmente repassado e esse cálculo que a gente faz, a Assembleia fez uma comissão chegou a esses valores mas essa decisão é de outubro de 2016 é que o estado do Pará entrou com uma ação judicial para rever essa questão da lei Kandir do prejuízo que estava tendo porque o estado do Pará assim como Minas Gerais também é muito forte na arrecadação em cima do minério é um estado também que tem muito extração de minério então ele entrou com essa ação em Minas Gerais logo em seguida entrou com um instrumento chamado amicus curiae amigo dessa causa, até o Onofre advogado geral do estado fala que o estado entrou pesado nessa questão e foi decretado pelo Supremo Tribunal Federal, 11 votos a zero, unanimidade que o governo federal estava errado e deu 12 meses para o governo federal resolver e já se passaram mais de 16, 18 meses, 19, 20 meses já e o governo federal ainda não resolveu, a única coisa que o governo federal fez foi instituir uma comissão que deu um parecer que seriam repassados aos estados e aos municípios um valor que eles entenderam que é um pouco diferente ao nosso mas que ajudaria muito que pro estado de Minas Gerais seria em torno de 7 bilhões de reais e aí 25% desse valor seria dos municípios mineiros que é cota baixa da arrecadação do ICMS, esse seria estrutural se a solução fosse Paulo ver o montante que o governo federal deixou de repassar e ver o montante da dívida por exemplo do estado e quitar essa dívida, se o estado tem uma dívida que é menor que o governo federal deixou de repassar era simplesmente quitar mas a solução proposta por essa comissão do Senado que é razoável não é ideal que o ideal seria quitar a dívida

integral do governo do estado com a união ela fala em repasses anuais está certo que durante 30 anos é um período razoável e num montante muito próximo do que o estado paga de dívida o estado para 2018 são 7 bilhões e meio de reais estava sendo uma forma de compensação o ideal mesmo é quitar, quita o montante porque senão um dia essa conta vai chegar porque o Lula pensa temporário e a dívida é permanente um dia eles iam parar de pagar e iria continuar pagando pagar eles então o ideal era chegar na raiz e a proposta do governo do estado da comissão que a Assembleia Legislativa tomou de bem feito parceria com a bancada federal e eu acho que os municípios tem papel importante mesmo o Rodrigo falou, a marcha tem que um dos pontos tem que ser esse do mesmo jeito que o governo do estado deve a união os municípios devem em questão de compensação de regime de previdência, tem outras dívidas dos municípios que também poderiam ser quitadas e também seria uma questão estrutural para as finanças municipais, então eu acho que essa é uma questão estrutural que está na pauta vencida inclusive mas é só um dos exemplos que o governo federal tem feito que o próprio José Crus falou que a porta de saída do serviço é o município, quem está com o pé no chão lá e sofre realmente são os municípios mas infelizmente o estado está entre o governo federal e os municípios também muito prejudicado pela atuação do governo federal e aí depois de 2016 com o advento que aconteceu muito piorado ainda nas iniciativas do governo federal especificamente para Minas Gerais mas de forma geral também com suspensão de cofinanciamento de política de educação integral, também os atrasos na assistência, na saúde o Sus também saiu muito prejudicado, então assim infelizmente nesse pacto federativo, estados e municípios dependem muito do alinhamento com o governo federal para questões estruturais mas independente disso está vendo essas possibilidades atuando nessa forma de tentar negociar essa lei Kandir que aí tem essa questão do governo federal mas essa lei da securitização vai conseguir adiantar os recurso que tem realmente essa garantia dos decisores lá de que realmente o piso está dentro das prioridades para quitar. Então acho que é isso, deixa eu ver só se na minha anotação. É só ia falar que a referência que a gente criou como Minas Gerais como referência na assistência social é um legado que a gente tem que deixar não pode permitir perder então essas iniciativas essa prioridade que o governo tem dado para a assistência é justamente para priorizar esse legado e permanecer, perpetua-lo. Acho que é isso. **José Crus:** Primeiro eu quero dizer a Dona Arlete que eu estou emocionadíssimo viu dona Arlete delícia ouvir a senhora, acho que são pessoas como a senhora que nos mobiliza muito acho que a senhora saiba que tem muitos homens e mulheres na luta na defesa desse sistema, são muitos, podem até tentar mas é difícil mas nós estamos firmes na luta, e estava pensando aqui como que o processo conferencial conduzido por esse conselho no ano passado

foi tão importante, deixou um legado para os fóruns regionais, os trabalhadores, usuários né Dona Arlete teve um processo tão bacana conduzido por esse conselho que nos dá muito orgulho, quando eu falo de uma referência do estado estou falando de um conjunto inclusive das pautas que esse conselho tem conduzido, esse conselho enfrentou com peito aberto disse não para o “criança feliz”, não ao “futuro na mão” as estratégias sombrias que pertacham esse governo e tentam chegar ao nos municípios para confiabilizar as famílias pobres, para retirar direitos duramente conquistados pela população mais pobre e vulnerável deste país então esse conselho conduziu pautas importantíssimas e deixou um legado aqui traduzido e materializado dos fóruns nós temos um grande desafio enquanto gestores municipais e gestores estaduais de potencializar e de fomentar essa participação popular constituída e materializada em todas as regiões de Minas Gerais nós temos agora representante do Cogemas em toda regiões claro que nós vamos chegar nos 100% né Paula estamos fazendo um esforço pra chegar em 100% porque tem que estar vinculado no Cogemas assim diz o estatuto nosso então tem um esforço de algumas regiões para trazer os gestores para essa luta coletiva não é partidária, inclusive super partidária nós temos colegas de diversos partidos no colegiado, nós não estamos falando disso nós estamos falando de uma luta em defesa desse sistema público de proteção que nós fizemos chegar em todos os cantos e encantos, de entrar nas comunidades, de ressignificar histórias, de reconstruir história, de emponderar as mulheres protagonistas, esse campo de proteção é claro o que predomina são as mulheres tanto no campo dos profissionais a grande maioria 90% são mulheres assim como o público que nós atendemos nas nossas unidades, então dona Arlete, muito mobilizado, energizado, para continuarmos na luta em defesa desse sistema de proteção social, e aí eu acho que as pessoas arrumam umas palavras difíceis pra complicar as coisas depurificação, negócio complexo para a gente compreender mais reafirmar que a pauta do cogemas é para que com esse recurso pague a dívida já reconhecida pelo decreto do governador nós queremos é a honra desse decreto para que nós continuarmos avançando, o Gilberto trás uma questão importantíssima não tem tempo acho que merece outro debate aqui nesse Conselho, proponho viu presidente, pra a gente fazer uma discussão sobre Apec Emenda 95 aqui no conselho, não sei se já fizeram mas se não fizeram ainda que seja uma pauta para gente discutir o significado dela daqui a pouquíssimo tempo o significado dessa redução no campo da assistência social nos municípios, tem um estudo do Ipea eu sugiro ao conselho que convite a professora Luciana Jaccoud conduziu um estudo importantíssimo no Ipea está lá disponível no site do Ipea um estudo sobre a Emenda Constitucional e o significado dela, os impactos dela nas políticas públicas de um modo geral e está lá na assistência social eu sei que em 10 anos você **não** consegue manter o BPC para ter uma ideia, tem

impactos gravíssimos e nós vamos ter que pensar como que nós vamos ter que engrossar uma luta para revogar por meio de referendun que a gente revoga uma Emenda Constitucional, só pra gente entender que nós vamos ter que fortalecer essa luta, essa luta é dos usuários, essa luta é dos trabalhadores, essa luta é dos gestores, essa luta são de conselheiros, é da sociedade como um todo gente, não é de governo é de todos e vocês viram que nós temos importantes deliberações da Conferência Nacional, Minas Gerais foi protagonista na Conferência Nacional, vocês sabem disso, muitas das bandeiras das deliberações materializadas aqui pelo conselho estadual no processo conferencial foram traduzidas na conferência nacional, nós mobilizamos e nós interferimos no rumo da conferência nacional nós vamos ter que fazer materializar as deliberações que estão lá traduzidas a emenda constitucional, está tudo lá, então eu acho que a gente vai ter que fazer um debate para as pessoas compreenderem de fato o impacto da emenda constitucional no campo da assistência social, então tem um estudo importantíssimo vejam lá no site do Ipea que vai possibilitar uma análise importante e subsidiar um bom debate aqui, outra coisa Gilberto é o seguinte todo movimento do colegiado nacional de gestores que o COGEMAS fez junto com todos os presidentes de colegiados estaduais pra dentro do senado da câmara federal em prol da vinculação, o que nós ouvimos de todos é o movimento aqui é para desvincular o recurso da saúde, da educação não tem ambiência para uma pauta de mais uma vinculação o movimento é outro para desvincular os recursos da saúde da educação foi que nós ouvimos muito dentro do congresso, então nós vamos ter que engrossar na luta pra que a gente tenha a emenda constitucional com recursos para a assistência social, acho que é isso. **Paulo Bretas:** Eu só queria deixar bem claro para o Otávio quando a gente cobra nós somos parceiros o governo do estado tem feito um trabalho incrível com o tamanho de problema que ele tem nas mãos e o conselho regional de economia é parceiro e sempre será de todo e qualquer governo independente do partido político se ele estiver trabalhando em prol dos mais vulneráveis da sociedade sempre estaremos trabalhando juntos, inclusive nós estamos trabalhando em 3 projetos lá no conselho de economia que eu queria dar publicidade a eles porque eu acho que eles são da mais alta relevância, e um deles envolve o governo do estado, nós estamos negociando, discutindo e formatando um projeto para o ensino de economia no 2º grau, através das disciplinas que já são lecionadas, a história, da geografia, da matemática, da filosofia porque a gente acha que os adolescentes ao entenderem de dinheiro, de crédito, de emprego, de mercado de trabalho, de demanda, de oferta, esse conhecimento ele é libertador, porque o adolescente que conseguir compreender os processos econômicos da sociedade, a maneira como a sociedade se distribui em classes sociais, a maneira como a sociedade tem privilégios para uns e para outros não, de que

forma o sistema econômico é responsável por tudo isso, esse adolescente vai levar essa mensagem para dentro da família dele e nós vamos ter famílias mineiras muito mais politizadas, muito mais compreendo a real realidade do que está acontecendo com o país e com o mundo, e é um projeto que nós estamos dando total prioridade no conselho de economia, o segundo projeto ele foi a criação de um conselho regional de economia acadêmico nós estamos trazendo pra dentro do conselho de economia os estudantes de economia para podermos discutir com eles a nossa maneira de sermos economistas de pensarmos Minas Gerais, pensarmos o Brasil, não deixar esse pessoal se escorrer lá pro lado do liberalismo, porque é uma lavagem cerebral o que acontece nas faculdades de economia, então a gente quer fazer o debate, nós não queremos que eles adotem uma postura de teorias econômicas com as quais nós comungamos, mas pelo menos nós queremos ter o direito de debater com eles, para não deixar essa lavagem cerebral, desse liberalismo, desse negócio de mercado vai resolver tudo, lavar o cérebro dos nossos jovens, então criamos um quórum acadêmico estamos fazendo debate maravilhosos com eles no dia do economista dia 13 de agosto agora, fizemos um debate lá no conselho com mais de 80 pessoas naquele auditório pequenininho que a gente tem lá com um professor do Cedeplar, o Fernando e com o Bruno Wanderlei foi um debate excelente, estamos também fazendo uma coisa que aí vocês vão gostar demais, nós assinamos um convênio de cooperação técnica, viu Otávio, com a Fundação João Pinheiro, nós juntos com a Fundação João Pinheiro nós vamos fazer o cálculo do índice de desigualdade econômica e social do estado de Minas Gerais, nós vamos desenvolver uma metodologia de cálculo que nós vamos calcular esse índice e todos os meses nós vamos dar a divulgação pública do que está acontecendo com a desigualdade econômica e social do estado baseada nesse índice e eu acredito que esse índice será de tal modo bem sucedido que outros estados irão repetir a metodologia e daí a pouco nós vamos ter um índice nacional da medição da desigualdade econômica e social. Esse convênio já foi assinado, nós vamos fazer uma divulgação pública dele desde já quero convidar vocês, vou mandar o convite oficializando isso no dia da assinatura, vai ser feita a assinatura lá no conselho de economia na terça feira agora dia 21, então se vocês quiserem anotar dia 21 às 09 horas lá no Conselho de Economia na Rua Paraíba 777, mas já assinei, é só uma divulgação e aí nós vamos chamar a imprensa e os todos meios de quando for divulgado o índice a imprensa vai estar presente, são momentos de disputa, momentos de mostrar o que está acontecendo, então eu acho que o conselho vem buscando esse caminho, vem buscando maior inserção na sociedade e só para falar um pouco mais aqui em cima das falas que me antecederam, evidentemente que a gente precisa pensar coisas bem alternativas bem fora da caixa, e aí eu vou falar um negócio que pode ser polêmico vai dar discussão tem gente que é a favor tem

gente que é contra, mas olha só no governo Dutra eles acabaram com o jogo no Brasil, acabaram com o jogo, governo Dutra, o Dutra fez isso a pedido da esposa dele, ela é muito católica, independentemente de quem queira jogar, não queira jogar se o jogo leva a pessoa ao vício, cria um problema social, olha só os países chamados desenvolvidos e ricos eles criaram estruturas de jogos em lugares pobres onde não havia possibilidade de desenvolver nada, nada, nos Estados Unidos criaram Las Vegas no deserto do Arizona não tinha nada lá, tinha areia e gente pobre, areia e gente pobre, e ali você cria um complexo de turismo, de hotéis, de shows, de cultura e jogo, ô gente, que dia que a elite brasileira deixou de jogar nesse país, fala pra mim, joga clandestinamente, pega um navio e vai jogar lá em alto mar que lá a lei não vale, vai pra Argentina, vai para o Uruguai, vai para o Paraguai, o jogo continua, Las Vegas, a minha ideia sabe qual é, pega e mapeia no território brasileiro onde estão 50, 100 piores IDH's, pega as 100 regiões, 150 regiões que sejam dos piores IDH's e ali autoriza o funcionamento de um complexo de turismo, cassino, shows, o que seja, só de impostos que essa atividade geraria você paga a dívida interna do Brasil, você arruma dinheiro para a educação, saúde, assistência social e você desenvolve regiões que não tem a menor possibilidade de desenvolver, imagina um complexo desse que eu chamo de complexo turístico que envolve tudo isso lá no Vale do Jequitinhonha e paralelo a isso formação de mão de obra, qualificação das pessoas, isso é pensar fora da caixa, isso é pensar solução que ninguém está pensando ainda mas quem está pensando está pensando em interesses deles, próprios, de grupos, de ganhar dinheiro, vamos pensar isso dentro de uma política social, dentro de política, gerar novos impostos e novas tarifas, deixa o rico gastar o dinheiro lá, mas pega lá 50% que ele gastou de imposto e reveste para as políticas sociais, de formação e qualificação e trabalhar muito isso, não é só pensar na ponta de atender oferta, nós temos que evitar demanda, nós temos que atacar é a formação da pobreza, nós temos que atacar é na hora que a família está precisando de ter alguém qualificado de ter alguém trabalhando com a carteira assinada, é lá que a gente tem que atacar, não é só ficar pensando no dinheiro que vai sair para atender a oferta, isso também, mas pensar numa grande política capaz de reduzir a demanda, é isso que o Brasil precisa. Muito obrigado. **Rodrigo:** Então vamos abrir para o debate, nós temos já inscrito a Simone, Gilberto, Ivone. **Simone:** Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentá-los, cumprimentar o presidente do Conselho Regional de Economia Paulo Bretas, cumprimentar o José Crus, Secretário Municipal de Assistência Social e presidente do Cogemas, cumprimentar e agradecer muito o subsecretário Otávio, dizer que é muito confortante e muito bom Otávio poder compartilhar o pleno com você, você acalmou nossos corações, mas é importante sabe Otávio também nos tranquilizar de que a opção ela continua uma opção, já colocada inclusive pelo Secretário Helvécio que é o Secretário de

Planejamento e coordenam os grupos, um deles é de medidas sócias educativas, e tem negociado pessoalmente com o Ministério Público, com os Secretários Municipais de Assistência, enfim a gente tem uma trajetória juntos, bem, eu queria mais uma vez agradecer, mas eu queria informar é que o Conselho Estadual de Assistência Social desde a semana passada compõe a plataforma dos desenvolvimentos sociais que é uma plataforma que está reunindo movimentos sociais do Brasil inteiro para retomada política no Brasil e dentro da retomada política se inclui a luta para o veto para o referendun da Emenda Constitucional 95, semana passada o Conselho Estadual participou de uma reunião no Rio de Janeiro com quase 500 lideranças do Brasil inteiro de movimentos sociais e foi traçado uma estratégia porque o referendun ele não pode ser um referendun popular ele em que ser um referendun oficial puxado pelo Congresso então todo o investimento do movimento social no Brasil vai ser para que também o Congresso tenham pessoas que queiram, desejam que o referendun oficial saia e o movimento vai divulgar uma pesquisa com o nome dos deputados que tem condições na opinião do movimento de lutar para que a gente tenha o referendun através do Congresso a partir do ano que vem e o Conselho Estadual nós vamos puxar uma luta em Minas Gerais, nós estamos organizando isso, porque de fato, concretamente nós podemos discutir o que for pra discutir, mas se a gente não derrubar a Emenda Constitucional 95 nada vai adiantar, na Emenda Constitucional nós não temos mais vinculação pra saúde, e pra educação, acabou a vinculação, porque o que vai acontecer é que Pec tem demonstrado para nós vai chegar um momento muito rápido que vai começar a disputa entre as áreas e o que está acontecendo com o SUS é a privatização da saúde, está em discussão outro modelo de saúde, no caso da assistência social esse caminho a gente já conhece também, é a refilantropização da assistência social, nós já estamos discutindo isso, a gente está vendo os vicentinos já estão se reunindo de novo para fazer à campanha do quilo que não existia a 10 anos no Brasil, as entidades estão se organizando em foco porque daqui a pouco elas estão assumindo a responsabilidade do estado de novo e na área da educação nos também estamos vendo o que está acontecendo, cada dia tem menos recursos para as pessoas pobres estudarem é a elitização e a privatização da educação, então o sinal está dado, acho que a grande luta nossa é a luta pela derrubada da Emenda Constitucional 95, e nesse sentido eu acho muito importante nós vamos fazer a discussão da gente tomar a liderança do Conselho Estadual porque saiu ponto de recuperação da nossa conferência no ano passado então a gente vai assumir a liderança aqui no estado de Minas Gerais e a gente vai viu Paulo, convidar outros conselhos inclusive o Conselho Regional de Economia porque também precisamos fazer aliança com a área da economia e ter muito claro também a importância da economia pra assistência social, é impressionante no debate da economia não aparece à importância da

transferência de renda para a economia dos municípios brasileiros que é extremamente importante, e os municípios não estão perdendo só nas transferências de recurso estão perdendo também porque as famílias pobres estão ficando com desproteção de renda, deixando de circular a renda no município e recebendo pessoas com desproteção de renda, e enfim, milhões de outras coisas, e só para seu conhecimento Paulo que tristeza, enquanto o Conselho Regional de Economia ensina os jovens à economia na ótica do capital e do trabalho nós estamos sendo convocados pelo Ministério do Desenvolvimento Social para trabalhar com as famílias que recebem o bolsa família e fazer com que o recurso que elas recebem elas consigam colocar no cofrinho então nós estamos ensinando as famílias, você está rindo, mas é muito triste, é isso que nos resta infelizmente no Brasil de hoje, rir para não chorar, mas enfim é isso que eu queria informar que o Conselho Estadual, nós estamos firme na certeza de que se a gente não tiver também grandes lutas dificilmente a gente vai sustentar o Sistema Único de Assistência Social no Brasil, porque é o sistema que protege as famílias mais pobres, então por isso mesmo ele é um sistema que pode ser mais atingido com essa deliberada crise. **Ivone:** Bom dia a todos eu quero cumprimentar essa mesa tão importante e dizer né Rodrigo que de fato foi muito bem vindo esse momento, acho que agradecer o conselho por ter acatado essa discussão, a gente trazer pra nossa reunião, nossa plenária o momento de refletir sobre essa crise e sobre os impactos que tem isso com os municípios, quero agradecer muito por ter não só o presidente, mas todos os pares do conselho por ter acatado essa proposta nessa plenária e quero cumprimentar sim cada um dessa mesa sobre a importância que está dando pra esse momento pra nós principalmente na pessoa da dona Arlete que realmente ela nos inspira muito, quero sim parabenizar muito o José Crus que representa aqui todos os gestores do estado de Minas Gerais com sua belíssima fala, representa sim nós que estamos aqui na ponta nos municípios, que eu tenho certeza que todos gestores que estão aqui sentiu muito contemplado com sua fala, de fato o município é o lugar onde a gente materializa essa ação da política da assistência social todas as políticas públicas é lá, e é lá que a gente está vivendo também esse desafio o estado ele é uma organização mas ele não executa serviço, a união não executa serviço, quem executa serviço é o município, então tá lá o pepino na nossa mão, eu queria dizer que você foi muito bem feliz de colocar de fato os anos que nós tivemos nesses 13 anos que tornou a assistência social como a própria educação dizia a saúde, nossa, agora vocês são os prioritários dentro do município de fato nós vivemos essa experiência, a gente hoje no município se a gente executa algum serviço 90% é com recurso federal que caía nas contas dos município isso foi quem está aqui é gestor sabe, eu acompanho o orçamento do meu município se efetuar com a fonte 100 que é a fonte ordinária a execução maior do município é com os serviços que não são

os serviços tipificado quem executa o serviço tipificado são os recursos que nós conseguimos dessa materialização que o José Crus falou de implantar um Cras de implantar um Creas de implantar um serviço, 90% é recurso que vem da união e como eu ouvi ontem da Simone é obrigação mesmo porque quem arrecada, da onde vem os recursos para ser executar o serviço são os recursos da seguridade social, ele que arrecada, então ele tem que bancar mais sim a implementação do serviço no município e o estado também tem que entrar com sua parte como também o município também tem que cofinanciar as ações dos serviços tipificado mas nós sabemos que não é muito assim os próprios municípios quase não cofinancia os serviços tipificados financia sim alguma ação que já é executado, conselho tutelar, as entidades, os serviços que já existiam, então eu queria dizer aqui que nós temos um grande problema pra frente que já foi falado que é o problema da Emenda Constitucional e esse problema de agora segurar os serviços, nem é ampliar mais, mas segurar o que nós já temos de implementação isso trás pra mim um grande desafio e queria dizer que a luta que a gente trouxe pra cá não é pra dizer que o governo do estado nunca fez e não está fazendo pelos município é realmente pra que todos nós tenhamos consciência de que o estado que mais fez por esse Suas foi o estado de Minas Gerais, foram os nossos gestores que mais fez, está aqui o Simone, está José Crus foi que fez não só por Minas mas fez pelo Brasil, e também pra gente chegar a ouvir de economistas que antes dessa crise que Minas Gerais está passando que foi dormir um dia e acordar com um golpe que fez com que toda essa luta, toda essa construção tivesse o resultado que nós estamos vivendo aqui hoje, e que hoje nós estamos aqui para defender essa reversão desse golpe porque quando o Gilberto coloca, nós estamos com 2 caminhos, 1 caminho que não defende a construção desse Suas, a construção do SUS, a construção de uma política mais em prol daquelas famílias que mais precisa e um caminho que defende o estado máximo, um estado que não vai priorizar as nossas políticas, então eu acho que nós estamos num momento muito importante para unir essas nossas forças, para juntar esse momento de desafio que a gente está vivendo para dar as respostas a tudo isso que a gente está vivendo no estado, mas não é isso que a gente ver no movimento dos municípios nós estamos aí assistindo a MM articulando com os municípios um movimento e os nossos prefeitos eles estão nesse impasse eles estão entrando numa marcha que se você for olhar, todos os prefeitos vão em marcha pra Brasília todo ano, estão autorizando marcha para Minas Gerais, eu acho que nós precisamos chegar até os nossos prefeitos e fazer um debate desse junto com os nossos prefeitos que representam os municípios para que de fato a pauta que devem ser levadas nessas marcha sejam a pauta que deem mais resposta ao Suas, ao Sus, na educação no Brasil, então eu quero dizer que nós estamos no caminho certo viu Rodrigo, eu acho que nós temos que continuar

essa discussão, esse debate o conselho não pode ficar meramente respondendo denúncia, amassado aquele barro mas nós temos que ter momentos como esse pra pensar mais na frente, para que o conselho tenha uma posição mais acertada, então eu acho que é fundamental esses momentos para a gente refletir e quero que depois desse debate a gente possa ter ou uma carta ou um comunicado do conselho dessa importância que a gente teve aqui hoje da gente tirar algum produto desse nosso debate pra gente estar compartilhando nas nossas bases nos nossos municípios aí e de mais eu quero agradecer mesmo. **João Crisóstomo:** Bom dia a todos e todas, João sou do Conselho Municipal de Pirapora e também aqui represento os conselhos municipais e sociedade civil no conselho estadual e assim é até difícil depois que a dona Ivone já falou aquilo que eu queria perguntar e também a fala da Simone, mas eu saio daqui assim um pouco confuso também com 2 coisas, primeiro a questão dessa lei Kandir, pelo que o Gilberto explicou aqui parece que num encontro do Cogemas e aí José Crus se eu tiver errado você me corrige, parece que vocês já discutiram isso com os gestores com relação desses recursos que a gente perdeu, mas eu fico triste porque a gente anda por aí e a gente não ouve dos gestores essa discussão o que nós como estado vamos fazer quem tem levantado essa bandeira ou é o governo do estado ou é o conselho estadual então eu saio daqui com uma dúvida que fica parecendo que mais de 50% dos município, parece se a gente fosse contar pelo número de gestores nós temos que ter mais de 1000 porque só no estado tem 853 municípios se eu não me engano, eu fico triste porque a gente não ver os municípios abraçando essa defesa do que é nosso, do que a gente está perdendo e aí a dúvida que a gente sai daqui é a seguinte será que por uma questão política partidária esses municípios que não brigam, não aderem na defesa do estado será que eles não estão macumunado com o governo federal pra prejudicar o governo Fernando Pimentel? É uma dúvida que eu tenho, porque gente é muito dinheiro, pelos números que vocês levantaram aqui eu olhei pelo meu município Pirapora, 90 milhões parece que a grande BH 80, parece que é bi, gente, qual é o gestor em sã consciência que não iria brigar por esse recurso, mas parece que a briga política partidária atrapalha na defesa dos interesses de Minas, e aí eu quero conclamar a gente quanto conselho e os representantes do governo do estado se tivermos que brigar vamos espalhar isso porque os municípios estão calados, nunca vi nada, nunca vi um apontamento do município falar dessa questão da lei Kandir, agora quando é para fazer marcha pra vim brigar do governo Pimentel sabendo de tudo que nós estamos sofrendo aí vem, até mesmo nós que representamos os conselhos e até alguns gestores, vem saber da situação o que nós temos perdido mas ninguém toma partido de brigar com o governo federal, ouvi um companheiro falar que o estado de Minas ajuizou mas nós não recebemos porque esse

governo não está nem aí para a assistência social. **Cristiane** - IMSNS: Então, na verdade assim eu fiquei muito fazendo papel chave eu quero pedir na prática e agora, tem uma frase que gosto muito do que **fazemos como episódio**, que os psicólogos gostam de usar isso e esta que é a pergunta na verdade, o que vamos fazer com isso. Eu acho que ninguém está aqui sem desconhecimento da situação, do golpe que nós tomamos da perda de direito e isso é uma questão que estamos todos muito alinhados em relação a entender que é assim. Também acho que é importante a gente colocar esse papel também de entender quais foram as nossas falhas, nós também tivemos a falha de não fortalecer nossas bases, nós não tínhamos que ficar aqui fazendo discussão de segurar, de articular movimentos ou articular fóruns isso eu acho que é coisa que nós já deveríamos ter conquistado no momento que nós estávamos nas condições de poder fortalecer essas bases, então eu acho importante a gente também reconhecer os nossos equívocos e aí eu estou falando de equívocos me colocando aqui como cidadã que sou de esquerda, então assim eu acho que a gente tem que colocar isso que era pra já termos feito isso, agora do ponto de vista enquanto conselheira estadual eu quero entender o que nós enquanto conselho vamos fazer com isso que foi feito o que nós podemos hoje atuar na mobilização porque assim eu estava comentando com meus colegas e falando, gente que dia que nós ouvimos falar que está fechando o centro de saúde, entendeu? Então assim eu me fico questionando porque que isso ainda é uma realidade na assistência social a gente falar dessa naturalidade que está fechando, naturalidade que eu digo assim natural para maior parte da população que está fechando o Cras de não entender a importância desse equipamento, então assim mais uma vez eu venho conclamar aos meus colegas do conselho estadual pra gente ter um material, coisa física pra gente entregar para as pessoas físicas, eu quero entregar para a minha mãe, para o meu pai, para os meus irmãos, sabe, material física o que é o que significa materializar isso o que significa a perda desse direito, a gente tem que pensar em coisa prática, porque assim nós gastamos muito em propagandas que não traduzem isso, acho que a gente precisa pensar como que nós vamos fazer incidência, como que nós enquanto Ceas estamos em rádios, discutindo, fazendo esse debate, pautando isso e colocando isso de maneira popular, então eu quero muito trazer essa reflexão assim tanto para os gestores, o que está sendo feito no ponto de vista local, pra mobilizar pra isso porque eu acho que isso não é pauta pra gente estar discutindo isso é ação que nós precisamos tomar no ponto de vista tratando, foi falado umas frases aqui que até usei essa semana na discussão com o gestor aqui que é “na crise que a gente ver o que é prioridade” então eu acho que isso quando você trás esse posicionamento para a secretária que essa é prioridade nós precisamos visualizar isso, ver isso, como, quando que foi colocado isso como prioridade, a prática, nós precisamos traduzir em ação o que nós estamos

dizendo aqui, se tem alguém aqui que é contrário ao Suas está no lugar errado e eu convido inclusive a sair, não tem ninguém aqui contrário a isso eu acho o que a gente está pensando aqui é essa ideia já está posta a gente sabe que é direito constitucional o estado que implantou agora o que nós vamos construir na prática inclusive eu queria muito ver o que está sendo construído na prática com os serviços de todos os municípios, porque assim a gente sabe que tem aumentado, BH tem sofrido muito com a questão, tem feito nesse momento a escolha das violações de atender a questão das violações, mas e aí e no campo de vista do enquanto estado enquanto esse conjunto de municípios que somos os maiores da federação, o que nós estamos fazendo em prática, corrigindo os nossos próprios delitos, eu acho que a conferência ela veio nessas proposta de mobilizar fóruns, etc, tardio mas o que nós podemos fazer a partir disso, acho que a gente tem que pensar no ponto de vista pragmático, o que nós vamos fazer com que está feito conosco, com esse tema com nossa proposta e com nossa relevância. **Bruno:** Boa tarde, meu nome é Bruno eu sou representante do CMAS de Juiz de Fora e do Ceas eu queria trazer 2 reflexões, a primeira ela é em relação ao déficit em relação a previdência social, eu peço desculpas porque eu não estou acostumado a falar na frente das pessoas então se eu dar uma gaguejada desculpa. O Otávio ele mencionou mais cedo que no ano de 2017 para 2018 a gente teve um déficit de aproximadamente 2 bilhões e meio de reais, não é isso? Da previdência 16 bilhões de reais. Esse é um valor muito grande mesmo se a gente for pensar com o nosso ponto de vista de quem recebe 1000 reais por mês ou quem está acostumado a trabalhar com a contabilidade da sua empresa que movimenta 200 mil reais por mês ou então 500 mil reais por mês, a gente vê 16 bilhões de reais é realmente um valor muito grande, só que Minas Gerais eu não consegui os dados mais atuais eu coloquei em 2010, eu consegui achar de 2010 ele tinha 20 milhões e 100 mil habitantes e nos dados de 2010 também desses 20 milhões 45% tinha carteira assinada, esses dados podem estar errado eu acabei de pegar na internet, eu tinha feito a conta com 2 bilhões e meio de reais aí tinha dado um valor realmente muito pequeno, só que a gente pode multiplicar esse valor pela diferença para dar os 16 bilhões e continua dando um valor muito pequeno per capita por cidadão com cpf assinada, e a reflexão que eu podia trazer o valor que tinha dado era de R\$260,00 per capita por cidadão em 1 ano, então assim R\$260,00 a gente pode multiplicar isso por 10 que vai dar R\$2.600,00 em 1 ano por cidadão que ainda não vai continuar um valor grande por cidadão trabalhador, a minha dúvida, desculpa, porque realmente essa questão há um rombo na previdência eu acredito que realmente há, mas até então diante do exposto eu posso estar enganado eu vou ter que realmente refazer minhas coisas mas eu ainda não estou convencido que esse rombo não é estratosférico da forma como ele é sempre colocado para gente mas diante do exposto eu acho que errei nas

minhas contas e então eu vou ter que refazer, o segundo ponto é em relação ao que a Cris falou, a gente nunca viu uma unidade de saúde sendo fechada e realmente é uma coisa que eu sempre falo em todas as reuniões do CMAS e do CEAS toda vez que eu tenho oportunidade eu falo isso porque o estado, a federação ela nunca vai ter dinheiro para pagar a saúde e a segurança enquanto ela não começar investir no Suas e na educação. **Rodrigo:** Mais alguma pergunta, por enquanto? Não? Então vamos passar aqui para a mesa para ver as respostas e aí vocês vão pensando aí, gestores, tem um pessoal de Antônio Dias aí, tem mais alguma pergunta em questão? Não? **José Crus:** Pedi ao presidente aqui desculpas mas eu vou fazer essas operações e sair porque eu tenho uma reunião agora gente, eu nem consegui almoçar, acho que esse debate aqui foi riquíssimo eu já saí daqui com outras energias. Primeiro assim eu acho que ninguém aqui é inocente, não tem inocente nem nessa mesa nem nessa plenária, tem projetos em disputa e muitos, não sejamos inocentes, nós estamos num momento de disputa de projetos, essa é uma questão que chama atenção demais nós sabemos aqui nós estamos disputando projeto, nós estamos discutindo, é na família, é no trabalho, discutindo em todos os lugares, é o momento de fazer os debates necessários, ainda bem que nós tentamos ainda uma democracia nesse país, poder dialogar de fato os projetos, mas tendo essa compreensão eu concordo muito com a Cris nós temos que pensar o que nós vamos fazer daqui pra frente, quais são as agendas de lutas, quais são as questões que esse conselho vai conduzir, Simone falou assim olha, o Conselho vai conduzir um movimento importante no estado de Minas até coloco o Cogemas à disposição para juntar esforços coletivos junto com os gestores municipais para que nós tenhamos uma unidade na luta em nome de um sistema público que nós implantamos nesse país, então eu acho que tem que ter essa clareza pra gente não perder de vistas aí os rumos que são dados, basta ouvir os debates que estão aí colocados que estão na rede, ter um ouvido apurado ter os psicólogos nos orienta muito, chama muita atenção basta ter uma escuta qualificada para a gente saber os projetos que estão em disputa nesse país e um forte movimento que pode retroceder, não ache que o Suas está dado, não ache gente, bobagem, dissemos assim, fizemos, não é assim, vejam aí pós 13 de maio de 2016 o que aconteceu nesse país no âmbito do governo federal, todo mundo pode pegar aí as canetinhas e começar a fazer as contas e ver as prioridades, mudou nós estamos lá eu represento os gestores de Minas na Cit e que os nossos colegas do Cogemas tem vivenciado dentro no conselho nacional, é outra prioridade, é outra direção, nada de Suas, nada de prestação de serviços nós é que temos tencionado e muito nessas instâncias do sistema para segurar como se diz o Suas pelo chifre, para não ruir tudo, então só chamo atenção acho que nós temos que ter clareza no momento, dos movimentos das correntes que estão em disputa nesse país, pra gente ter agenda de luta, e nós

somos ruim de focalizar, de divulgar, de traduzir de fato o significado do direito constitucional, o que é isso o que mudou a vida do sujeito, da população eu acho que a Cris estar chamando atenção é nisso, como que a gente vai dizer isso lá, nós temos que pensar mesmo, então eu me coloco a disposição toda a diretoria do colegiado, todos municípios que estão vinculados ao nosso colegiado, à disposição do conselho para nós juntos construirmos essa agenda de luta, o Cogemas nós vamos agora dia 29, 30, 31 validar a carta de Belo Horizonte que saiu do encontro nacional e essa carta de Belo Horizonte ela foi construída, ela só não foi validada no encontro porque nós achamos que seria mais concretude esse documento após todos os debates de todo o encontro, então nós tiramos agenda de luta importantíssima, organizada e que vai ser validada pela diretoria do colegiado nacional agora nos dia 29, 30 de agosto, então nós vamos com a carta de Belo Horizonte, uma carta importante do encontro nacional do XX encontro nacional do Cogemas e vamos ter também uma carta direcionada aos candidatos tanto para o executivo quanto para o legislativo, o que nós temos que fazer é isso né Cris, eu acho que isso pode ser uma sugestão, porque nós vamos ter que interferir nesses processos da eleição que estão aí de incluir a assistência social, essa é uma questão e também a gente conhece e temos clareza das dimensões políticas de cada candidato e a sua compreensão dessa nossa área, então acho que essa é uma questão importante, quando eu disse do fechamento das unidades eu só quero chamar atenção nós estamos aqui discutindo assistência social se você tiver tempo no Conselho Nacional de Saúde, Conselho Municipal de Saúde se vocês vão estar sim ou vindo a mesma coisa, não é só a assistência social não gente são as políticas públicas sociais que estão com a corda no pescoço, saúde também está em Belo Horizonte nós não estamos conseguindo ampliar as ofertas pra hoje porque vocês sabem é a mesma coisa, nós integramos o tripé da seguridade social então os problemas que nós estamos enfrentando a saúde também está enfrentando e educação também está enfrentando não adianta pensar que é só Cras e Creas não, se vocês estiver no conselho de saúde é só conversar com os colegas secretário de saúde e de educação que vocês vão saber da missa rezada lá nessas áreas que também é a mêm coisa, não é um privilégio nosso essa desconstrução não, elevar com as políticas públicas sociais enfim quero agradecer mais uma vez presidente do Cogemas em nome de todos os conselheiros, nos colocar à disposição agradecer a possibilidade do diálogo com Otávio, com o meu amigo Paulo Bretas, Gilberto, dona Arlete eu me orgulho dona Arlete eu saio daqui mais revigorado pra que nós juntos possamos ampliar, qualificar, dar completude materializado nesse programa de proteção social que tem apoiado as famílias principalmente famílias mais pobres e aí é isso mesmo, tem perfil, tem cor, tem raça, nós sabemos onde estão é dessas pessoas que nós estamos falando e lutando para garantir proteção social, eu

quero mais uma vez agradecer viu presidente e estamos à disposição no colegiado, nossa equipe da secretaria executiva, Paulo também agradecer viu Paulo todo apoio, que a secretaria executiva do colegiado tem nos dado para fortalecer essas nossas lutas e estabelecer diálogo entre os gestores, é complexo né o estado com 853 municípios vocês sabem disso, mas estamos conseguindo dar passos significativos na organização e na luta e na resistência dos gestores também aprendemos aqui com esse conselho que é guardião dos direitos, organizar, lutar, e resistir a qualquer desmonte neste campo de proteção, assim também estão fazendo junto aos gestores para que nós possamos cada dia mais ampliar o Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais. **Rodrigo:** Antes de passar para os palestrantes já vou trazer também e aí de repente já fica sendo pauta dos comentários e dando um pouco também de respostas para os municípios e para nossas inquietações de conselheiros, uma outra estratégia que o Ceas tem adotado e se materializou por meio da Resolução 625 de 2018 ela foi discutida em 21 de maio de 2018 que dispõe sobre o projeto substitutivo 15 de iniciativa do senador Otto Alencar apresentada a comissão especial de desenvolvimento nacional do senado porque esse substitutivo ele diz o conselho, apoiar ao substituto projeto do senado nº15 complementado do senador Otto Alencar apresentada a comissão tal que promove mudanças na lei complementar 101 que é a lei de responsabilidade fiscal, parágrafo único o substitutivo mencionado no caput deste artigo propõe que não sejam considerados na receita corrente líquida dos municípios os recursos recebidos da união para atendimento das despesas que tratam o inciso 8º parágrafo primeiro do artigo 19 da lei 101 de maio de 2000 com o pessoal dos municípios custeados com recursos transferido da união em apoio ao programa saúde da família, assistência social e atenção psicossocial, o que quer dizer que todo recurso de cofinanciamento que forem recebidos e que foram gastos com o pagamento de pessoal não vão incorporar o limite daqueles 54% da folha de pagamento, então com isso é como se a gente pensasse com os trabalhadores do Suas, protegesse os trabalhadores do Suas, ele não incorpora no gasto de pessoal com isso o limite da folha tem que cair um pouquinho, não isso aqui é compatível com os municípios são pequenos tem menos trabalhadores, mas pelo menos eles deixam ao meu entendimento de trabalhador, deixam de ser ameaça e deixam de ficar sofrendo esse assédio, essa ameaça constante de demissão, de exoneração e o serviço de ser descontinuado, então o Ceas já manifestou esse apoio e uma outra questão que os prefeitos a fazer essa marcha tem que parar de achar que só o piso mineiro vai resolver os problemas do municípios porque não vai, o piso mineiro é parte de um processo significativa sim, mas existem outros recursos e que tem que ser pleiteados e uma outra questão é que os prefeitos tem que correr atrás disso, tem que intencionar porque isso já acontece em outras políticas e a

assistência está de fora, então para de ficar querendo fazer greve por piso mineiro e falar que vai fechar Cras pelo atraso do piso mineiro porque o grosso está lá e a gente tem que brigar pelo grosso, então é isso. **Otávio:** Bom gente só pra reforçar um pouco do que eu disse do tratamento prioritário a que a assistência social é dada nesse governo foram os números que eu mostrei do repasse em 3 anos e meio maiores do que os 4 anos anteriores acho que isso reforça um pouco que a crise foi muito maior nesses últimos 3 anos e meio do que os 4 anos anteriores, mesmo assim o repasse foi mais no nível superior então isso reforça um pouco não só no recurso mas na prática quanto esse governo realmente tem tentando priorizar mesmo sob todas as dificuldades que nós discutimos e apresentamos aqui, e a outra coisa também é a questão da Emenda 95 que é a questão do teto do gasto e toda vez que o Fernando Pimentel tem oportunidade de falar nesse tema ele focaliza a negativa do governo do estado a essa proposta, porque o governo federal adotou essa postura e pra ele conseguir a adesão dos estados ele ofereceu a renegociação da dívida e o estado de MG não aceitou então o governo de Minas Geras não está sobre ajuste dessa Emenda Constitucional o estado de Minas Gerais continua dentro da crise dentro de todas possibilidades tentando cada vez mais valorizar e aumentar os seus investimentos nas políticas sociais então esses são 2 exemplos práticos que a gestão atual tem adotado com todas as dificuldades tem ainda conseguido ser uma voz aí destoante nesse cenário que a gente sabe político econômico que a gente tem vivido, a gente tem tentado fazer diferença aqui no estado de Minas Geras torcendo realmente para que algumas dessas possibilidades que a gente colocou como resposta se concretizem pra melhorar esse cenário pra frente cada dia mais, mais uma vez eu agradeço a oportunidade. **Paulo Bretas:** Bom eu queria aproveitar a oportunidade de agradecer mais uma vez ao Rodrigo, todos os conselheiros, ao Cogemas, dizer que o Conselho Regional de Economia está a disposição de vocês, queria sugerir que vocês pensassem em fazer um planejamento estratégico situacional do Cogemas, já tem do Ceas, evidentemente que eu troco as palavras mas eu acho que vocês deveriam fazer um planejamento estratégico situacional pra poder adquirir força e energia numa linha de disputa, nós estamos disputando projeto de país, nós estamos disputando projeto de Brasil ao mesmo tempo você tem teto de gasto você está perdoando a dívida do Itaú, tá perdoando a dívidas das petroleiras, que critério é esse, porque você perdoa a dívida de grandes empresas que estão ganhando dinheiro assustadoramente e na hora de cortar as coisas corta aquilo dos mais vulneráveis, outra coisa os pobres e mais vulneráveis votam, eu acho que é obrigação nossa disputar também esse voto, discutir com os mais pobres, mais vulneráveis o que está acontecendo, porque senão nós vamos reproduzir um Congresso Nacional do jeitinho que eles está lá horroroso bancada da bíblia, do

boi, da bala, beneficiando esses caras o tempo todo votando tudo contra a população é uma coisa impressionante imaginar o que a gente está vivendo, um teatro de terrores, o teto de gasto existe mas não existe teto de juros, vocês já ouviram de teto de juros, vamos fazer uma lei de teto de juros não se paga mais no Brasil para os bancos mais do que tantos milhões de juros por ano o resto vai acumulando paga daqui a 500 anos não, não existe, existe teto de gasto e aí você espreme o pescoço das políticas públicas das política sociais então é preciso mais do que nunca que a gente possa um Brasil diferente, um Brasil onde as políticas públicas e sociais a justiça social seja prioritária e onde os governos pensem mais nos que mais precisam e menos naqueles que estão com a vida resolvida e por último eu queria dizer da minha alegria de rever os meus colegas de Sedese com quem tive o privilégio de trabalhar durante um período da minha vida, e agradecer muito essa mesa Otávio, José Crus, Gilberto, Dona Arlete e mais uma vez agradecer o presidente Rodrigo. Obrigado.

Rodrigo: Obrigado Paulo Bretas, Otávio, muito obrigado conselheiro Gilberto, Dona Arlete, nós temos uma proposta de carta aberta, a crise tem nome, a Emenda Constitucional 95 que instituiu novo regime fiscal para vigorar por 20 anos de 2016 até 2036 foi motivada por um discurso falacioso da necessidade de um novo regime fiscal por meio da limitação dos gastos e investimentos públicos especialmente nos serviços de natureza social com a única medida capaz de retomar o crescimento da economia, ela prevê que durante 20 anos das despesas primárias, custeio e investimento do orçamento público ficarão limitadas a variação infracionária ela não só congela mas de fato conduz os gastos sociais em percentagem per capita em relação ao Pib, à medida em que a população cresce e a economia se libera é comum nos ciclos econômicos existe um aspecto sobre o efeito da Emenda Constitucional 95 nas despesas privadas no momento da construção das lei orçamentárias, teto plurianual, lei de Diretrizes orçamentária e lei orçamentária anual, a regra do teto dos gastos no formato em que foi adotada no Brasil é particularmente maléfica porque ela gera uma disputa orçamentária entre os dois grandes blocos de despesas primárias, custeio e investimento, além da disputa entre as áreas isso porque ao longo dos anos com o teto sufocando cada vez mais as demandas da sociedade e com a lei da retomada econômica decorrente inclusive dessa escolha da política fiscal da austeridade o governo federal está fazendo cortes orçamentária então como não há aporte novo de recursos as demandas aumentam sem ter a devida cobertura financeira e ainda como os recursos não é suficiente para atender as demandas das áreas no que demandam haverá a disputa do dinheiro, voltamos em defesas por áreas em tentar estabelecer as prioridades para destinação, um corte negativo de interesses econômicos ou em uma avaliação de quem está pior, a lei Kandir lei complementar nº 87/96 objetiva os detalhes MS os produtos primários semi industrializados semi elaborados e semi suportados há uma Pec

37 de 2017 que determina a retomada da cobrança de impostos, os estados estão deixando de arrecadar milhões, 25% do ICM arrecadado e repassados aos municípios que também estão perdendo com a lei, na referida lei complementar o governo federal tem obrigação de compensar os estados pela perda de arrecadação, fato que não ocorreu em dezembro de 2016 uma ação direta de inconstitucionalidade ATI proposta pelo estado do Pará o STF Supremo Tribunal Federal concedeu ao congresso o prazo de 1 ano para que regulamentasse o montante mensal e a forma de compensação aos estados, na mesma ação no final de 2017 Advocacia Geral do Estado de MG alertou ao STF para o fim do prazo concedido e requereu diante da inércia do Congresso TCU – Tribunal de Contas da União, fixasse o valor do ATI passado então temos o congelamento somado a um não repasse de recurso devidamente, legalmente contribuindo decisivamente para acirramento da crise, sabemos que um debate do piso mineiro deve ser incluído no debate do poder da política de financiamento para Minas Gerais e no entanto a política da assistência social em Minas Gerais avançamos muito no ponto de vista do arcabouço legal como por exemplo temos atualização da lei do Suas de MG e o decreto 46.873 de 26 de outubro de 2015, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros Peas, determina o repasse fundo a fundo, autoriza o pagamento de profissionais do Suas responsável pelo sua orientação, oferta das ações continuadas dentre outras questões, a Constituição Federal em seu artigo 204 diz que as ações governamentais na área de assistência social serão realizadas com recursos orçamentária da seguridade social, a Loas, Lei Orgânica da Assistência Social dispõe como diretrizes da organização da assistência social a primazia da responsabilidade do estado na condução da política que só é possível mediante recurso para seu financiamento considerando inclusive as ações ofertadas no Suas tem por objetivo a proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e como organização do território ainda determina obrigatoriedade de todos entes em destinar recursos para serviços, programas, projetos e benefícios do Suas, a assistência social será prestada a quem dela precisar, a falta de investimento dessa política há de arrecadar um significativo crescimento no processo da palperização brasileira no caso nosso em Minas Gerais potencializará o desemprego, a falta de saúde, muitas pessoas retornarão da condição a vida abaixo da linha da pobreza, assim a política de assistência social é importante para os brasileiros e precisa ser prioridade em toda arrecadação, sem essa política as famílias perderão o atendimento continuado na perspectiva de prevenir situações de rompimento e vínculos familiares e comunitários comprometendo a sua integralidade, integridade e seus membros, as famílias e seus membros, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas terão menos acesso aos direitos dificultando a melhoria da qualidade de vida bem como dificuldade no acesso aos serviços de outras

políticas como educação, trabalho, saúde, transporte, social, programas de desenvolvimento a acessibilidade, serviço tutoriais e de defesas dos direitos e programa especializados de habilitação e reabilitação, as famílias e seus indivíduos vítima de violência física, psicológica e negligência, violência sexual, abuso e exploração sexual, afastamento do convívio familiar devido a aplicação da medidas sócio educativa ou a medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, meio de mendigância e abandono, vivência de trabalho infantil que a gente achou que tinha superado, discriminação em decorrência da orientação sexual, raça e etnia, entre outras situações perderão seus atendimentos e canal de defesa de seus direitos, para o debate no estado temos como argumentos além do acima mencionado a lei estadual nº12.662 de 96 dispõe sobre a responsabilidade do estado Sedese, além de outros cofinanciar serviços, benefícios, programas e projetos sócio assistenciais e proteção social básico especial e ações de incentivo a aprimoramento da gestão e coordenar, regular e cofinanciar ações da regionalidade de proteção social especial de média e alta complexidade o decreto 47.371 de 9 de fevereiro de 2018 que se compromete com o pagamento na assistência social por isso dentro da atual conjuntura temos que entrar na disputa para que essa política seja prioritária. O Ceas então agradece aos palestrantes, obrigado a todos, agradeço a todos os conselheiros, vamos voltar depois do intervalo, os secretários, gestores, a tarde continuamos com a plenária onde que a gente poderá avançar um pouco também nesse debate e ter algumas proposições e outros encaminhamentos, o fato é que o Ceas vem tentando dar as respostas, por falar nisso a comissão de financiamento nós vamos acompanhar esses 2 bilhões que chegaram ver qual parte do bolo que a gente consegue dar uma mordidinha, vai chegar, nós vamos acompanhar de perto, ele deixou claro que não tem essa data, mas eu sou gordinho não é à toa eu gosto bastante de comer, então a gente vai tentar uma fatia bem grande desse bolo, então muito obrigado a todos e até daqui a pouco. Ok, então nós vamos iniciando os trabalhos para dar tempo para os conselheiros chegar, a parte da manhã foi um momento muito rico para gente, eu acho que a gente conseguiu amadurecer um pouco nas funções ainda temos muita coisa para entender, pra buscar, e pensar agora, eu acho que fica a lição pra gente como dever de casa a gente pensar o que o Ceas vai fazer com o controle social nesse cenário de crise cíclica e econômica não só do estado mas do país, então a gente já manifestou em algumas situações, ofício Sedese, a resolução que a gente leu aqui e outras Nota de Apoio mas aí agora o que mais que a gente pode fazer para além do que a gente tem feito, eu acho que isso que é a grande lição, que a gente tem que tentar descobrir aonde que a gente pode tencionar mais para dar melhores resultados, então já iniciando os trabalhos as regras do período eleitoral, gostaria de agradecer a presença da Joana e Gabriele assessoras jurídicas da Sedese, sejam bem vindas meninas.

Joana: Boa tarde gente, meu nome é Joana eu trabalho na assessoria jurídica da Sedese, eu vim aqui explicar um pouquinho para vocês acerca das vedações eleitorais que todo mundo sabe, esse ano não é um ano eleitoral, a gente tem algumas vedações que a lei nº 9.504 já dispõe junto com a resolução conjunta Segov você cria a AGE 01 de 10/01/2018, são normas eleitorais aplicadas aos agentes públicos do Poder Executivo Estadual, a pedido a gente recebeu uma solicitação do Ceas e com todo prazer a gente veio aqui explicar um pouquinho do que é permitido e é vedado pela lei e porque os conselheiros se enquadram também e essa lei deve ser aplicada aos conselheiros, a natureza jurídica dos conselhos: os conselhos integram a estrutura básica do poder executivo da secretaria ou órgão da área social possuindo finalidade vinculada a esses órgãos mas criam estruturas jurídicas próprias tendo composição e organização fixada na legislação específica e para atender os prefeitos consonais é fundamental garantir a autonomia política, então por integrar a estrutura do poder executivo por se prestar serviço de natureza pública que provém de órgão público de âmbito estadual os conselheiros devem obedecer as normas eleitorais, há sentidos contrários a jurisprudência que intendem que não, mas o zelo, o serviço seus é um serviço de âmbito público, então devem ser observadas as leis eleitorais e os conselhos são agentes públicos de acordo isso eu tirei do CNEAS do conselho nacional que os conselheiros são agentes públicos em função disso devem observar os princípios da administração pública, legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e o princípio in proporcional da supremacia do interesse público, gente desculpa eu esqueci de apresentar a Gabi. **Gabriele:** Sou Gabriele eu também sou assessora do Subas na Sedese e já fui estagiária e vou auxiliar na apresentação. **Joana:** As condutas vedadas aos agentes públicos em eleições: As vedações eleitorais visam combater a simetria de oportunidade entre os candidatos patrocinadas por recursos públicos, direitos dos candidatos a isonomia, moralidade e ilegitimidade das eleições, caracterizam abuso de poder quando demonstrar que o ato da administração validamente regular e benéfico a população teve como objetivo imediato o favorecimento de algum candidato, então o que a gente tem que mostrar quais são os atos que podem ser feitos e os que não podem ser feitos em prol de não favorecer algum candidato que esteja concorrendo as eleições e não mais exige potencialidade lesiva na conduta para configuração do abuso de poder de autoridade, na verdade o simples fato de cometer-se gerou prejuízo ou não, não importa simplesmente agiu, então isso é um recurso especial do TSE de um acórdão que teve a gente tirou a maioria desse manual, dessa apresentação, a gente tirou da própria legislação e de alguns entendimentos do TSE e da participação do funcionalismo em campanha, é vedado a qualquer tempo, a qualquer candidato fazer campanha ou distribuir material de campanha nas

repartições públicas da administração direta e indireta do estado, os servidores públicos da administração direta e indireta do estado poderão participar de campanhas políticas ou de eventos eleitorais fora do horário do expediente e na condição de cidadão do eleitor, então pode participar de campanha? Pode, só que fora do horário de trabalho e fora do âmbito do órgão público, é vedada a participação e realização de campanhas políticas por servidores públicos durante o horário de expediente e em repartição pública, mais vedações: é vedado durante todo o ano eleitoral, uso de bens, programas e serviços públicos no âmbito de campanhas eleitorais sendo vedado ceder ou usar bens móveis ou imóveis pertencentes a administração pública em benefício de candidato, partido político ou coligação, salvo para realização de convenção partidária, usar materiais ou serviços custeados pelos governos ou casa legislativa, ceder ou usar dos serviços do servidor público ou empregado da administração pública para comitês de campanha eleitoral de candidatos para partidos políticos ou coligação durante o horário de expediente, tem que observar que é durante o horário de expediente, fazer ou permitir uso promocionais de alguns candidatos, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeado ou supervisionados pelo poder público não pode ser usado também broches, qualquer slogan, marca ou imagem que favoreça algum candidato, a partir de 07/07 então na verdade nós temos desde 07/07 a gente já tem algumas vedações nestes casos aqui eu acho porque assim o mais importante falar em prol para os servidores públicos de acordo com o que o conselheiros faz, aqui por exemplo é vedada transferência voltada para os municípios, vocês podem orientar caso os municípios venham questionar ou perguntar aos próprios conselheiros porque isso é mais para o servidor público do estado que não pode fazer essa transferência por meio de instrumentos jurídicos que a gente faz lá por meio da assessoria jurídica mas é bom que vocês tenham esse conhecimento para cada um que pergunte eu posso receber algum município? Vocês possam saber que não pode neste período de 07/07 até o final das eleições, ou seja até o final de outubro caso tenha o segundo turno esse é o período de 3 meses antes do pleito, antes das eleições e aí considera as transferências voluntárias o repasse de bens e serviços públicos independentemente do instrumento jurídico utilizado para sua efetivação, as transferências voluntárias são aquelas de determinador constitucional a gente fala que a transferência voluntária feitas para o entes no caso para o município, qualquer transferência voluntária que tiver para o município, estado e união ela é vedada durante esses 3 meses antes da eleição, durante todo o ano eleitoral ou seja desde 01 de janeiro de 2018 é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios diretamente a população em geral, ou por meio de entidades privadas sem fins lucrativos então o ano inteiro a gente não podemos passar recursos para aquelas entidades sem fins lucrativo que são aquelas

entidades da Mrosc a gente já sabe que entrou em vigor a gente não pode celebrar parcerias durante o ano eleitoral com as entidades sem fins lucrativos com algumas exceções, devem ser justificadas que é o caso de calamidade pública, estado de emergência ou de programas sociais autorizadas em lei já na execução orçamentária pelo exercício anterior a gente sabe que tem alguns casos de programas continuados no âmbito do Suas que não pode parar e por isso eles estão previsto nessa lei estadual então todos os programas que tiverem previsto esta lei estadual nº18.692 eles podem ser autorizados se eles tiverem lá previsto e se eles tiverem na execução orçamentária iniciada no período anterior então tem que ter esses dois requisitos, o TCE veda a possibilidade de transferência de recursos, bens e serviços para os municípios que não mais se encontram em situação de emergência e/ou estado de calamidade ainda que necessitem de apoio para mitigar os danos decorrentes de cada evento, então o TCE entende que é só para aqueles que estão em situação e não aquele pós situação que teve e precisa ainda de ter danos decorrentes deste evento é no momento do evento, além disso pode-se configurar também uma fraude a lei de legislação o incremento em ano eleitoral o incremento seria adicionar algum recurso, o incremento de programa social com execução orçamentária em ano anterior ao ano eleitoral pode ser considerado com violação as vedações eleitorais a instituição de programa social mediante decreto também não pode ser feito, então a gente só pode ter programa social instituído por lei que é aquela lei que eu falei com vocês que é a estadual, se tiver o programa naquela lei e estiver execução orçamentária iniciada do ano anterior, pode. É vedada o início ou continuidade de programa social executado por entidade nominalmente vinculado a candidato por essa mantida, a gente sabe que tem algumas entidades que se enquadram neste caso, acho que essa parte principal para os servidores públicos que é a publicidade institucional que ela alcança todo tipo de mensagem, atos, fatos, programas, obras, serviços, campanha dos órgãos públicos e entidades na administração direta incluindo as comunicações pagas então tudo que remete a atos, fatos, programas, obras, campanhas do estado não podem ser veiculadas por aí, para gratificação de uma comunicação com publicidade institucional deve-se apurar seu conteúdo verificando se ela contém juízo de valor sobre ação do governo, análise e indução a conclusões por parte dos receptores, promessas, metas, nada disso pode ser veiculada no período eleitoral independente se ela for gratuita ou não, e aqui quais são as vedações quanto a publicidade do governo no período eleitoral, porque essa publicidade institucional ela pode ser dividida em institucional, em legal, em utilidade pública e eu vou explicar cada uma delas aqui. O que caracteriza a publicidade institucional? Igual a gente já falou, divulgar ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do poder executivo com

objetivo de atender ao princípio constitucional da publicidade, valorizar e fortalecer as instituições públicas de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formalização de políticas públicas de promover o estado, então a gente não pode fazer isso, distribuir cartilhas, a gente vai ver mais para frente a questão do slogan, da marca do governo de Minas,e aí as publicidades legal que pode ser feita que é de editais, atas, decisões, avisos, publicações de instrumento que a gente tem no âmbito dos estados e município então é essa publicidade legal pode ser feita, a publicidade de utilidade pública também é a que se destina de divulgar temas de interesse social e apresenta comandos de ação objetivo, claro e de fácil entendimento com objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adoção de comportamento que gerem benefícios individuais do coletivo, então instrução, capacitação, informação, todos os assuntos de origem técnica não tem problema ser realizados no período eleitoral, o que não pode ser é pra promoção dos programas e de promoção pessoal. O que caracteriza uma situação de grave urgência na necessidade pública? A definição de grave urgência de necessidade pública fica a cargo da justiça eleitoral, dependendo de prévia consulta e autorizações específica, desta forma as propostas de ações publicitárias embasadas em justificativas de situação de grave e urgente na necessidade pública deverão ser previamente submetidas na apreciação do TRE, então qualquer forma além de tudo a necessidade pública deve ser autorizada, você deve encaminhar uma consulta do TRE para ver se ele autoriza ou não aquela divulgação a quem compete reconhecer a pertinência da gravidade e urgência e autorização à realização do ato, enfim, a gente falou que não pode ser feita até o final das eleições, realizar publicidade institucional, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito e é vedado despesa com publicidade dos órgãos públicos, que excedam a média dos gastos do 1º semestre. Acho que isso também é mais difícil de acontecer esse questionamento, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações, também não pode ser feito, até o fim das eleições de 07/07, aplicação da rádio institucional Governo de Minas fica suspensa a partir de 07 de julho também até o final das eleições todas as placas relacionadas a projetos de obras ou obras em andamento realizadas por órgãos e entidades do poder executivo estadual bem como por entes públicos e privados decorrentes de convênios, contratos e qualquer outros ajustes deverão ser alteradas, com a retirada ou cobertura da marca institucional de Governo de Minas ela tem que ser tampada de forma que ninguém consiga tirar, então o adesivo não basta pra tirar senão vai estar do mesmo jeito Governo de Minas então tem que ser de forma que não se consiga mostrar mais aquele símbolo, aquela marca para que as pessoas possam alegar que o estado não tomou as precauções suficientes para tampar aquela marca, e

elas podem ser retiradas quando possível, então considera-se como placa de projeto de obra ou placa de obra para fins desse documento além das placas de metal, painéis, outdoor, tapumes, emblemas, quaisquer outras fontes de identificação ou divulgação de obra ou projeto que o poder executivo estadual participe direta ou indiretamente. De quem é a responsabilidade da retirada dessas placas, é dos agentes do poder executivo estadual, da administração direta o estado, autarquias, fundações, associações e nos casos que os seus órgãos já tenha instalados, então se órgãos ou entidades vinculadas tenham instalados devem retirar as placas dos seus ambientes. No caso que as placas tiverem sido instaladas por entes públicos ou privados em obediência a convênios a gente sabe que a gente tem vários convênios que tenham que ter o slogan do estado, tem que emplacado, também tem que ser retirado, cada órgão e entidades do poder executivo estadual responsável pela suas ações retirados ou cobertura da marca ou propõe retirada da placa mediante correspondência oficial, tem que oficial e protocolar o recebimento ou outra comprovação clara inquestionável de que a providência foi tomada, aqui é importante tomar a providência, é solicitar, oficial e formalizar, se eles não fizerem a gente tem respaldo que a gente fez a formalização legal daquele ato então como se diz a gente faz a nossa parte, a gente tem que fiscalizar mas também caso eles não façam tomar outra atitude, outras providências mas o principal é formalizar que é uma forma de oficial e comprovar futuramente que foi feito. A marca institucional também deve ser retirada do sítio da rede mundial de computadores a gente sabe que vários sites estão fora do ar vários sites dos órgãos públicos não estão no ar mais até o final das eleições, todos os conteúdos caracterizados como publicidade institucional do Governo de Minas, exceto as informações e serviços que já eram regularmente testados à população que poderão ser mantidos devendo ser retiradas as marcas institucionais e não poderão ser reproduzidos conteúdo de matérias mesmo que já anteriormente veiculadas e aquelas por ventura constantes dos sítios deverão ser retiradas durante o período eleitoral conforme resolução nº 001 de 2018, e aí fica proibida também a publicação de jornais, isto aqui está na resolução da SEGOV do Estado, junto com a AGE e junto com a Secretaria da Casa Civil e não pode ter a publicação De jornais, bem como qualquer outro tipo de publicação por exemplo, revistas, folhetos, informativos no período eleitoral eu entendo que no período eleitoral é o período do mês de outubro período das eleições, e o parágrafo I, em caso de dúvida deve ser feita prévia consulta específica ao TRE e a reutilização de peças gráficas, eletrônicas que a gente normalmente tem de outros anos ela depende de prévia autorização do TRE independentemente do seu conteúdo, sobre a marca institucional também considera solenidade a cerimônia pública realizada por ocasião da formalização de atos administrativo, inauguração ou visita a obra, visita a dependência de

governo ou semelhantes sendo vedado a utilização de marcas de governo, banners, faixa e outras peças de comunicação contendo a referência e informações ou juízos de valor acerca de governo, conforme eu já expliquei as informações tem que ser de origem técnica, sempre, a presença de candidatos que concorram a qualquer cargos eletivos nas eleições de 2018 em inaugurações de obras públicas também não pode, a realização de shows artísticos inclusive por reprodução de DVD também não pode, a realização de discurso político partidária e atenção a eleições ou a candidatos a utilização de cartazes, faixas, carros de som, distribuição de releases, e outras formas de divulgação pública ou convocação para o evento e somente poderão ser realizados eventos que não sejam caracterizados como publicidade institucional, demonstra os programas, as ações do governo, as metas, as marcas e nos congressos, seminários, atividades similares realizadas no período eleitoral os materiais de trabalho tais como blocos, canetas, cartilhas, programações visuais diversas, somente poderão conter o nome por extenso do órgão/ entidade responsável pela promoção do evento então igual a gente fez aqui, só Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social não pode por marca, não pode por símbolo, o símbolo até em documento oficial a gente já fez a consulta a Segov não tem problema mas a marca do estado de Minas não pode, a realização de publicações técnicas e didáticas em período eleitoral fica condicionada a autorização expedida pelo TRE mediante consulta prévia é vedada a realização de feiras, exposições salvo mediante autorização do TRE, se quiser fazer algum evento, alguma feira, alguma exposição peça autorização ao TRE essa resolução mostra até quais documentos que precisa para fazer a consulta ao TRE, exceção poderão ser realizadas feiras e exposições que visam promover ou divulgar produtos aos serviços do expositores tradicionalmente consagradas por sua realização habitual e periódica bem como aquelas referentes a produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, evitar doação aos estandes a prestação direta ao serviço ao cidadão. É o que a gente tem. Não tem problema ter as feirinhas que ficam lá na cidade administrativa, continua, economia solidária entre outras não tem problemas porque é para fins de mercado, contém concorrência no mercado tem valor então também não tem problema ser realizadas essas feiras, a decoração de vídeo e transmissão de TV fechada durante evento em período eleitoral somente serão permitidas com as seguintes condições: que se trate de evento fechado restrito ao público alvo e que o conteúdo do evento consista no desenvolvimento institucional do órgão ou entidade realizada, que o conteúdo dos vídeos e transmissão destina-se estritamente a atividade de treinamento e qualificação dos servidores, também de apoio técnico, o patrocínio e a promoção de eventos por empresas públicas e sociedade de economia mista, com vinculação de nome de órgão/ entidade estadual fica condicionada a obrigação TRE a vista de consulta prévia, então

tudo que for de público a gente está vendo as vedações aqui, caso queira tem que ser consultada pelo TRE mas tem vedações que realmente não tem flexibilidade, não tem exceção, não tem como, estas foram as vedações que tem que ser observadas pelos setores públicos, por vocês conselheiros que tem papel importante e até assim serviço público equiparadas ao serviço público eu não sei se ficou ruim mas eu já tinha falado de broches, camisetas, adesivos, bonezinho, entendeu? O brasão do estado pode ser usado, a gente utiliza ele normalmente para documentos oficiais. A gente continua mandando ofício com o brasão do estado porque ele é um símbolo então ele está previsto constitucionalmente, o símbolo não é vedado é vedado a marca. **Rodrigo:** Conselheiros, nós vamos abrir então aqui para perguntas, e eu também tenho uma porque eu vi a questão dos documentos técnicos, você foi explicando mas eu acho que dei uma cochilada ali com relação aos sites porque o site Ceas está fora do ar, e lá a gente explica documentos técnicos, matérias técnicas teria que ficar fora do ar o site? **Joana:** O site sim porque na verdade eles tiram o site todo do ar porque sempre tem informações e eu não sei se eles consegue tirar apenas uma parte do site, então eles colocam indisponível todos, todos, de programas de acessos ele colocam todos, para não ter acesso agora, eu já encontrei site que eu consegui acessar ele puxou pelo atalho e ele conseguiu entrar de outra forma, entendeu e não pode eu também não sei como consegui entrar, só eu precisava achar, na verdade eu estava querendo saber qual que é a natureza jurídica daquele órgão, e aí vem lá quem é quem, institucional e quando você entra no site ele está todo bloqueado, e aí eu coloquei no campo do google pesquisando, qual a natureza jurídica do órgão X, e aí apareceu um atalho falando tudo sobre o órgão e por isso eu acho que é inviável bloquear uma parte e colocar outra. **Rodrigo:** Consolação, quem quiser gente, eu estou fazendo inscrição. **Consolação:** Eu anotei aqui 3 questões, por exemplo dentro da secretaria executiva do conselho, no móvel num suporte de computador mas não é colocar adesivo do governo, questão de partido é proibido, segunda a publicização de resolução se for em outubro não pode publicar nada, a isso se refere a resolução, nomeação essas coisas de conselheiros, é só para ficar claro, obrigada. **Joana:** A questão de resoluções isso é institucional e se for institucional isso é previsto em lei, isso é para continuidade do serviço do conselho assim como o estado tem que continuar fazendo suas portarias, suas resoluções, isso é de cunho técnico então não tem porque, a questão de nomeações ela encontra vedações, só que aí tem um artigo específico eu vou procurar ele aqui, de nomeação de cargo em comissão não tem problema mas tem outros cargos que não podem ser nomeado, eu vou olhar o artigo específico e já te falo. **Rodrigo:** Mas pode dar posse aos conselheiros normalmente, **Joana:** Sim. **Rodrigo:** Alguma pergunta? **Consolação:** Ponto de computador, os adesivos. **Joana:** Não pode ser utilizado. **Rodrigo:** Por exemplo um squeeze

meu aqui de candidato eu levar para dentro do local de trabalho é isso? **Joana:** Se for marketing com adesivo com indicação não pode. **Rodrigo:** Eu estou até pensando aqui porque por exemplo adesivo no meu carro eu estaciono o meu carro dentro do estacionamento do governo é uma garante pública então não pode. **Joana:** Eu acho que a gente tem que pensar assim mais na questão da razoabilidade e da proporcionalidade, dentro do serviço público a gente tem essas vedações, fora do horário do expediente é igual você falou que não é vedado, da campanha, fora da repartição pública e fora do órgão institucional, fora do horário do expediente, fora de alguma relação institucional se você tiver representando o estado não pode, como cidadão pode. **Rodrigo:** Eu posso trabalhar com o chapeuzinho vermelho não tem problema nenhum. **Simone:** Só tem que tomar cuidado com a logomarca. **Rodrigo:** Aí eu não vou querer não. Pergunta? César está inscrito, perdão César, isso está virando uma zona. **César:** Eu queria saber em relação a SEDESE de disponibilizar o material técnico que a gente utiliza no site do Ceas na Intranet. **Joana:** Eu vou conversar com a Alice também para gente poder disponibilizar essas orientações, na verdade tem até umas orientações bem legais na Internet eu até trouxe uma aqui é do tipo de perguntas e respostas, não tem marca, não tem o governo, não tem o estado que foi feito mas é uma cartilha sobre permissões e vedações dos agentes públicos em período eleitoral então é feito de perguntas e respostas, então tem muitas dúvidas que as vezes a gente tem, que eu tenho que nós todos temos e a gente consegue sanar algumas com essas perguntas e respostas, vou deixar o site para quem tiver curiosidade. **Rodrigo:** Escanear Rosa, **Joana:** Não, pode deixar aqui. **Rodrigo:** A gente divulga para os conselheiros depois. **Joana:** Não tem todas. **Rodrigo:** Mas já ajuda. **Joana:** Ajuda. **Silvana:** Eu sou conselheira governamental você passou aqui a questão para agentes públicos que é os casos dos conselheiros, e os conselheiros da sociedade civil, eu sei que eu não posso usar adesivo no meu horário de trabalho que eu não posso usar nada no horário de trabalho dentro da instituição, e o conselheiro da sociedade civil tem a mesma restrição? **Joana:** A questão é, porque assim, eu falei inicialmente que tem entendimentos de que eles não seriam servidores públicos, mas é um zelo que a gente traz para o pleno do conselho porque eles exercem, para mim eles são agentes públicos, eles representam o estado e o conselho é vinculado no caso aqui pra o Desenvolvimento Social mais a SEDESE, então eu entendo que todos porque imagina se eu falasse para uns que não são da sociedade civil não vai ser aplicado e para outro, é difícil porque o conselho é um só e aí eu entendo que tem que ser aplicado para todas as pessoas porque elas exercem uma função pública. **Silvana:** O conselheiro pode estar na entidade dele, ele não pode usar nenhum material. **Joana:** Não, isso é quando ele exerce a atividade dele dentro do conselho, entendeu, como agente público quando ele está exercendo outras

atividades dele lá na sociedade civil lá é atividade privada sem fins lucrativos, dentro das atribuições deles do conselho que não pode. A entidade recebe recurso mas assim a proporcionalidade de você quando vier nos encontros do conselho, quando você estiver exercendo suas atribuições dentro do conselho, observar essas precauções para não ter no futuro denúncias, porque o pessoal faz denúncia mesmo, e depois pra explicar é mais difícil do que a gente tomar alguns zelos, vamos esperar o horário do expediente. **Marta:** Eu sei que tem umas vedações pra eventos, seminários, técnicos mas isso se o conselho estadual é chamado para participar de algum evento que não é promoção do próprio conselho, qual cuidado que tem que ter se o conselheiro for, representando o conselho. **Joana:** Exatamente essa de não fazer publicidade institucional, não falar de programas, ações, promessas, metas, então assim pode dar informações sobre o que o conselho está executando, pode dar informações sobre atribuições, naquela reunião ficou acordado isso, discutir as políticas públicas porque elas tem que continuar sendo discutida, não pode parar, não ir com broche, não ir com **regulação** de algum candidato, não mencionar candidato específico são essas as recomendações e as gerações que ela impõe. **Isac:** Boa tarde, aqui, qual o caminho que ela falou também da sociedade civil eu fiquei aqui pensando com o colega na hora que ela falou que no momento que está exercendo a função de agente público não poderia, eu queria saber quando é que nós conselheiros paramos de exercer nossa função, mas assim vamos entendendo que tem horários específicos e tal mas como ela falou, um evento que não é do Ceas mas a gente vai representando o Ceas a gente está exercendo a função, eu sei que nós não posso falar dos candidatos, mas tem uma situação, por exemplo uma pergunta parece óbvia mas eu realmente tenho dúvida, o caso do **Dener** que no momento é candidato a gente pode falar. **Joana:** A coisa então é de promoção. E a questão da razoabilidade mesmo tem que ver que público que você está com ele, porque as denúncias rolam soltas nesse período, então assim para evitar questionamentos futuros para você porque é pontual o Isac está fazendo promoção ou difamação de político em ambiente público exercendo uma função pública, aí você vai ter que explicar isso. **Ivone:** A gente fala não é proibido serviços continuados, então tudo que é fazer os repasses continuados, a política que já é o plano, está no programa, fazer encontros, reuniões nada disso é proibido. **Joana:** Não, na realidade tem requisitos, os serviços continuados no caso por exemplo o que a gente tem na subsecretaria de assistência social, a gente tem programas de acolhimento institucional, as casas lares, que estão previstas em lei então a gente tem essa lei nº18.602 que estão previstos todos os programas que o estado faz e aí se tiver previsto nessa lei e se tiver sido executado orçamento no ano anterior que a gente sabe que está já está sendo apresentada vários anos, não tem problema dar continuidade, repasse de recurso, isso para entidades,

eles são OSC eles são revalidações da sociedade civil no caso de município por exemplo se eu vou repassar para algum município pra fomentar o Creas por meio convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres eu não posso durante os 06 meses que antecedem o pleito que dá 07 de julho. **Ivone:** No caso de fundo a fundo, piso mineiro é diferente. **Joana:** É diferente porque é regular, legal, automático, também está previsto em lei se encontram nas seções. **Ivone:** Porque as vezes a gente preocupa de dá continuidade sobre ações porque pode fazer reuniões, pode fazer encontros, pode fazer debates sobre a política pública. **Joana:** Dentro da política pública da ação continuada daquele objeto pode, mas para divulgar os programas e ações para outras pessoas, não. **Ivone:** Reunir os usuários do Cras e fazer um debate sobre consciência do voto. **Joana:** Pode, não falando nem mencionando candidato, consciência do voto. Colocar a maquininha ali e vocês tem que apertar o número. **Débora:** Duas dúvidas, a primeira você está falando de vídeo e tal, eu queria saber no caso da vídeo conferência, da técnica no caso por exemplo lá na comissão a gente está fazendo a resolução do benefício eventual e depois a gente queria fazer um vídeo conferência então se pode nessa perspectiva técnica e a segunda é se a gente pode fazer debate com os candidatos, o Ceas promovendo debates com o governador, deputados, senadores. **Joana:** Eu entendo que pode. **Rodrigo:** Se for convidar todos. **Débora:** Hoje de manhã foi falado isso, da importância da gente discutir com os novos candidatos do Suas, as propostas que eles tem para o Suas de Minas. **Rodrigo:** Assumindo compromisso exclusivamente com o Suas, convidando todos. **Joana:** O problema é que o governo vai promover um debate de um governador com outros candidatos. **Rodrigo:** O conselho chama os candidatos a governador. **Joana:** Mesmo porque sendo conselho ele age como um agente público e aí é dentro do estado de Minas que atualmente o governador, nós temos o governador e aí fazer um debate com o governador pode configurar eles sabem mas eles podem perguntar eu acho muito arriscado, não recomendo fazer, consulta o TRE, exatamente, a vídeo conferência se for de aspectos técnicos, estritamente técnico não pode ter promessas para a população, da sociedade de repasse de recurso qualquer um então a vídeo conferência é só de aspectos técnicos. Se alguém denunciar depois vão ter explicar diante o Tribunal Eleitoral isso é uma recomendação que a gente faz para que vocês não tenham qualquer questionamento e o próprio candidato também. A pessoa que responde. **Wilson – Fazenda:** A gente vive num país com centena e milhares de lei eu queria saber quais são as consequências que tem seguidas pelo governo, quais são as posições cabíveis nessa situação, eu sei que tem processo administrativo, mas processo administrativo numa situação dessa que a pessoa divulga. **Joana:** Multa altíssima. Wilson Multa para o partido pro político ou para a pessoa. **Joana:** Aí vai ter que ter julgamento para o TRE cada crime eleitoral tem uma pena específica mas eu te falo que a

multa é presente em quase todas delas, além do financeiro você tem que responder a processo eleitoral, tem que justificar tem contratar advogado e eu acho que é uma dor de cabeça que não vale a pena por um período de tempo curto. **Rodrigo:** Mais alguns conselheiros, estamos satisfeitos, nenhuma questão mais? Eu agradeço a todas muito obrigado pelo esclarecimento e a gente faz a consulta então com relação a demanda da Débora. Eu não lembro qual que era. Chamar o debate. **Joana:** Gente, obrigada viu foi um prazer estar mais uma vez de estar com vocês. **Rodrigo:** Bem, prosseguindo depois a gente coloca em votação se houver o encaminhamento ou então consultar os conselheiros se o Ceas vai fazer essa consulta a respeito do debate. O que vocês acham, se vale a pena pedir a assessoria do Ceas para fazer a consulta a gente tem que passar e já coloca isso em votação. **Silvana:** Colocar em votação se a gente vai fazer o debate. **Rodrigo:** Primeira coisa é a consulta se vai fazer a consulta, se decidir que vai fazer o debate começa organizar e depois não pode. **Débora:** Na verdade Rodrigo eu fiz foi uma pergunta, não foi necessariamente uma proposta até para pensar eu fiquei instigada com a fala hoje de manhã dessa importância da gente colocar a assistência social, vamos dizer assim, na discussão eleitoral e aí agora como isso pode acontecer eu acho que a gente deveria aprofundar, através das entidades que estão aqui nós vamos participar dos debates que vão acontecer na cidade e aí a gente leva enquanto Ceas perguntas sobre a assistência, então só assim, na verdade eu acho que só para deixar claro que eu fiz uma pergunta e acho que pra ser de fato uma proposta a gente tem que aprofundar com a discussão a pergunta seria essa, como que a gente vai colocar a assistência social em pauta com os candidatos que estão aí para todos os níveis, deputados, senadores, governadores, presidentes. **Rodrigo:** Ok. Eu entendi Débora, concordo e gostei muito da questão e trouxe como proposta já colocando deliberação, de quando você estava falando que a Simone que tinha que vir para o pleno, porque em Nova Lima nós tivemos essa experiência com os candidatos a prefeito, já foi o segundo ou terceiro debate né Patrícia, segundo, que o CMAS fez, foi o segundo debate que a gente conseguiu, foram dos 5 candidatos acho que foram 3 que participaram para tratar exclusivamente do Suas, então assim a gente conseguiu colocar, fazer com eles assumissem o compromisso e o candidato que não foi que acabou ganhando a eleição havia reunido com o fórum de trabalhadores e numa perspectiva de assumir o compromisso com a agenda de luta que o fórum trazia de vigilância a gente trazia uma série de avanços que a gente queria para o Suas, e uma grande parte dessas questões a gente tem conseguido mesmo de forma não desejável em algumas situações vocês me acompanham cotidianamente eu venho trazendo as minhas queixas com relação ao município mais avançou demais, então na hora que você propôs, eu já trago isso como proposta que eu acho que o primeiro passo seria a consulta

porque a gente tem pouco tempo a gente está falando de governador a gente não está falando de prefeito mas eu acho que dá uma visão dos conselheiros, está muito próximo e saber o que eles pensam a respeito do controle social, a respeito da política da assistência e até mesmo firmar compromissos, promessas, compromissos que são promessas mas pelo menos é algo a se cobrar, eu achei interessante, mas está em discussão se o pleno achar que merece voltar para a comissão voltar pra próxima reunião eu creio que não dá tempo para discutir, por isso que eu proponho que a primeira questão é ver se a gente aprova a consulta ao Tribunal Eleitoral para ver a possibilidade desse debate porque outubro já está aí. Alguma questão conselheiros? Não? Coloca em votação ou não coloca, vai fazer consulta ou não vai, então eu vou colocar em votação se vai ou não fazer a consulta. **Simone:** Eu acho que a deve discutir se vale a pena esse grande esforço, não é se vale a pena mas se diante do tempo que a gente tem é um esforço enorme que nós vamos fazer, para uma eleição que dura 1 mês, nós vamos ter que preparar uma consulta ao Tribunal não é ou uma consulta leiga, é uma consulta jurídica, nós vamos ter que fazer um embasamento de uma coisa que a gente sequer a gente tem muita clareza, vai ser aonde, vai ser como, vai ser em quanto tempo, a gente tem que fazer uma consulta também fictícia, genérica, fictícia então eu não sei, eu acho bacanéximo a ideia da gente pensar em algum tipo de interferência isso eu acho que é muito importante, inclusive porque agora todos os candidatos tem que ter programa de governo então rapidamente a gente sabe quem tem proposta para a assistência social e quem não tem, quem tem proposta para assistência social pública, quem tem proposta para assistência social filantrópica, nós temos condições hoje porque hoje o candidato tem que registrar a sua candidatura e junto com a candidatura o programa de governo, então eu não sei assim se o negócio é porque eu nem sei se eu tenho condições de votar pra falar a verdade porque não discuti isso, não pensei isso inclusive tem que fazer pontes, nem sei que dia vai ser o próximo pleno e já teria que ser no próximo pleno, nós temos que fazer consulta, organizar pra já daqui 1 mês, então acho que é isso não é a questão de votar, é uma questão da gente ter mais clareza do que nós estamos votamos e com qual o objetivo. **Rodrigo:** Você acha então Simone, mudando um pouco talvez a gente oficial pedir o plano de governo? **Simone:** O plano de governo já está circulando nas redes sociais, inclusive o pessoal da Puc de São Paulo, o núcleo de seguridade social está fazendo um estudo sobre programas de governo federais a gente pode encomendar, Eleonora por exemplo pode fazer o destaque de Minas, a gente pode fazer outras coisas, sei lá mas já é público Rodrigo está em tudo quanto é rede social. **Rodrigo:** Ok gente, então vamos para o próximo ponto de pauta, então já que não tem consenso de fato, querer infelizmente nem sempre é o poder, mas compreendo. Então vamos para a relatoria, avaliação do relatório final das atividades do plano de assistência

social da central geradora Hidrelétrica Areão CGH Areão com vistas a licença de operação LO no órgão ambiental, município de São Francisco da Glória, conselheiro Felipe Serrano, gostaria também de registrar a empresa que está aqui, representada pelo advogado que também havia pedido a palavra depois da apresentação a gente abre a palavra. **Felipe:** Boa tarde a todos. **Rodrigo:** Tem encaminhamento, hoje tá difícil esse negócio aqui, tá complicado aqui, eu estou me sentido assim meio fuzilado aqui, tem horas. **Felipe:** Já está aqui na mesa, um pouco vermelho de vergonha, eu já estava comentando com os conselheiros que eu estava com um pouquinho de vergonha de vir aqui falar com vocês, agora mais ainda, então eu estava conversando com a Rosa e a minha exposição da relatoria vai ser feito pra vocês de forma que eu não vou fazer leitura, vou fazer realmente um relato que eu vou conseguir me expressar melhor em relação a experiência dessa vivência específica, mas de antemão agradecer a Rosa pela oportunidade de me acompanhar nessa experiência porque sem sombra de dúvida foi uma oportunidade muito de crescimento e a sua capacidade técnica profissional ética foi fundamental e então meus parabéns pela sua postura que sem sombra de dúvida foi muito importante para essa experiência, vou fazer a relatoria em relação ao empreendimento a central geradora hidrelétrica CGH Areão e dentro do relato dessa experiência eu vou citar alguns tópicos específicos para que vocês possam entender um pouquinho da conclusão que eu cheguei. Esse é um empreendimento que já esteve em votação em 2012 no referido conselho e teve aprovação em 2012 também e teve início das suas atividades em 2016, em 2016 já com o recebimento de alguns relatórios e com acompanhamento permanente da secretaria executiva em relação as leituras que eu fiz eu pude observar que não apresentou resultados negativos no decorrer da execução do mesmo, então quando eu fiz a leitura que foi o primeiro passo, eu tive uma primeira impressão que tudo ocorreu de uma maneira muito positiva, e essa foi uma condição que foi comigo para essa vivência, eu tive oportunidade também que durante a leitura ser muito bem orientado pela Rosa então o tempo todo ela falou sobre como aconteceu e como foram os resultados a partir do que ela já tinha presenciado e investido nesse empreendimento aí eu recebi a orientação da visita que aconteceu 20 de julho em plenária ordinária do Ceas e nós alinhamos a oportunidade da visita que aconteceu nos dias 2 e 3 de agosto, onde organizamos essa nossa visita em 2 tópicos ou 2 momentos específicos que seriam uma visita aos atingidos que aconteceu no primeiro dia, 2 de agosto e no dia 3 de agosto aconteceu o que eu chamo de um encontro conversacional mas aconteceu uma reunião com conselho municipal representante da Rai Brasil que é uma empresa empreendedora e a equipe do PAS que é o posto de assistência social, está claro gente? Então no dia 2, (está ficando claro se eu tiver enrolando vocês podem falar), ao chegar no município de São Francisco do Glória nós fomos

recebidos por parte da equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social nós fomos recebidos por profissionais da Rai Brasil e pela conselheira do CMAS que está como presidente até o momento acredito, após ser recebido por essas pessoas, essas representatividades, nós fomos visitar os 4 atingidos na periferia do empreendimento, as visitas elas foram já articuladas então nós não fomos de surpresa nós avisamos que nós iríamos visitar essas pessoas, essas famílias e que nós iríamos ali com a proposta de um diálogo pra um maior entendimento de tudo que tinha acontecido, nas visitas nós tivemos uma surpresa que eu gostaria de compartilhar com os conselheiros que foi a surpresa de trazer novos elementos em relação a tudo que havia sido produzido até aquele momento e então em relação aos relatórios que eu tive a oportunidade de ler aquele momento da visita nós tivemos a oportunidade de receber novas informações que surpreenderam também os profissionais do posto de assistência social que é 1 psicólogo e 1 assistente social que eram informações que de alguma maneira refletiam e refletem ao posicionamento que eu vou trazer pra vocês, então nós fizemos 4 visitas no dia 2 de agosto e intermediando essas visitas nós tivemos oportunidade de ir lá na central geradora pra poder conhecer aquele espaço e também conhecer os demais profissionais, ao final das visitas em conversa com quem estava nos acompanhando para as visitas, nós chegamos à conclusão que seria muito importante convidar os atingidos para que também participassem do encontro que aconteceria no dia seguinte então nós convidamos todos os 4 atingidos para que fosse participar com a gente do encontro que aconteceu no dia 3 de agosto para o posicionamento foi fundamental eu estou falando deles imagina falar deles sem eles, então foi um posicionamento que não tinha acontecido no primeiro momento mas eu acredito que foi uma decisão tomada, uma decisão positiva, no encontro nós tivemos a oportunidade de expor o que aqueles atingidos haviam compartilhado com a gente durante as visitas e existem algumas pontuações que são muito importante que eu vou destacar para vocês, então no dia 3, 3 dos 4 atingidos trouxeram posições de desconforto em relação de como foi negociadas suas terras no sentido de que não havia transparência ou clareza com aquelas negociações, aí eu faço um parênteses a gente tem que pensar ou pode pensar a partir do relatório que a empresa Rai Brasil ela não é a empresa que iniciou o empreendimento existia uma primeira empresa, essa empresa vendeu para a Rai Brasil então quando a Rai Brasil ela entra nesse processo ela já entra em uma relação que tinha sido instituída sendo que notoriamente era uma relação que não havia clareza, então para aquelas pessoas que estavam vendendo parte do seu imóvel foi notório como eles sentiam incomodados então nós tivemos dos 4 atingidos 3 posições que foram posições sérias e das 3 posições 1 posição eu destaco no termo de relatoria que com certeza vão estar à disposição dos conselheiros, quais foram essas experiências que eles

compartilharam de desconforto, foram no sentido de aquisição de terra por exemplo eu negocieei a terra X mas quando eles foram executar o empreendimento já não estava na terra X estava na terra Y e 1 dos atingidos específico aí eu destaco também eu vou fazer um outro parêntese importante que é um senhor com mais de 70 anos falou sobre como para ele era tudo muito confuso eu lembro que até na reunião que nós ponderamos como a gente sempre usa os argumentos técnica em todo momento a gente está falando da forma técnica e os atingidos não tem clareza realmente sobre o que está sendo negociado e 3 desses 3, 1 de uma forma muito séria no sentido dele sentir incomodado mesmo com aquela experiência e dessas posições nós tivemos a oportunidade naquele espaço conversacional da empresa também expor a sua condição no sentido de aquisição em qual que era o território que ela havia adquirido para tentar fazer um pouquinho de transparências para essas condições que foram colocadas, a empresa ela fez sua exposição ela conseguiu de certa maneira sanar algumas dúvidas desses atingidos porém desse senhor específico ela ainda não conseguiu sanar essa dúvida é porque até existem pobres na forma de como foi negociado o devido espaço de que a forma que também estava expressando pra gente a gente não estava compreendendo então ele mostrou que ainda havia um espaço para realmente conversar com ele e entender melhor aquela situação até no sentido de poder também compartilhar com ele informação de uma forma mais clara, eu vou fazer uma ponderação em relação a essa minha fala que qual era a ponderação, quando eu trago para vocês esses pontos e não falo em específico da forma de como eu detalhei na relatoria é porque quando a gente entende o processo que a gente entende como pontos importantes precisam ser ressaltados é pra mim são essas formas como as relações que precisas são substituídas se a gente pensar lá nos pontos dos programas e execução dos programas pela equipe e os resultado obtidos a partir do programas como vocês poderão ler se quiser ou se quiser depois eu faço a leitura aqui também não há problema pra mim, vocês vão perceber que todos os programas foram realizados de uma forma satisfatória, o programa de prevenção, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o programa de negociação de terras, o programa de priorização de fornecedores locais, programa de mobilização de mão de obra, e o programa de instalação do posto de assistência social, esses programas eles foram expostos também nesse encontro, eles foram aprovados de uma forma tranquila porque a gente percebeu e todos que estavam no encontro perceberam que foram um movimento saudável nesse sentido e também nesse sentido houve a exposição no referido encontro de que a empresa entendia, também houve a exposição dos demais relatórios, a empresa entendia que devido a execução dos programas e a forma como foram realizados os resultados de que não haveria a necessidade de uma continuidade desse posto de assistência social e

dos trabalhos que poderiam ser realizados após o início da geração de energia, aí eu vou trazer como ponto importante para essa plenária o meu parecer em cima das relações que foram instituídas com os atingidos então o que eu entendo que realmente aconteceu de uma forma muito tranquila em relação ao comparar com outros empreendimentos porém desde o início desde 2012 existiam ou existem ainda relações complicadas e quando a gente fala de uma pessoa que de certa maneira, se a gente relacionar para a minha violência aos atingidos, a gente fala de formação a gente também fala de violência, a gente sabe como é importante a condição de dar informação para as pessoas então no sentido nesse procedimento eu entendo que os conselheiros devem considerar num parecer é a forma como as condições foram instituídas, então o parecer conclusivo eu vou fazer a leitura para vocês, ele trás que condição “como visto foi realizado implementação ao posto de pós barragem que é o plano de ação social do CGH Areão cumprindo com o disposto na resolução do Ceas nº 426 de 31/10/2012 ele aconteceu, portanto indico aos conselheiros que aprovem a comprovação da implantação do plano de assistência social da central geradora hidrelétrica CGH Areão ex CGH Mariana sob a permanência do posto de atendimento social com recomendação de tempo mínimo de 3 meses após o início da geração de energia, porque 3 meses? Porque nós levamos essa consideração para esse espaço de conversação e os conselheiros do Conselho Municipal também entenderam a importância da continuidade desse posto a gente espera que a partir deste posto possa se ofertar pra esse senhor também uma oportunidade maior de esclarecimento e de resolução desta questão da demanda que apareceu mas a gente espera também que o posto seja uma oportunidade para que o município possa também agir preventivamente sobre situações que podem acontecer a partir desse empreendimento, o início da geração energia eu entendo que é importante partir do pressuposto de que a gente não pode considerar que alguma coisa ruim possa acontecer mas que alguma coisa não possa acontecer alguma coisa ruim, mas também possa acontecer a gente não consegue prever esse quadro e esse posto ele tem importância nesse sentido, então essa continuidade visa monitorar os possíveis impactos após o início da mesma a minha recomendação da continuidade no atendimento pelo período exposto busca e tem o objetivo de realizar os encaminhamentos necessários na população atendida dos serviços públicos de forma a fortalecer a garantia de direitos e olha como que esse direito essa informação é extremamente importante, eu espero ter sido claro não sei se fui muito mas estou à disposição agora para as considerações as perguntas em relação ao parecer para depois a gente entrar em relação a deliberação dessa proposta. **Rodrigo:** Só lembrando conselheiros, nós temos conselheiros novos, eu estava confirmando com a Rosa ali a CGH é aquela usina de baixa geração que não tem área inundada, não tem lago é aquela pequenininha que eu acho

quem teve na CGH foi a Cris que até trouxe foto pra gente né Cris uma vez, é um empreendimento menor de menor potencial energético. **Juanita-** Federação das Apae's: Conselheiros, só porque eu acho assim que a relatoria foi de uma forma diferente só pra lembrar que tem muito tempo da CGH mas o Rodrigo já respondeu uma das coisas que eu ia perguntar, você falou na sua análise que são 4 envolvidos diretamente, essas 4 famílias envolvidas diretamente na visita que foi feita apresentou um desconforto com relação a negociação das terras que foram feitas a elas, pela sua análise não ficou e não tinha uma clareza à frente do processo, na visita além desse desconforto não só na visita aos atingidos mas nas outras visitas institucionais que ocorreram como no Conselho, no Cras provavelmente vocês fizeram visitas também, foi levantadas outras situações de violação de direito dessas 4 famílias atingidas? as próprias famílias apresentaram ou o Cras, ou o Conselho Municipal apresentaram alguma situação de vulnerabilidade ou violação de direitos, elas famílias apresentaram? Não? Aí a sua recomendação de manutenção do PAS para mais 3 meses é só uma questão preventiva para que não ocorra violação.

Felipe: Eu parto do pressuposto de que ainda existe a dificuldade de entendimento e de estabelecimento de população saudável entre o empreendedor e os atingidos, esse pressuposto ele se dá nessa troca que aconteceu na visita então o que eu identifico aqui que é importante os aspectos preventivos mas também identifico que existe há algo a ser feito que ainda não se encerrou esse algo a ser feito ele não é exclusivamente no âmbito jurídico não é somente rever através de escrituras não é só rever através dos aspectos burocráticos, documentais, quem está em reposição alguns estão, mas é na relação em si é quando por exemplo no dia seguinte no dia 3 quando nós chegamos previamente pra esse encontro esse senhor vira pra gente e fala assim, então ontem depois que vocês foram embora a empresa foi na minha casa e quando ela foi na minha casa o rapaz ficou bravo comigo, e essas exposições pra mim elas são extremamente significativas porque não são do aspecto preventivo mas são de um aspecto já de uma violência que já está acontecendo, a Rosa gostaria de falar. **Rosa** – Boa tarde, Rosa - Técnica da Secretaria Executiva do Conselho: Nós estamos falando, só explicando para os conselheiros que esse incômodo dessas 4 negociações, a área ambiental ela proporciona, ela libera, a negociação externa para alguns empreendimentos antes da vibração da assistência, então ela autoriza alguns empreendimento quando alguns empreendimento são muito pequeno alguns empreendimento tem essa autorização de negociar antes da assistência ou seja antes do plano de assistência social chegar aqui no Ceas em 2012 ele já tem a negociação e essa questão da manutenção do posto de assistência social eu encontro técnica avalio a necessidade porque nós estamos falando de um incômodo de um senhor de 78 anos, de um senhor que está ainda em situação de fragilidade em

relação a essa negociação, então é importante que o posto de atendimento social, a equipe do posto que tem um psicólogo e um assistente social eles são muito atuantes é uma equipe muito atuante lá, que eles acompanhe lá esse senhor e outras vulnerabilidade que possam surgir, pra vocês terem uma ideia quando eu estive lá em maio não havia essa demanda, não havia, quando eu voltei com o Felipe ele apresentou essa demanda, olha porque em área rural vocês sabem, quem é de área rural, vai muito assim eu vejo que tem uma ponta ali que eles estão negociando então foi depois da negociação depois que eu estive lá que ele percebeu essa situação então nós estamos falando de um senhor de 78 que realmente precisa desse acompanhamento não pode ter acontecido nenhuma situação de vulnerabilidade antes, mas pode vir acontecer e nós vamos ter um equipe lá que vai relatar pra gente daqui a 3 meses olha não aconteceu nada essa situação desse senhor foi resolvida foi superada então é isso que nós precisamos que essa equipe continue lá para fazer esse monitoramento pra gente. **Felipe:** E a continuidade do atendimento que é fundamental. **Rodrigo:** Mais alguém gente, mais algum conselheiro? Não. **Felipe:** A gente pode ir para pontos de deliberação? Antes dos pontos da deliberação nós temos representantes da empresa Rai Brasil acho que é interessante também se vocês sentirem confortável pra alguma fala nós estamos aqui (acho que tomei sua frente). **Rodrigo:** Não tem problema não eu já tinha noticiado a deliberar. **Marcelo:** Presidente Rodrigo eu quero dizer aos companheiros e conselheiros que me sinto muito a vontade de estar aqui conversando com vocês porque também já fui conselheiro estadual e tive a grata satisfação de poder presidir esse conselho por 2 mandatos e também de participar ativamente da construção desses instrumentos que hoje a gente está aqui nesse processo de deliberação, inicio dizendo e primeiro também cumprimentando toda a equipe da secretaria executiva na pessoa da Consolação, quando a gente vem aqui no conselho pra conversar sobre este empreendimento eu venho com muita tranquilidade e falo inclusive da participação que nós tivemos quando da visita do Ceas no empreendimento, fiquei muito tranquilo e vi o quanto o conselho estadual avançou nessa política de atendimento aos atingidos mas eu gostaria de fazer alguma reflexões, quando a gente trata de um CGH como foi dito é um empreendimento de muito pequeno porte esses 4 atingidos que foram ditos aqui eles apontaram essas dificuldades justamente naquela reunião em que o Ceas visitou inclusive também para o empreendimento, foi uma surpresa porque o empreendimento também não tinha conhecimento dessas discussões que foram colocadas na reunião, tanto que o empreendimento ele apresentou durante a reunião com o Conselho Municipal, os atingidos ele demonstrou através de documentos que tudo aquilo que foi adquirido naquela época foi assinado por todos inclusive esse senhor de 84 anos seu Neneco a filha dele assinou a escritura, a filha dele

que é advogada inclusive, o seu sobrinho também assinou como testemunha, quando dá a assinatura da escritura o documento que a planta do imóvel onde que delimita toda área também foi assinado pelo casal, então quer dizer não foi algo adquirido de qualquer forma, então a gente tem que partir bem, o senhor Neneco ele realmente ele é um senhor de 84 anos e que merece por parte tanto do empreendimento quanto do Ceas uma atenção especial mas o que a gente trás aqui é que o PAS foi totalmente cumprido, as negociações que foram feitas foram realizadas dentro da normalidade, os 3 senhores que o nosso relatório aponta, o Fabiano, nós conseguimos durante a reunião com o Ceas de mostrar a limitação da área que foi adquirida, o local onde foi adquirido, ele diz que o empreendimento comprou o terreno lá trás quando na verdade você vai mostrar através das delimitações que são próprias às escrituras públicas você vai verificar que foi adquirida no local exato que foi apresentado, o relator estava presente a Rosalice também presente na hora da apresentação inclusive fizemos um memorial para trazer aqui para o relator para ele poder apreciar, agora o que a gente precisa de ter em mente é que o posto de atendimento especificamente que é o ponto onde nós entendemos de forma divergente, apesar de entender que o posto de atendimento ele é muito importante e realmente ele é importante para os atingidos diretos e indiretos no caso específico ele cumpriu o seu papel quando ele atende esses 4 atingidos mas a nossa preocupação é de que essa situação posta, ela trás para o empreendimento uma certa dificuldade porque nós não temos um período ainda definido de quando haverá a geração de energia porque ainda nós não temos ainda a aprovação da licença ambiental, então os 3 meses de início de geração de energia ela dificulta pra que o empreendimento possa entender até que limite que é esses 3 meses, outra situação que a gente tem que atentar também é que o empreendimento ele ao fazer o posto de atendimento os seus funcionários eles são funcionários do Cras, eles são funcionários da prefeitura, então a gente está entendendo que talvez não haveria a necessidade de um posto de atendimento porque o atendimento já é feito por esses 2 servidores que são servidores da prefeitura que atende o posto de atendimento e se nós formos fazer uma retrospectiva histórica dos postos de atendimento quando a gente pensava em posto de atendimento era porque não existia naquela época Cras, Creas e hoje nós temos equipamentos públicos para atender a violação desses direitos sócio sociais entendemos a importância do posto de atendimento mas para determinadas situações, nós já vivemos situações aqui no Ceas de usinas hidrelétricas de empreendimentos como era Braúna, Candonga que realmente havia necessidade desse posto direto e constante para poder resolver situações que existiam com os atingidos nesse caso não existe problemas com atingidos a não ser uma dificuldade de entendimento dos 2 atingidos quanto a delimitação da área e que não é o Ceas que vai conseguir resolver se a discussão hoje que

esses 2 atingidos eles entendem que a área que eles adquiriram não é a mesma área não vai ser o Ceas que vai conseguir resolver essa é uma questão e não vai ser dentro dos 3 meses que vai se resolver essa situação da delimitação da área, essa é uma questão jurídica que talvez vai ter que se discutir de outra forma que não aqui no Ceas, então eu peço a compreensão dos conselheiros para que a gente possa fazer uma análise dessa situação entendendo qual a finalidade real deste posto de atendimento, o fato de ficar mais 3 meses vai mudar a situação da delimitação da área que foi o desconforto que foi colocado aqui, vai ser esse posto de atendimento dentro de 3 meses que vai resolver isso? Não vai ser, então eu peço a compreensão dos conselheiros para que decote desse parecer conclusivo essa questão de 3 meses para o empreendimento, se for o caso de repente podemos conversar sobre alguma contrapartida, mas que a gente não vê a necessidade do posto de atendimento frente a situação real posta. Muito obrigado. **Rodrigo:** Dr. Marcelo porque eu entendi mas a empresa então não trás uma contraproposta com relação ao parecer. **Marcelo:** O que nós entendemos, não apresentamos contra proposta porque o que está posto aqui é de que o posto de atendimento ele funciona por mais 3 meses o que nós estamos entendendo da desnecessidade desse posto de atendimento por mais 3 meses considerando que o desconforto que o relator ele apresenta esses 3 meses não vai em hipótese alguma mudar a situação que está lá que é uma situação que no nosso ponto de vista é uma situação jurídica. **André:** Boa tarde a todos eu represento Rai energia eu participei desde o início do empreendimento, acompanhei as ações do posto de assistência social estive com o Felipe e com a Rosa nas reuniões realizadas no município a gente recebeu como o Marcelo disse com estranheza esses desconfortos dos atingidos Fabiano e senhor Manoel por conta que durante a atuação do posto não houve uma manifestação deles nesse sentido, houve do senhor Manoel como ele mesmo disse ele foi lá viu a cerca e falou que a cerca está errada, então houve no momento de instalação da cerca do senhor Manoel houve não digo desconforto, houve um desacordo quanto a marcação em campo porque o que o senhor Manoel assinou no mapa na escritura ele não entendia que aquilo que ele assinou na escritura estava sendo aplicado em campo e essa divergência realmente ocorreu mas se o Ceas, o Felipe pergunta sobre uma contrapartida e a nossa contestação em relação a função do posto durante os 3 meses nesses esclarecimento principalmente para o senhor Neneco eu acho que assim a gente poderia apresentar em complemento a todo relatório final já feito pela análise, uma explicação, evidência sobre a explicação do que foi executado em relação a negociação com o senhor Neneco e o que já havia sido definido na escritura com o antigo empreendedor inclusive bem explícito, bem claro essa condição de divisa do seu Manoel chamado de seu Neneco com a próxima propriedade da senhora Elizabeth. **Camila:** A certidão de cartório de

registro de imóveis também consta estar setorial do motivo com essas confrontações dessa área e no momento que estavam todos de acordo. **André:** Sim, estava dando a escritura com plano de registro, matrícula no cartório de registro de imóveis, se ainda existe uma pendência com o senhor Manoel poderá ser esclarecida objetivamente com ele e não com a manutenção do posto por 3 meses, essa é a nossa questão. **Rosa:** Eu queria dar 2 esclarecimentos apenas, nós não estamos pedindo um posto de atendimento social pra acompanhar 1 atingido, a gente está pedindo um posto de atendimento social que acompanhe e faça um monitoramento das relações que foram posta, então deixar bem claro para os conselheiros que não 1 atingido o nosso foco e sim toda uma comunidade em torno que pode sofrer os impactos pós licença de operação, segunda coisa, o Conselho Estadual de Assistência Social quando ele publicou as suas resoluções que dispõe sobre o plano de assistência social já existia o Cras, o Creas porque a resolução nº 317 que foi substituída pela nº498 que está em vigência já falava do posto de atendimento social e foi em 2010 a resolução nº 318 que fala sobre os procedimentos de um plano de assistência social como feito em análise foi em 2010 então acredito eu que já existia Cras e Creas nos municípios, só dando esse esclarecimento para os conselheiros, aí nós pegamos as datas da política e nós sabemos que já existia Cras e Creas como o conselho já sabia da existência desse equipamento que não é o caso da gente discutir isso agora. **Felipe:** Gente, em relação a fala técnica eu acho que é muito importante, eu queria trazer só mais uma consideração, vamos lembrar o que a gente ouviu hoje na parte da manhã, hoje na parte da manhã a gente teve oportunidade de ouvir como ainda é desvalorizada a ideia da política nacional de assistência social, esse posto de assistência social ele tem uma função, ele tem um objetivo, uma finalidade muito importante para o município quando a empresa ela fala sobre desconsiderar, a impressão que eu tenho quero trazer uma questão pessoal é de que mais uma vez a gente está levando em consideração uma desvalorização de uma política quando a gente luta para valorizar a sua política como proposta de serviço ela não se dá somente em um caso mas numa história, quando a gente trás também uma fala que existia um Cras, vamos lembrar das realidade dos Cras nos municípios, eu não falei pra vocês sobre a oportunidade de conhecer os Cras, porque eu quis ser um pouco mais objetivo no sentido do termo de relatoria mas eu tive de conhecer em São Francisco do Glória um Cras que tem o Criança Feliz eu tive a oportunidade de estar em São Francisco do Glória e de ver técnicos que precisam de espaço para uma conversação, e valorização para que eles também tenham mais compreensão e comentários com a Rosa eu tive a oportunidade de as vezes perguntar Rosa mais esse técnico é também do Cras e é do posto que lado ele está, se eu tive dúvida do lado que ele está imagina o atingido, que lado esse técnico está que papel ele está assumindo, eu

entendo, eu gostaria muito que os conselheiros levassem em consideração que o cumprimento dessa indicação de parecer ela se dá no sentido principalmente de valorização de política que está no momento e precisa desse reconhecimento. **Arlete**: Boa tarde, eu sou Arlete do Ceas e eu fiquei pensando na questão do desconforto eu fiquei preocupada com a questão do desconforto e quando foi colocado esse conceito várias vezes aqui ele foi dito eu fiquei imaginando que as vezes esse desconforto ele aparece até pela questão cultural e que a questão cultural ela normalmente não é considerada quando se trata no deslocamento de pessoas do seu lugar que pertence, eu tenho acompanhado algumas atividade de PCH, umas maiores outras menores na minha região, participo ativamente com as comunidades e uma coisa que me incomoda e que eu aprendi é que normalmente o atingido por esses empreendimentos não é só aquele que precisa deslocar das suas casas para outro local porque atinge todo um conjunto cultural que tem ali, isso não é considerado tudo bem nós ainda não conseguimos construir uma ferramenta política que dê uma resposta a essa perda da memória, da comunidade dessa perda cultural que todos os elementos que compõe a comunidade isso pra mim é preciso ser resolvido e não vai ser aqui e agora precisamos construir o outro ponto também com relação ao conceito de desconforto se esse posto de atendimento está ali pra atender esses 4 atingidos e mais pessoas que possam morar nas imediações, qual é o desconforto que a existência desse posto possa dar a esses empreendedores, a existência dele lá por mais 3 meses? **Márcio Caldeira**-Assprom: Eu acho que é importante a gente estar resgatando aqui na relatoria apresentada não há nenhuma contra indicação sobre a incrementação do PAS e sim o que se trata aqui é pela manutenção do posto a partir de 3 meses após a licença de operação eu acho que dentro da lógica do Ceas por ser um conselho de assistência social responsável pela aprovação desses planos de acordo com a lei estadual e não sendo Ceas acho que o papel que o Ceas tem é de zelar pela garantia de direitos, e o instrumento que a gente tem para que haja essa linha de garantia de direitos para a gente ter acesso de como essa garantia de direitos está sendo efetivada é através dos relatórios que são apresentados, relatórios esses elaborados a partir dos atendimentos do posto de atendimento social, há um fluxo nesse processo que chega até esse conselho para que haja uma deliberação, o que a gente tem de histórico dentro desse conselho é que o posto se tornou um instrumento fundamental para que o conselho possa caminhar com maior tranquilidade para suas deliberações, o posto ele se torna a primeira porta de acesso das informações necessárias para qualquer processo de relatoria dentro dessa conselho eu acho que pelo histórico que tem dentro deste conselho inclusive pelas próprias resoluções do conselho que apontam que o conselho pode estar deliberando pela continuidade e manutenção do posto de atendimento social de acordo com o entendimento por meio pelas

próprias relatorias eu vejo com muita tranquilidade o parecer do relatório que está sendo apresentado aqui essa permanência de 3 meses do posto de atendimento social que nos vai dar uma tranquilidade mesmo que tenha a informação de que não se sabe que dentro desses 3 meses vai ter licença de operação ou não mas esse é o caminho que o Ceas encontrou ao longo desse percurso que eu tenho de conhecimento do Ceas de ter informação que nos dá tranquilidade para o processo de deliberação, acho que o posto de atendimento social esse é um instrumento de acompanhamento social da comunidade que está sendo afetada por qualquer empreendimento, se perde que já foi colocado aqui no ponto de vista técnico, não se trata de 1 ou 2 atingidos mas pela comunidade que está em torno desse empreendimento por mais pequeno que ele seja mas que tenha um certo impacto econômico essa é a nossa proposição Ceas da região da despesa desses direito, então assim pactuo com a proposição que foi apresentada pelo relator da manutenção dos 3 meses de operação do posto. **Juanita**- Federação das Apae's: Na verdade quando nós vamos para a relatoria numa processo de uma cumplicidade como hidrelétrica a gente tem o apoio técnico inclusive para nos subsidiar na tomada de decisão porque nem todos temos o que ter o conhecimento de tudo, e o parecer da técnica Rosa indica pra ela essa necessidade e hora nenhuma na minha fala eu questioneei a necessidade ou não eu queria entender o contexto que eu não entendi no início e também eu acho que quando a gente tem mais anos de experiência vamos dizer assim, quando a gente vê algumas colocações a gente precisa inclusive fazer algumas reflexões é o que nós estamos fazendo no almoço que eu acho que um colega vai ajudando o outro e assim a gente vai nos fortalecendo e eu queria chamar a atenção que a população do município, aconteceu um fenômeno lá que foi com a relação a essa situação da hidrelétrica e que o posto de atendimento é uma demanda desse conselho para promover e monitorar essas situações de vulnerabilidade e risco que essas famílias se encontram ou entram nessa situação devido a esse fenômeno, entretanto a gente precisa refletir que quem é responsável por essas ofertas é o estado brasileiro e o estado brasileiro é o Cras naquele território, eu não estou aqui falando da necessidade ou não de não ter um posto porque a gente já teve tecnicamente um indicação da necessidade como para prevenir situações futuras, só que eu penso também que quando a gente passa por uma situação dessa e a gente tem o controle social do sistema porque o Cras é um sistema único de assistência e o posto de atendimento não é, o posto de entendimento foi uma situação concebida por esse conselho para monitorar, vigiar dentro daquele território possíveis situações de violações que ocorram mas quem tem a responsabilidade dessa situação de fragilidade e violação de risco quando a gente fala em fortalecer a política de assistência social são esses equipamentos e se eles são frágeis ou não é outra situação, a gente precisa sempre refletir

com relação a nossas falas nesse sentido que eu aqui me coloco e quando eu pergunto o número de usuários se tem violação de direito inclusive é para a nossa tomada de decisão para falar e para confirmar da propositura que a técnica aponta da necessidade ou não porque inclusive quando nós estamos nessas visitas institucionais a gente tem que inclusive chamar o Cras para a sua função protetiva, sua proteção dessas famílias para ir fazendo a busca dessas famílias para levar para promoção lá dentro do Cras, são coisas diferente não é que o posto não tenha necessidade, não estou aqui falando disso mas quando eu perguntei o número de pessoas atendidas e a situação de violação de direito era um desconforto foi para mim compreender a relatoria do conselheiro e com relação ao PAS a indicação técnica da necessidade ou não isso aí é para subsidiar o conselheiro na medida de tomada de decisão e inclusive a nossa.

Isac – Eu também vou fazer um corinho com o amigo da Assprom o Márcio eu creio que o relatório apresentado ele está embasado nos fatos ele considera a situação local e assim eu acho que a própria fala do empreendimento ela colocou como que se esforçaram pra dizer que precisam manter o posto de atendimento mas as suas falas mostraram que precisa ser mantida esse posto de atendimento inclusive colocaram que ele sozinho não é suficiente para superar a questão quando fala isso eu acredito que estão pensando em outras coisas também que podem estar fazendo no sentido de superar essa questão, então assim até enquanto representante de usuários eu acredito que é super necessário a manutenção do posto de atendimento lá e gostaria que fosse bem considerado isso.

Marta: Bom, eu queria trazer reflexão desse conselho, que eu acho que esse conselho tem clareza que trabalho social com a família, ele é estatal ele é feito no Cras e no Pas, então temos clareza disso e todos os conselheiros tem, e que posto de atendimento não substitui Cras e nem Pas, está claro para este conselho que ele não substitui que trabalho social com essas famílias tem que ser feitos pelo Cras e pelo Pas se tiver no território do Cras, se tiver em outro Cras é do outro Cras, mas eu acho que o relato e o desconforto do Felipe é um psicólogo né Felipe, ele vem falar de uma coisa que parece objetiva mas não é desconforto que as vezes pessoas atingidas esperam uma boa relação e o plano de comunicação que não foi claro pra eles de acordo com que eles estavam fechado eles também não parece que prestaram recontato com segurança então são questões que ainda não foram superadas pelo que foi identificado, tentou achar uma palavra eu acho que até justa parece como esforço, empreendimento com outras realizações do PAS que aconteceram lá, mas eles estão trazendo alguma coisa que o modo de vida dessas famílias atingidas ainda não está recomposto, quando o senhor diz que ele está incomodado que ele não consegue entender é porque ele tinha um modo de vida que o empreendimento veio e que interferiu naquele modo de vida e que ele ainda está precisando de um tempo de ajuste para ele conseguir

ganhar e recuperar sua própria identidade, então eu acho que é isso que a recomendação da relatoria está nos dizendo. **Cris** – Sacramentinos: Então gente, esse negócio, eu fico me colocando na situação do conselheiro que realmente não é fácil isso não, Rosa estou muito feliz de ter você enquanto secretária executiva tão competente e com uma dimensão técnica tão grande que isso permitiu muito que a gente estar discutindo aqui todas as vezes que você trás uma questão técnica algum acompanhamento dá uma nitidez aqui pra gente do direcionamento. Ouvi todos os meus colegas , com alguns eu concordo em parte e uma questão que eu gostaria de trazer muito para reflexão aqui é de como que as vezes a gente ainda não consegue traduzir qual é o nosso papel enquanto conselho estadual, eu acho que na fala da empresa, do empreendimento eu percebo que ainda não conseguimos ainda traduzir isso qual que é o nosso papel o que nós estamos fazendo aqui com relação a defesa e garantia de direito e aí é que eu vejo a importância de fato permanecer quanto posto de atendimento que eu acho que a gente precisa desse diálogo e quando a minha colega Juanita trás essa questão e aí Juanita eu faço uma profunda reflexão que eu acho que a gente enquanto um empreendimento desse a gente trabalha em rede com ele, a rede ela exige parte e necessário ver a parte da empresa para compor essa discussão com o Cras se que é território de Cras ou com outros agentes do sistema único de assistência social eu entendo que ter o posto eu entendo que enquanto conselho estadual nós não pode emitir um parecer favorável e toda encrementação se há existe situação como essa que aponta para um desconforto de um modo de vida da forma da alteração da vida de um cidadão e de uma cidadã eu entendo que nós temos que permanecer sim nesse posicionamento do relator de ter um posto entendo o posicionamento da empresa que isso tem outras questões relacionadas mas a questão relacionada principal que cabe aqui é da defesa e da garantia do direito e eu acho que nós enquanto sistema único nós vamos mais uma vez consolidando o nosso papel quando nós colocamos a importância de discutir o modo de vida em rede, então eu acho assim que a gente precisa retomar aqui e assim de verdade eu acho que de fato a gente ainda precisar ser compreendido ainda por esse empreendimento enquanto política pública de assistência social defendido, é isso. **Rodrigo**: Simone, na fala da Simone a gente encerra as sessões que a gente tem que encerrar as sessões que a gente tem que terminar pauta. **Simone**: Na verdade boa parte do que eu ia falar a Marta falou eu queria dizer o seguinte que esse debate a gente tem feito muito esse debate porque nós estamos fazendo planos de proteção social para os municípios atingidos pela barragem de Fundão e o debate é exatamente esse é impressionante, esse colocado aqui, qual que é a responsabilidade do setor privado na proteção sócio assistencial, é esse debate e talvez por isso a gente também esteja tão absorvido nele de tanto nos dedicar a discuti-lo e mais do que isso tentar

traduzir que a empresa ela tem muita responsabilidade não as do estado, as dela, e mesmo as do estado se fosse pra ter acompanhamento familiar não me parece que é isso que foi solicitado aqui, se fosse pra ter acompanhamento familiar que é responsabilidade precípua do Paf Paef a empresa com certeza teria que colocar mais Paf, Paef para ser executado pelo poder público mas não foi isso que está sendo indicado aqui e além disso eu acho que o plano de assistência social também passou por um profundo debate nesses últimos 4 anos de vivência nossa aqui no conselho, exatamente pra gente entender qual é complementaridade importante entre o Suas e o plano de assistência social me parece que ficou bem claro para nós todos que o plano tem o papel de preservar e de garantir direitos dos usuários, me parece que é isso que vocês estão nos trazendo aqui e por isso acho bastante pertinente a solicitação e não vejo aí porque o Suas diz que é primazia absoluta a defesa e garantia de direitos da sociedade civil, nós não estamos discutindo aqui papel do estado pelo meu entendimento. **Rodrigo:** Essa semana nós tivemos uma reunião com o empreendedor, pessoal da barragem, uma reunião difícil de um empreendimento há dez anos, o Ministério Público compareceu, direitos humanos, uma abrangência muito maior, que é a PCH, 204 UHE, 204 atingidos e 10 anos depois contestando algumas questões, e aí o Ministério Público, a Consolação fez a gentileza de me recordar aqui, o Ministério Público e aí eu pego muito na fala que a Marta trás, que a Simone trás, rememorou a gente que não diz a gente estava tratando de reativação econômica não há o que dizer da reativação econômica, não há o que dizer de encerramento de um projeto de qualquer forma porque isso diz sobre o modo de vida das pessoas, então precisa primeiro resignar o modo de vida das pessoas parece simbólico mas como a Marta bem lembrou o simbólico talvez pra gente como assistente social pode ser um pouco mais difícil de apreender as nossas mediações mas o psicólogo não e aí foi um psicólogo que foi lá e aí esse desconforto como a Dona Arlete trás e os outros colegas rememoram tá presente é um simbólico significativo e é um simbólico que não reescreveu então o modo de vida desse senhor, é um simbólico que precisa ser tratado, é um simbólico que precisa ser redesenhado, então eu peço aos conselheiros para que se organize pra gente votar, todo mundo está com os cartãozinho, só os titulares por obséquio, eu vou colocar então o parecer da relatoria, por questão de ordem aqui, o voto tem que ser no caso desse plano tem que ser nominal, declarar o nome do conselheiro, o segmento e o voto, então eu inicio Rodrigo Silveira, pois não, então eu vou ficar por último. **Isac:** Só para ter um esclarecimento a gente vai entrar em votação a aprovação do PAS com a consideração da manutenção do posto de atendimento, por mais 3 meses, é isso? **Rodrigo:** Eu estou com o relator quem não concordar vai votar com a barragem então esclarecendo, contra o relator ou com o relator, a favor ou contra, então pega aí e pediram pra eu ficar por

último, teve o pedido da barragem do empreendimento de desconsiderar o relatório, desconsiderar os 3 meses, gente vamos com calma, o conselheiro Márcio Caldeira está perguntando se o empreendimento pode fazer proposta, ele não fez proposta ele fez um pedido e eu estou acolhendo o pedido e trazendo como proposta para o pleno em consideração a empresa que está aqui, ok, a gente está acolhendo para ser apreciado, a proposta 1 com o relator com os 3 meses, a proposta 2 sem os 3 meses, entendeu, não tem o posto.

Wilson: Pelo o que eu entendi até então o motivo da não aprovação seria a questão do posto está tentando resolver a questão do descontentamento dos atingidos então assim eu entendi o seguinte que a proposta é a seguinte a manutenção do posto no sentido pra esses 3 meses para resolver o descontentamento. **Rodrigo:** Então gente vamos lá, para simplificar, ao rejeitar o parecer a gente vai ter que discutir então a outra proposta, é a favor ou contra o parecer da comissão. Ok, Felipe por favor, calma que eu vou pedir ao relator para que leia o parecer novamente, a conclusão. **Felipe:** Segunda linha do parecer, portanto indico aos conselheiros que aprovem a comprovação da implantação do plano de assistência social da central geradora hidrelétrica CGH Areão, ex CGH Mariana sob a permanência do posto de atendimento social com recomendação de tempo mínimo de 3 meses após o início da geração de energia, essa continuidade visa monitorar os possíveis impactos após o início da mesma, a recomendação de continuidade no atendimento pelo período exposto busca e tem por objetivo realizar os encaminhamentos necessários da população atendida para os serviços públicos de forma a fortalecer a garantia de direitos. **Rodrigo:** Essa é a proposta. Quem for contrário ao parecer vai votar contrário e se ganhar contrário a gente vai ter discutir. **Camila-Seapa:** Com relator, **Wilson-Fazenda:** Com relator, **Isac:** Com relator, **Luanda-Fetsuas:** Com relator, **Maria do Carmo-CMAS:** Com relator, **Juanita-Federação Apae's:** Com relator, **Cristiane:** Sacramentinos: Com relator, **Irajá-Pataxó:** Com relator, **João-CMAS Pirapora:** Com relator, **Déborah – Sedese:** Com relator, **Simone – Sedese:** Com relator, **Gilberto – Cogemas,** **Soyla – CMAS Paracatu:** Com relator, **Arlete – Graal do Brasil:** Com relator, **Felipe – CMAS Campo Belo:** Com relator, **Rodrigo- Cress:** Com relator. Então aprovado com relator por unanimidade. **Felipe:** Conselheiros, conselheiras só dizer pra vocês que além da experiência de estar com os atingidos, estar com o conselho municipal, estar conhecendo a oferta de serviços do Cras, conhecer a secretaria foi muito importante e nós também percebemos o quanto eles anseiam por uma presença maior do Ceas inclusive já foi oficiado um pedido, ainda não, mas eles manifestaram queriam oficial o pedido e eu percebi o como é importante estar na ponta até no sentido dos conselheiros, o conselho de uma maneira geral é se sentir mais fortalecido então foi uma experiência que foi rica em muitos sentidos, eu agradeço muito a oportunidade e agradecer todos os envolvidos por essa

oportunidade. Obrigado. **Rodrigo:** Vamos às comissões e eu gostaria de estender os elogios que a Rosa recebeu hoje fazendo meus também viu Rosa e estender a todos da secretaria executiva pelo trabalho que faz sem vocês eu não seria do que seria do conselhos não só vocês mesmo pra dar jeito em nossas loucuras. Comissões. **Ivone-Cogemas:** Então boa tarde nós vamos apresentar, comissão de orçamento um resumo, nós tivemos a comissão de orçamento uma reunião ampliada com a mesa diretora na segunda-feira dia 13, a pedido da Sedese porque? Porque está na legislação que o orçamento do Fundo antes de ir para a Secretaria de Planejamento ela deveria ser apresentada ao conselho para que fosse aprovada a resolução como o prazo era segunda-feira dia 13 que a Sedese tinha que encaminhar então foi chamada uma reunião extraordinária da comissão de orçamento ampliada com a mesa diretora para estar dando essa aprovação prévia, como é o nome lá? Ad referendum, para que pudesse ser encaminhado o orçamento para o governo, então nós vamos apresentar esse primeiro assunto aí depois nós tivemos reunião ontem dia 16 que também vamos apresentar a segunda súmula, então nessa reunião todos os membros da comissão estiveram presentes e o ponto foi a proposta orçamentária do Feas para 2019, a Superintendente do Fundo Estadual de Assistência Social a Cláudia Falabella apresentou ao Ceas no caso da comissão da mesa ampliada a revisão do PPAG para 2019 segundo ela a Sedese tem que encaminhar a proposta ainda no dia 13, porém todas as considerações serão incluídas na resolução e nas vias regulamentares, este ano a secretaria de planejamento fez sugestão de junção das ações do Fundo Estadual de Assistência Social, a Cláudia está aqui e ela vai ajudar também a apresentar esse resumo do que foi apresentado na comissão na comissão foi apresentado mais amplo é uma apresentação, um resumo então na proposta da Secretaria de Planejamento a junção das ações de capacitação 4444 a vigilância e apoio técnico 4446 junção das ações do conselho 4320 e a gestão compartilhada 4315 junção do programa Rede Cuidar 002 e a oferta de serviço 114 a junção das ações de aprimoramento financeiro de incentivo financeiro 4172 e o monitoramento da Rede Cuidar 4174 a execução da ação de transferência de renda 4586, considerando que mantiveram os mesmos limites de 2018 para manutenção das ofertas continuadas e considerando a necessidade de recurso para a realização da Conferência para 2019 e outras ações, a Sedese vai solicitar recurso através do pleito, aí o pleito me corrija se eu estiver errada na ação 4313 Casa Lar o pleito de R\$ 525.778,02 na ação 4596 medidas sócio educativas 1 milhão 504 mil, na ação 4447 Creas Regionais R\$ 2.522.032,33 na ação 4447 famílias acolhedora dois milhões duzentos e setenta um e seiscentos e dezenove mil, na ação 4447 Acolhimento à Adultos e Família 120 mil, total R\$7.393,429,40 nas outras ações 4444 o Núcleo Estadual de Educação Permanente no Suas -Neep Suas vinte e dois mil trezentos e

cinquenta e seis, na 4444 Capacitação Suas R\$2.617,201,54 na ação 4444 supervisão técnica trinta e cinco mil setecentos e trinta e oito e oitenta e oito, na ação 4444 apoio técnico sessenta e seis mil novecentos e quarenta e sete e noventa e um, total R\$2.742.244,34 então assim, a proposta detalhada por ação e as fontes. Então a comissão tirou dentro da ação 4444 Capacitação e Apoio Técnico aos municípios para aprimoramento do Suas houve um questionamento sobre a redução de três milhões, ocorre que a Seplag definiu como limite de recursos estadual para proposta da Loas 2019 os mesmos recursos de 2018 desta forma os limites foram distribuídos para manutenção do serviço, foi definido para essa ação os recursos da fonte 56 governo federal e pleito no valor R\$2.142.244,34 para ações do núcleo estadual de educação permanente do Suas Neep Suas, Capacita Suas serviço técnico e apoio técnico, ressaltamos que a distribuição dos recursos da fonte 56 é feita com base na estimativa da receita, supervisão técnica e apoio técnico (desculpa) ressaltou-se ainda que todo saldo da fonte 56 arrecadado este ano será gasto, não se sabe se o governo federal vai repassar tudo que o estado tem direito, ação 4320 manutenção do Conselho Estadual e da gestão compartilhada e participativa do suas no planejamento a Sedese colocou os recursos da fonte 56 para ações de apoio ao controle social e vai pleitear o valor de dois milhões e trezentos mil para realização da Conferência Estadual, ação 4313 oferta de serviço socio assistenciais Casa Lar a Sedese informou que está previsto o aumento do repasse para manutenção da Casa Lar conforme a lei de parcerias implantando a 13ª parcela e cumprindo compromissos com as entidades de criar um parâmetro de custo levando em conta que assumem todas as questões relativas ao usuário, será necessário um pleito de quinhentos e vinte e cinco mil setecentos e setenta e oito e dois para atender a implantação da 13ª parcela considerando que foi aprovado o mesmo limite de 2018, ação 4447 implantação e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade, está previsto no pleito a implantação de mais 6 Creas Regionais serviço de família acolhedora e serviço regional de acolhimento institucional para adultos e famílias visando manter o compromisso com o Ceas e manter a rede instalada, ação 4312 piso mineiro de assistência social variável, nesta ação os conselheiros ressaltaram que foram 8 compromissos realizados na Conferência Estadual de Assistência Social sendo necessário discutir as metas sugeriram a inclusão no pleito de ampliação do piso mineiro de assistência social variável incluindo na fonte 60 da loteria mineira sem comprometer a Rede Cuidar, a Sedese esclarece que em relação ao pleito não há condições de fazer planejamento de aumento do piso mineiro neste momento segundo Claudia Falabella a fonte 60 não passa pelo PPAG, seriam uma negociação com a loteria mineira suplementando em 2019 mediante arrecadação, no entanto definiu-se pela inserção dessa questão na resolução de aprovação da proposta orçamentária o Ceas resolveu encaminhar

ao Secretário de Estado da Fazenda a resolução desse conselho estadual 618/2018 que publica as deliberações da 12ª Conferência Estadual de Minas Gerais para conhecimento e solicitar que a proposta orçamentária do fundo estadual de assistência social possa ser recomposta com o objetivo de atender as metas da Conferência Estadual de Assistência Social ação 4172 Rede Cuidar aprimoramento da rede socio assistencial do Suas, a Sedese informou sobre a declaração do presidente da loteria se comprometendo com a **disformilação** (???) do recurso para essa ação declaração já entregue ao Ceas, ação 4596 estruturação da política de atendimento das política em meio aberto o limite disponibilizado é insuficiente para repasse das 12 parcelas, a Sedese vai pleitear mais recursos junto a Seplag para complementação, a deliberação da plenária, a comissão resolveu pela aprovação ad referendum da proposta orçamentária do fundo estadual de assistência social FEAS referente ao exercício 2019, recomenda que a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese negocie aporte maior do recurso da fonte 60 recurso da loteria mineira para o programa 114 ação 4112 piso mineiro de assistência social variável para o cumprimento de deliberações da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social então a proposta deste ponto é trazer a resolução para que este conselho ratifique essa decisão da comissão até o momento de hoje, então nós vamos ler a resolução e por em aprovação deste conselho. Resolução nº 635/Ceas/2018 MG dispõe sobre aprovação ad referendum da proposta orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social Feas referente ao exercício de 2019. A mesa Diretoria do conselho estadual de assistência social de MG Ceas no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual nº 12.262 de 23 de julho de 1996 pelos incisos 3 e 5 do artigo 20 do regimento interno deste e considerando a sua reunião extraordinária em conjunto com a comissão de orçamento e financeiro do conselho ocorrida em dia 13 agosto de 2018 resolve: art. 1º- Aprovar ad referendum a proposta orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS referente ao exercício 2019, anexa. Art. 2º Recomenda-se que a secretaria de estado de trabalho e desenvolvimento social de assistência social – Sedese, negocie aporte maior dos recursos da fonte 60 recursos da loteria mineira para o programa 114 ação 4112 piso mineiro de assistência social variável para o cumprimento de deliberações da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 13 de Agosto de 2018. Rodrigo Silveira e Souza- Presidente Conselho Estadual de Assistência Social. Então agora a resolução para apreciação deste conselho, d resolução nº 636/2018 Ceas MG, dispõe sobre a ratificação da resolução nº 635/2018 que trata sua aprovação ad referendum da proposta orçamentária do Fundo estadual de assistência social Feas, referente ao exercício 2019, o conselho estadual de assistência social de MG no uso de

suas atribuições conferidas pela lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996 pelo regimento interno deste e considerando a 236ª plenária ordinária ocorrida em 17 de agosto de 2018 resolve: art. 1º ratificar a aprovação ad referendum da resolução nº635/2018 que dispõe sobre a proposta orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social FEAS referente ao exercício 2019, art. 2º esta publicação entre em vigor na data da sua publicação. Belo Horizonte, 17 de Agosto de 2018. Rodrigo Silveira e Souza- Presidente Conselho Estadual de Assistência Social. Então aí é para aprovação depois na segunda nós tivemos mais 2 pontos de discussão, então vamos aprovar a resolução e depois continua. **Rodrigo:** A Claudinha vai apresentar o quadro para mostrar como ficou a proposta orçamentária, aí a gente vai para aprovação. **Claudia Falabella:** Boa tarde a todos conforme a Ivone colocou a proposta orçamentária deste ano tratada por 2019 a gente teve os mesmos limites da 2018 desta forma a gente priorizou a manutenção do serviço de ação continuada mesmo porque grande parte das nossas ações de gestão, de capacitação foram todas executadas com recurso da fonte 56 que é do governo federal, então esses pleitos que a gente está fazendo é porque o limite que nos foi dado não atende o que a gente necessita para Casa Lar, dos pleitos de deliberações que já foram aprovados, os termos de aceite então a gente faz esse trabalho de solicitar pleitos face que o recurso que o limite que foi disponibilizado pra gente é insuficiente pra atender tudo aquilo que a gente pretende, o recurso da fonte 56 ele é distribuído no orçamento conforme estimativa de arrecadação de transferência do governo federal pra gente, então as vezes tem determinadas ações que eu vou apresentar pra vocês que ela foi a ação está com recurso da fonte de recurso 56 e logo na frente o pleito que a gente precisa da fonte 71 pra atender tudo aquilo que a gente precisa e teve a junção das ações também conforme elas foram no princípio porque quanto mais ações a gente tem mais frequentado o recurso fica então foi decisão da equipe da Sedese junto com a Asplan que a gente fizesse a junção de algumas ações e programas que é a gente tinha 4 programas e ações e que a gente ficou com 2 ações só, o primeiro programa nosso é o 115 que é o apoio de controle social e gestão compartilhada e participativa do Suas essa tinha 2 ações e virou 1 a gente colocou recurso da fonte 56 lá, 1 milhão e quinhentos porque é aqui todas as ações destinada a proteção de conselho e a gestão compartilhada tudo vai ser executado através dessa ação, a gente tem um limite da fonte 29 que é desses plano de assistência de barragem mas isso só acontece quando tem plano novo, o estado recebe uma taxa em função disso que é uma de expediente se não tiver plano não tem arrecadação, anualmente a Seplag vem aprovando um limite pra gente disso então a meta física é 110 e o pleito que está aí a gente já apresentou é 2 milhões e 300, o qualifica Suas que também tinha 2 ações que juntaram que era a qualificação e apoio técnico que era separado, a gente identificou que as

vezes até mesmo as apresentações do conselho mais ou menos o mesmo tipo de informação e 2 ações diferentes uma era município e o outro era pessoas a gente fez de forma que atendesse sem prejudicar o objetivo da ação a gente só juntou e a gente acrescentou uma a outra e ficou bom assim, nessa ação também a gente está só com o recurso de fonte 56 que é o que a gente tem de previsão da arrecadação de receita como não vai ser suficiente pra tudo que a gente pretende a gente está fazendo um pleito de dois milhões e setecentos e quarenta e dois nessa ação, aí o programa 114 onde que juntou o programa da Rede Cuidar que é o programa 114 a gente tem a arrecadação do piso que foi mantido o mesmo recurso para 2019 o piso fixo variável também no caso dos recursos de fonte 71 como eu disse eles foram distribuídos exatamente do mesmo valor de que 2018 então o piso variável está igual a casa lar. Essa que faz a obrigatoriedade da liberação da 13ª parcela para casa lar a gente está fazendo o pleito, o pleito para as deliberações da conferência conforme a Ivone falou eles vão tentar uma negociação junto a loteria conforme a gente disse orçamento de loteria não vai para o PPAG ela é feita mediante arrecadação então a gente só tem condição fora os 10 milhões que a gente já tem aprovado a gente negociar mais recursos para atender as deliberações do conselho conforme foi apresentado aqui, o serviço regionalizado também a gente está como a gente mostrou no pleito com implantação de mais Creas família acolhedora e acolhimento institucional para família e indivíduo, fora isso a gente está pedindo recurso da fonte 71 porque o que a gente tem não é suficiente para atender tudo que a gente já tem de termo de aceite e deliberações, a ação da Rede Cuidar como a gente disse ela é recurso da loteria ela tem uma previsão de 10 milhões de suplementação em 2019 então aqui a gente colocou recurso da fonte 56 porque a gente não pode criar fonte sem recurso então a gente colocou 10 milhões pra criação da ação, por medidas a gente veio no orçamento também dentro do mesmo limite desse ano só que é insuficiente porque o desse ano a gente atendeu só 08 parcelas dos 176 municípios e a gente precisa das 12 então foi feito um pleito também da diferença então isso aí foi o que ficou da nossa proposta isso aí é que a gente está torcendo para aprovar os pleitos a gente vai andar bem com que a gente planejou então esse é o orçamento que a gente planejou para 2019 lembrando que revisão de PPAG é feita anualmente ano que vem já vai ser o novo PPAG porque o nosso termina agora em 2019 a execução dele é 2019 então no ano que vem já é o PPAG novo, não é revisão mais é PPAG novo, é só mesmo para dar uma demonstração de como está o nosso orçamento para 2019 que foi aprovado ad referendum e está aqui para aprovação de vocês. **Bruno** – CMAS Juiz de Fora: Pode abrir a resolução por favor, a segunda, eu fiquei em dúvida só na escolha da palavra ratificar porque é só uma dúvida mesmo eu não estou sugerindo correção porque eu faço homologação no sindicato e quando tem um dado errado eu ratifico esse dado.

É retifico. **Marta:** Gente é chatice de redação, me desculpe mas é detalhe novo, não muda em nada a resolução, mais o conselho estadual ele está se referindo no uso de suas atribuições conferidas pela lei (tal) e por seu regimento interno e não pelo regimento interno deste conselho senão vocês falam no feminino ao conselho em segunda pessoa e é o conselho em primeira pessoa, tem outra? Que resolve aprovar? Ele resolve ratificar a aprovação. **Rodrigo:** Bom você tem que estudar para concurso viu Marta. Mais alguém? Todo mundo entendeu a questão do ad referendum. Já é um questão usual mas se quiser a gente explica. **Juanita** – Federação das Apae's: Só uma dúvida o pleito não vai ser feito as diretrizes do pleito não vai ser feito por meio de resolução aí é somente a proposta Loas 2019 nós discutimos na comissão que está vindo pra cá com relação do pleito, porque o pleito da Sedese foi realizado o nosso pleito com relação a discussão do PPAG, vai ser esclarecido então. **Simone:** Só para esclarecer na verdade nós estamos votando as diretrizes do PPAG e Loa a outra discussão nossa é a Emenda de Constituição, porque nós temos o pleito também ainda pra emenda. **Claudinha:** Juanita na verdade a nossa proposta de Loa é limite mais pleito, a gente só consegue fazer a distribuição dentro do limite porque a outra é pleito sendo aprovada o pleito. **Márcio:** A minha questão está mais voltada para o PPAG que é o segundo ponto. **Marta:** Se a resolução ratifica a aprovação ad referendum ou se ela ratifica a resolução porque o ato é que foi ad referendum mais está ratificando a resolução da proposta orçamentária. Eu estou ratificando a resolução porque o ato é que foi ad referendum mais está ratificando a aprovação da proposta orçamentária, não é? Estou ratificando a resolução. A forma da resolução que foi ad referendum sem a plenária agora que eu estou ratificando a resolução. **Rodrigo:** Em vez de aprovação ad referendum, Marta vê se fica bom assim. Ratifica a resolução (tal) ad referendum que dispõe...**Marta:** Assim pode. **Rodrigo:** Ok, podemos votar conselheiros. Os conselheiros que aprovam a resolução nº 636 que aprova a lei orçamentária anual, contrários, abstenções? Cris, abstenção. Segundo ponto, Dona Ivone, **Ivone:** Então como a Juanita colocou na verdade nós fizemos esse primeiro momento que é o da Loa, então agora a gente passou também na proposta de ações para o PPAG foram definidas na última reunião dia 13, 2 prioridades para as quais se apresentariam os argumentos para defesa na revisão do PPAG na assembleia legislativa de Minas Gerais na comissão de participação popular, então na segunda feira nós chegamos a uma conclusão e aí nós vamos trazer a súmula porque na quinta nós tivemos uma outra discussão, na segunda nós fizemos uma eleição de 2 propostas, mas na reunião da comissão da quinta feira nós voltamos nas 2 propostas e definimos as que nós vamos apresentar pra vocês hoje, que foram manter a primeira que nós já tínhamos discutidos que era a proposta de apoio ao controle, no dia 16 nós tivemos também a reunião da comissão todos presentes, todos da comissão

e a proposta foi a discussão das ações para o PPAG foram definidas na reunião a proposta para as Urcmas e o Fórum, o pleito de 400 mil, apoiar técnica e financeiramente as instâncias de participação social como fórum de usuário, fórum de trabalhadores, fórum de entidade e Uniões regionais de conselho municipais de assistência social Urcmas, isso em cumprimento das deliberações das conferências regionais e da estadual em relação a constituição de fórum de trabalhadores e usuários, bem como das Urcmas e o apoio do Ceas para fortalecimento destes da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996 que dispõe sobre a política estadual de assistência social cria o conselho estadual de assistência social, Ceas, e dá outras providências e afirmar como uma de suas competências sugerir e aprovar mecanismos de participação do indivíduo e de segmentos da comunidade na fiscalização da aplicação dos recursos de assistência social e na avaliação dos resultado da resolução do Ceas nº 580 de 27 de outubro de 2016 que dispõe sobre a instituição de uniões regionais de conselhos municipais de assistência social Urcmas como fóruns regionais consultivos de controle social da política estadual de assistência social e dá outras providência onde foi estabelecido como competência do Ceas prestar apoio de forma continuada as Urcmas realizar reuniões ampliadas com as Urcmas para discussão da política de assistência social, realizar reuniões com as coordenações colegiadas das Urcmas, promover articulação entre as Urcmas e o Fóruns Estaduais de trabalhadores usuários e entidades de assistência social, analisar e dar encaminhamento as manifestações das Urcmas e divulgar para as Urcmas as suas deliberações, a segunda a outra prioridade apresentada foi acordada que foi a proposta da proteção social especial, foi a oferta de proteção social especial, então apoio aos fóruns e outros, ação 114 oferta de proteção socio territorial e aprimoramento da rede socio assistência, proteção social especial, não foi detalhada porque na verdade a Sedese não trouxe os detalhes de valores da família acolhedora mas aí na reunião a comissão optou pela proteção social especial e não foi apresentada aqui os valores orçamentários, falou mas não foi posto aqui, qual o valor que seria da meta, então agora nós trouxemos essas duas apreciações, não que a gente já bateria o martelo, mas assim para que o conselho ter um norte pra quando acontecer a reunião da comissão de participação popular da Assembleia Legislativa a gente já tenha alguma discussão acumulada para essas reuniões, para esse debate.

Rodrigo: Em discussão conselheiros, Simone e Márcio. **Simone:** Eu só vou colocar aqui ontem a gente falou sim que fica em média 170 mil reais a implantação dos Creas então a gente sugeriu que vai colocar 500 mil reais nessa ação aí depois a vai mandar a memória de cálculo tudo direitinho para o conselho, uma questão que eu só queria lembrar aqui depois que a gente votar prioridade nós também temos que tirar aqui viu presidente quem são as pessoas que vão acompanhar esse processo, acompanhar significa ir na Assembleia

Legislativa né Márcio, ficar lá o dia inteiro, nós sabemos disso que tem que ficar lá o dia inteiro acompanhar todos os trabalhos, defender a proposta, articular e o César o Márcio a gente temos experiência nisso e ver qual que o conselho vai articular para estar junto e defender as nossas proposta. **Rodrigo:** Ótimo, Márcio. **Márcio** Assprom: Acho que nessa linha que a nossa secretária Simone coloca a incidência que a gente precisa fazer quanto sociedade civil e quanto gestão para que as propostas apresentadas aqui passam pela comissão de popular na revisão do PPAG, eu acho que a experiência que o Ceas realizou na última revisão ela foi muito frutífera porque a gente teve estratégia para que a nossa proposição fosse aprovada porque existe um rito nesse processo aí, então a gente tem que ficar muito atento e fazer essa articulação a nossa incidência ela tem que ser real porque é o caminho que a gente tem neste momento para fazer a composição do nosso orçamento, não existe outro e se a gente não se articular a gente não consegue essa aprovação eu acho que nesse sentido aí eu convido sim a todos conselheiros que tiverem essa disponibilidade para a gente desenvolver essa ações estratégicas para fazer essa incidência porque é disputa na comissão pelo recurso, então a gente tem que ter número para fazer essa disputa, esse é o processo que está na comissão de participação popular então a gente tem que ter estratégia e desenvolver essa ação, 1 ou 2 conselheiros talvez se torna inviável porque a gente precisa de número dentro da comissão, número para fazer inscrição, número para fazer as incidências e além disso as articulações também com o legislativo para que a proposta seja encaminhada e chancelada na revisão do PPAG, acho que é esse o compromisso enquanto conselheiro que a gente precisa assumir, então é papel que tem que ser feito é nossa proposta está ali ela só vai se tornar realidade e abrir uma dotação orçamentária para ela se a gente conseguir fazer essa ação articulada na revisão do PPAG então acho que a gente tem que ter um ritual pra isso um fluxo acho que o Ceas tem essa espertice já conseguiu achar o caminho a gente tem que revitá-lo e envolver mais conselheiros nessa discussão, é extremamente importante isso. **Rodrigo:** Só lembrando conselheiros que nós vamos para essa disputa caso a Sedese não consiga o pleito dela lá porque a gente esclareceu na quinta feira com a Simone que todas essas propostas foram colocadas no sistema, então quando a gente for para Assembleia no PPAG a gente já vai saber o que a gente conseguiu o que a gente não conseguiu então essa proposta que a gente está trazendo de pleito aqui já é uma estratégia para gente já ir buscando os argumentos já ir focado no que a gente quer porque a gente sabe lá vai ser todas as políticas, todos os segmentos buscando a sua fatia do bolo, então a gente tem que estar muito articulado como o Márcio falou e quando ele trás também nós fomos vitoriosos no PPAG passado e conseguimos recursos pra custear os fóruns nesse encontro que a gente fez em meio aberto né, então a gente conseguiu um

recurso bacana, por favor João. **João-CMAS** Pirapora: Eu queria aqui até o Márcio já disse parte do que eu queria falar que é a questão do envolvimento de todos os conselheiros porque eu tenho uma experiência que nós fizemos no Conselho da Criança, 2016 / 2015 eu lembro que a gente teve que convocar uma plenária do Cedca para que todos os conselheiros tivessem em BH pra que nós pudéssemos discutir na comissão de participação popular porque nós não tínhamos o dinheiro para fazer a Conferência Estadual e foi através de uma emenda que a gente conseguiu recurso, então Márcio é verdade não adiantou ir lá o presidente mais 2 pessoas que não conseguia nem negociar aí a gente acabou tendo que convocar uma plenária do Cedca quem pode vir veio e aí foi um grupo para Assembleia discutir isso, então eu acho que é complicado está até perguntando aqui para os companheiros, tanto Rodrigo quanto pra Simone quando o Ceas já tem uma data definida porque quando a gente fez a gente já tinha uma data definitiva para discutir o orçamento dentro das comissões eu proponho que a gente se puder fazer dessa forma ou fazer como a gente discutiu aqui na segunda feira trás um número grande de conselheiros eu sei que é difícil mas a gente quando vai lá 2, 3, 4 não faz nem cócegas gente, tem que ser o conselho e não 1, 2 conselheiros. **Cristiane-** IM Sacramentino: Olha a experiência que nós já temos aí na disputa eu acho que nós fomos muito sucetíveis na última vez que nós chegamos lá assim articulado parecia uma sinfonia estava todo mundo articulado o discurso era único até quem estava lá na discussão ficou tentando entender aonde a gente se encontrou estava tudo muito casadinho mas estávamos lá enquanto Ceas mas nós estávamos muito representado porque foi Cogemas com Congemas não foi com conselheiro entendeu, eu acho que a gente precisa garantir, fórum de usuários, conselheiros também mas com suas representações, agora a gente tem o fórum de entidades estadual acho que nós temos que ir dessa forma porque não é uma política do Ceas e aí o que eu percebi lá é que a assistência social embora nós estamos lá enquanto oficina e a gente espera que esse ano a metodologia esse ano esteja melhor, enquanto oficina nós somos o estranho ninho na discussão, entendeu assim, eu penso que nós temos que ir com um sistema mesmo quanto mais representação tiver e forem possíveis melhor, agora o que o conselheiro João trás como experiência é muito riquíssima eu acho que cabe sim se for inclusive a gente convocar uma plenária para esse dia e nós conseguimos articular para que todos os conselheiros estejam lá porque gente faz muita diferença, o ano passado nós fizemos incidência até da segurança pública não é simples não das medidas, foi no passado, não é fácil não, porque vão muitos articulados vão muito certo do que querem e é uma política que lá no âmbito do legislativo para isso ainda vai ainda pra plenária no curso orçamentário tem muito mais questão de acesso mesmo e de política, então eu acho que a gente tem que fazer e aí uma estratégia que nós fizemos no ano passado que eu acho que é importante

a gente vê esse ano é conversar com as bases com quem a gente tem lá que pode no ano passado foi o André mesmo que recebeu a gente e já tirou a gente e colocou a gente numa realidade porque eu acho que a realidade do ano passado era uma e desse ano é pior, então eu acho que a gente precisa ir pra lá já sim com uma coisa muito estruturadinha dentro do que é real e factível entendeu, porque é importante nós tentarmos mais, mas também eu acho importante pensar dentro do que é possível para quem está lá defender, porque senão fica uma coisa muito fora da realidade, e chegarmos lá de bonde gente tem outra saída. **Rodrigo:** Agora é o César, eu achei ótimo Cris na hora que você começou falar e o João também, eu já vim pensando assim poxa, os conselhos tinha que nos apoiar, eu falei com dona Ivone aqui a Urcmas da região metropolitana, então a gente começar já mobilizar parceira que nós vamos precisar deles pra estarem lá porque a gente está defendendo a política de estado. **César – Sedese:** Eu queria só fazer um comentário também, que pelas participações que já teve da assembleia pela comissão a metodologia que é coordenada pela assembleia ela está em desenvolvimento ainda então tem ano que é mais participativo tem ano que se restringe mais e dentro dessa discussão a gente pode propor também um papel de negócio da atuação dos conselhos, o conselho é deliberativo que a gente como conselheiros lá tem que ter um espaço bem definido então fica uma discussão que é coordenada pelo poder público com intenção de participação da sociedade civil mas que não é pra ativa então não tem participação da sociedade civil da forma como se pretende então fica uma sugestão para discutir na assembleia com agir que a gente tem um papel mais relevante como conselheiros e acaba em grande parte acaba atuando com a sociedade civil. **Rodrigo:** Ok conselheiros ninguém mais pediu, a gente pode votar então, vamos olhar a questão do orçamento, a gente já votou, tem a proposta do PPAG, e na sequência, o orçamento a gente já aprovou e vamos votar sobre prioridades da emenda popular e aí depois a gente já tira os conselheiros que vão participar, já deixa a nome e a gente pode pensar João nessa proposta mas vai depender de data vai depender de um monte de coisa, a gente discute isso a gente vai ter um tempinho e se preciso for não vejo problema. Os conselheiros que aprovam as proposta para a emenda de participação popular, contrários, abstenções, ok, então aprovado por unanimidade. Vamos para comissão de orçamento? Obrigado dona Ivone, a próxima comissão, jogo rápido, bate bola, rapidamente, normas não tem então é política e apoio, política e apoio já pode se posicionar aqui na mesa já que aí já ganha tempo, enquanto isso conselheiros nós temos que ver, conselheiros eu estou esquecendo, quais os conselheiros que já pré dispõem ir para o PPAG, você vai anotando Consolação os nomes que vão você vai anotando ou eu anoto, Isac, Rodrigo, Marta, César. **Marta:** Eu estou dando uma sugestão seria o presidente do conselho lógico a Simone vai como subsecretária mas eu

sugeria que fosse os coordenadores das comissões e seus coordenadores adjuntos eu acho que aí já dá um número significativo e aí depois quando tiver mais próximo a gente pode avaliar e somar mais um número de pessoas para ir.

Rodrigo: Mas para além disso tem alguém que não é coordenador adjunto e nem coordenador da comissão que já se predispõe, César, Luanda, Arlete, a gente predispõe a Cris, obrigado Cris por ter levantado a mão, Sandra perdão Sandra, Sandra, Dona Arlete, Ariadna, Marleide, ok? Então tá, isso são pessoas que já predispõe para ir além desse grupo, isso João partindo do pressuposto também que a gente não vamos conseguir, o plano A, eu acho que eu vou discutir com a Consolação a viabilidade de chamar essa extraordinária para esse dia, mas vai depender de vários fatores mas não vejo nenhum problema a princípio, então comissão de política. Cris bom ver como você é prestativa na hora que eu falei você foi a primeira a levantar a mão.

Cristiane: Eu tenho mantido minha mão mais baixa possível porque eu tenho tanta agenda agora eu sou conselheira municipal de BH também, então tudo depende de muita coisa então deixa eu dizer uma coisa eu só queria ver nessa discussão com a secretaria executiva se tivesse a possibilidade por exemplo de ter percebido que a discussão mais importante fosse a tarde a gente pudesse afinar de manhã entendeu, que eu acho que a gente chega lá assim que foi tão sincronizado lá porque o Cogemas já foi com uma fala, nós já fomos com outra, o Ceas foi com outra a gente finaliza isso e articular com o nosso PAS se a gente pudesse fazer uma reunião ou plenária mesmo pra gente chegar lá muito articulado.

Rodrigo: Eu já estou partindo do pressuposto que é o dia inteiro, Consolação tomou nota.

Simone: No ano passado Cris, isso que você falou aqui foi muito importante o conselho foi, teve uma reunião com o André antes ele deu um censo de realidade na gente nós voltamos fizemos reunião a partir da reunião que nós fizemos com ele aí nós discutimos as prioridades, ele avaliou que a gente estava levando emendas muito além da possibilidade lá do momento e também a gente já ficou sabendo como que seria o método, foi muito importante saber o método senão você custa é o que o César falou aqui, não é porque a gente deliberou em conferência que vai chegar lá, começa no mesmo nível de todos que estavam lá então acho que a gente devia mesmo assim que souber a data fazer um planejamento disso tem que ter um planejamento nós vamos reunir nós vamos no André mas ter um planejamento para a gente articular no dia lá.

Bruno: Boa , então na comissão de política nós tivemos muitas denúncias a gente tinha até conversado na mesa diretora e dessas denúncias uma a gente trouxe pra cá porque a gente está tentando mesmo finalizar as coisas lá na comissão e trazer pra cá o mínimo possível como foi proposto na mesa diretora e a gente trouxe pra cá foi o seguinte ela já até passou na reunião passada é o caso de uma mulher que ela é dependente químico e ela teve uma filha e ela estava em tratamento pelo Sus, mas ela também estava sendo acolhida pela

uma casa de acolhimento do Suas e ela teve essa filha e a filha dela foi retirada compulsoriamente e de acordo com os relatos que a gente recebeu não teve nenhum motivo aparente pra não tomar as outras medidas primeiramente, então o encaminhamento que a gente teve é de fazer uma nota de repúdio, essa nota está aqui eu vou pedir pra colocar ali porque teve algumas alterações eu não tenho ela impressa aí eu vou ler e vocês me falem por favor o que vocês acham.

Moção de Repúdio – Moção de repúdio do Conselho estadual de assistência social - Ceas a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de substâncias psicoativas considerando o fato ocorrido no dia 11 de julho de 2018 com a participação do Pop, com a Monique e sua filha menor que foi retirada do convívio familiar em razão da decisão da vara da infância e juventude considerando que os direitos do recém nascidos devem ser conciliados com o direito das mães é fundamental atender o preceito constitucional e estatutário ECA que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes da pessoa humana sem prejuízo da proteção integral assegurando-lhes por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade considerando a nota técnica nº 141 de 2016 da Sedese que reafirma os princípios da política de assistência social com ênfase ao respeito e a dignidade do cidadão tem como a convivência familiar e comunitária considerando o artigo 100 do estatuto da criança e adolescente que determina na aplicação das medidas, deva ser levadas em contas as necessidades pedagógicas preferindo-se aquelas que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a prevalência da família considerando a política de assistência social que reconhece o princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar familiar que reconhece a prevalência da família somente no caso de abuso de maus tratos e abandono podem afastá-los mesmo assim toda família extensa da criança, avós e tios devem ser escutadas e consideradas como o potencial responsável entendendo que na promoção de direitos e na proteção da criança e adolescente deve ser dada toda prevalência às medidas que os mantenham ou reintegram na sua família natural ou extensa ou se isso não for possível que promovam a sua integração em família substituta considerando a previsão legal quanto o direito a convivência familiar ou comunitária que prioriza a criança e o adolescente ser criado e educado no seio de sua família conforme as normas atuais a integração da criança ou adolescente em família substituída é recurso último após esgotar todas as possibilidades de atendimento a família pelas políticas públicas primando pela qualidade e intersetorialidade na oferta de serviços públicos que promovam a efetivação do serviço de assistência social que proporcione condição das mães cuidarem de seus filhos e a preservação e fortalecimentos dos vínculos familiares, em municípios que possuem política de assistência social como Belo

Horizonte com oferta de serviços que objetivam fortalecer vínculos e construir processos para superação do álcool e outras drogas e da vida em situação de rua com equipes técnicas formadas por profissionais capacitados para assegurar a proteção para as crianças e as mães não se justificam medidas que tem como a primeira alternativa a retirada de criança de suas mães como vem ocorrendo nos municípios o ECA estabelece que o acolhimento institucional seja a última medida de proteção a ser aplicada mas em decorrência das recomendações citadas em Belo Horizonte é usada como a primeira medida. Frente ao exposto o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS vem a público repudiar a ação resultante da decisão do poder judiciário da vara da infância e da juventude de BH que determina a retirada compulsória do bebê da mãe em condição de abuso de álcool e outras drogas e que se encontrava em processo de atendimento dos equipamentos de rede socio assistencial e outras políticas no município de Belo Horizonte o Ceas considera que trata de grave violação de direitos humanos fundamentais adotada como primeira medida o afastamento dos filhos de mães que vivenciam situações de risco expondo essas mulheres e crianças a situações discriminatórias e vexatórias que contrariam os direitos humanos e também a política de assistência social o conselho entende que a violação de direitos humanos atinge prioritariamente as mulheres pobres, pretas e vulneráveis e que o estado deve garantir o direito constitucional conforme prevê o artigo VI como direito social a proteção a maternidade e a infância, o estado deve possibilitar o acesso as políticas públicas que promovam a convivência familiar em situação de mulheres com dependência química além do serviço sócio assistencial deve incluir esse público em serviço de saúde que garantam o direito a maternidade, o Ceas repudia veemente essa ação que se caracteriza como discriminatória já que atinge especificamente mulheres pobres que buscam os serviços públicos de saúde e assistência social dessa forma considerando os princípios da política nacional de assistência social 2014 a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica, universalização dos direitos sociais, o respeito e a dignidade do cidadão a sua autonomia e aos seus direitos a benefícios e serviços de qualidade bem como a convivência familiar e comunitária negando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade sem discriminação de qualquer natureza, diante de todo exposto o Ceas repudia a situação da usuária das políticas públicas e equipamentos públicos, Monique seja revertida pelos poderes competentes sobretudo no poder judiciário na pessoa do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para que as medidas tomadas sejam revistas de modo a proporcionar um diálogo com diversos segmentos da sociedade, com os conselhos e com as políticas públicas municipais de assistência social, construir medidas que possam reparar os casos já ocorridos para que o ECA seja

respeitado e os direitos humanos fundamentais dessas mães e crianças sejam efetivados, é porque foi um repúdio dividido em várias situações que aconteceu com a mesma pessoa, repudiou a situação de ter retirado ela da mãe, repúdio a situação de não ter colocado com ela, a situação que a usuária sofreu em relação as políticas públicas e equipamentos públicos. **Rodrigo:** Bruno eu acho que a gente pode aprovar, e aí a forma não, mas os repúdios a gente aprova todos não o usuário logico obviamente, tem lugar que está meio que índio faltando a letra S. **Bruno:** Mais aí então a gente vai votar agora e depois a gente faz as correções. **Rodrigo:** Eu concordo sim, há alguém contrário a essa proposta? Pois não **Márcio:** Eu queria mais era trazer dados para esse conselho eu sou totalmente favorável a esta construção, essas recomendações do Ministério Público ela são antigas se não me engano 2014 e foram temas de debates intensos entre Conselho de Direitos da Criança e Adolescentes de BH, conselho de assistência social de BH, conselho de saúde, já tem moção apresentada e aprovada em conferências municipais de BH contra essas recomendações então assim é um processo que a gente tem que encampar de uma forma mais efetivas porque eles estão completamente contramão da política de assistência social de um lado há um pensamento de proteção da criança entendendo que ela estará protegida retirando ela da mãe em função da usuária ter esse tipo de vivência a gente tem que preservar o vínculo familiar essa é a nossa diretriz da política de assistência social acho que a gente tem que realmente ir pra cima não só com a moção mas buscar outros caminhos pra enfrentamento do Ministério Público em relação a esses questionamentos dessas recomendações. **Rodrigo:** Qual a sugestão **Márcio:** seria? **Márcio:** Porque eu acho o que se coloca aqui é do Presidente do Tribunal de Justiça a recomendação ela é uma lei? Não. Pois é, então vocês estão passando por cima de uma lei, uma recomendação está sendo usada, eu não tenho clareza em relação questão jurídica desses processos mas se há uma recomendação baseada numa recomendação, está sendo violada o direito de uma família tem algo muito errado neste processo eu acho que esse que a gente tem que buscar mais elementos, qual o caminho que a gente tem que ir para contestar de uma forma mais efetiva essa recomendação que está sendo colocada. **Rodrigo:** Entendi, porque igual você disse eu já ouvi isso lá no Cress um punhado de vez também questões dessa ordem, denúncias e etc, então talvez a gente pensar em chamar Direitos Humanos que com certeza já está envolvidos na situação esses conselhos de profissionais certamente já manifestação a respeito dessa situação e a gente tentar então avançar, pensar em outras estratégias com certeza já pressionaram já foram ao encontro de instâncias recursais maiores, então tem que pensar mesmo, é juntar forças. **Cristiane:** Eu só queria tentar lembrar qual foi o documento que nós assinamos na abertura da conferência do ano passado, foi um procurador? Protocolo, qual que era o número? Você tem

ele aí, ótimo. Eu queria saber qual a interlocução que existe nisso e uma recomendação do Ceas com esse protocolo, que eu fico pensando a gente tem que amarrar esse documento as coisas que nós já temos entendido, acho que era importante a gente qual que era o nome dele inclusive que eu queria usar ele, aproveitar e já vou amarrar porque é um termo de cooperação técnica entre o Estado e o Ministério Público na proporção da defesa do Direitos Criança e Adolescente como é que a gente amarra e como é que a gente não cita eu acho que a gente precisa amarrar um pouco as coisas porque senão fica parecendo que a gente está começando sempre de novo e na verdade já está em processo. **Rodrigo:** O negócio já perdeu. **Marta:** O César falou aqui ele tem toda razão, porque a gente tem que preservar a identidade da usuária porque a gente cita o nome da usuária em várias partes da moção e eu acho que pra gente fazer isso tinha que ter relevando o sigilo da denunciada então acho o que a gente teve com a comissão de normas teve com a ouvidoria membros da ouvidoria e tem legislação sobre a isso que a gente precisa ter que ver com cuidado em relação a este documento no conselho. **Bruno:** Então eu penso assim, a gente preserva a identidade da pessoa no caso da pessoa fizer uma denúncia pra gente, não é o caso, eu acho assim tudo que puder preservar a integridade física dela vai ser melhor só que é uma coisa a se discutir se o pleno achar que melhor então a gente pode preservar só que eu penso que é uma decisão que já foi publicizada de alguma forma já chegou no censo comum de alguma forma então o fato de aparecer o nome dela ali não traria prejuízo pra usuári do Suas é uma coisa pra gente discutir agora. **Simone:** Não coordenador não é assim as pessoas tem direito tem que ver se a gente pode fazer isso ai o pleno, a deliberação do conselho não pode ultrapassar a lei não nós temos que ter clareza, é criança, é adolescente, nome da mãe, ele pode aparecer o nome da mãe, essas perguntas tem que fazer dentro da legalidade, não que o pleno tem que achar ou não achar, eu vou insistir de novo presidente eu acho que pra trazer essas coisas pra cá essas dúvidas tem que tirar lá na comissão senão vai chegar aqui de novo e vai ser a mesma coisa, então eu acho que a sua sugestão é a melhor sugestão, todo mundo concorda com o conteúdo da norma, concorda, agora nós vamos ter que olhar essas coisas pra publicar, agora nós vamos ter que fazer consulta se pode aparecer nome ou não pode aparecer nome, tem legalidade isso não tem legalidade, essas dúvida que cabe a nós anotar e não é uma coisa de deliberar é uma questão de cuidar do nosso, inclusive gente isso é para o Diário Oficial, eu não posso assinar um negócio, nem eu nem o presidente. **Sandra-CMAS Montes Claros:** Eu me senti contemplada com a fala da Simone porque deste quando começou a ler eu comecei a ficar incomodada ao citar o nome da usuária e citou só o primeiro nome eu acho que a gente tem que ter um certo respeito com a usuária não é questão de respeito ou não mas quando nós vamos fazer um documento e que

pode citar o nome tem que citar completo e nesse caso eu sinceramente acho a gente tem que tomar muito cuidado. **Luana-Fetsuas:** Eu só queria fazer algumas ponderações que está a par dessa denúncia é o Elerson ele está no serviço de acolhimento aqui em BH e quando ele sugeriu, parece uma nota de repúdio ele sugeriu uma nota de repúdio pra denunciar a situação enfrentada pela usuária, então realmente fez sentido no momento que a gente pensou a nota colocar o nome porque é um nota repudiando a situação que a usuária passou inclusive foi reportada publicamente foi o ibope que entrou que pegou dentro de uma unidade acolhimento em Belo Horizonte então assim a nota é muito voltada pra ela tanto que na comissão a nossa nota foi, então assim existe muitas notas de repúdio já existe inúmeros movimentos, quando do sequestro de bebês em Belo Horizonte mas nós estamos falando de uma situação específica que uma usuária do Suas sofreu, então que a gente consiga preservar isso que é uma nota defendendo essa usuária, e como nessa situação ela teve publicidade e foi pedido ao Ceas esse apoio foi nesse sentido então eu acho que a gente vai ter que permitir talvez até na presença do Elerson mesmo que acompanhou a usuária e ajudou a escrever a nota pra que ela consiga esclarecer iaao pra gente também. **Rodrigo:** Eu penso que é isso que a consulta tem que eu observar quando é um caso de notoriedade de repercussão onde o nome já está veiculado até onde vai realizar o sigilo, essa concepção de sigilo, quem vai poder nos dizer são os advogados, e os conselhos profissionais dentro das comissões de **capacitação** de ética. **Márcio-Assprom:** Acho que presidente ontem na comissão de normas nós tivemos a presença da ouvidora de saúde que nos deu assim uma aula sobre o processo de denúncia e o processo de denúncia do Ceas eles certamente vão ter que está sujeito a uma lei, existe uma legislação específica que regula como deve ser feito esse procedimento e a questão de sigilo está muito bem posto lá então ela nos colocou muito claramente esses processos a gente tem que se adequar ao caminho que a legislação está sendo revista, só para vocês terem uma noção nosso dispositivo está completamente em contrário a lei maior que regula o processo de denúncia então nós vamos ter que ajustar muita coisa, dentro desses princípios tem a questão do sigilo então assim a gente vai ter que debruçar presidente a ideia acho que a gente vai ter que ter uma plenária uma reunião específico para discutir esse tema, porque pra gente foi muito rico ontem na comissão de normas o tema denúncias, denúncias que pegam todas as comissões, nós vamos ter um rito específico pra denúncia dentro do conselho ou fora do conselho isso vai depender da elaboração a nossa proposta então assim eu acho importante a gente ter clareza acho que a gente é completamente favorável ao teor da moção acho que a forma desses caminhos a gente precisa essas consultas para reduzir os nossos problemas, as questões que a gente pode ter de questionamentos ao conselho. **Rodrigo:** Márcio eu achei ótima essa

fala sua, a gente está acostumado com movimento social e a gente como diz o sangue talha mesmo, faca na caveira a gente vai pra defender com unhas e dentes, defesa intransigente dos direitos humanos e dos nossos usuários e aí a gente agora esquece agora que a gente está fazendo políticas públicas de estado, soltamos uma nota que teoricamente 853 municípios assinam com a gente, 853 conselhos assinam com a gente então é importante mesmo a gente se adequar a legislação porque a gente fala institucionalmente. **Déborah:** Eu queria colocar um pouco assim dessa discussão, qual foi preocupação que a gente teve e acho como que a gente pode encaminhar isso aí, primeiro a gente não perdeu tempo porque essa foi uma situação concreta que aconteceu com um equipamento público em Belo Horizonte cuja gestão, cuja entidade nós temos um conselheiro dessa entidade aqui no Ceas e foi trazida para plenária essa discussão de um fato porque como o Márcio falou a gente que essa discussão é muito mais ampla desde 2014 eu inclusive eu estava lá no Conselho da Criança na época depois no Conselho de Assistência fizemos essa discussão inclusive tem uma nota técnica desse assunto é uma situação muito mais ampla que tem uma discussão muito maior, a nossa preocupação talvez a gente não tenha conseguido traduzir isso na comissão porque também assim eu acho que é uma discussão que a gente tem que fazer com tempo, muita nota e tal e a gente ficou com essa preocupação de não perder o time, porque a Monique aqui que a gente já falou o nome a Monique aconteceu isso com ela recentemente em junho e aí a nossa preocupação era de dar um apoio a essa situação para que fosse o mais rápido possível, essa situação fosse revertida e o filho dela fosse devolvido pra ela, então a gente teve essa preocupação dessa time porque assim não é aqui toda uma discussão a gente não está trazendo toda discussão de volta a de tentar reverter a recomendação da..... aquela horrorosa recomendação que trás e de certa cancela tudo isso que está acontecendo a gente veio pro pleno com uma questão muito específica aconteceu isso dentro do equipamento público do Suas e que a gente tem que se manifestar, então assim talvez é essa ideia mesmo eu proponho então que a gente aprove essa nossa diverte e que passa o mais rapidamente possível no sentido de apoiar essa usuária e apoiar e dizer para o Bope que estava lá para o próprio judiciário o Ceas está acompanhando está sabendo e não concorda acho que é um pouco esse o objetivo. **Rodrigo:** Eu acho que você falou tudo Déborah, o time ele é muito importante eu acho que a secretaria já tomou nota das reivindicações e eu acho que a gente pode, ninguém no meu ver aqui é contrário a nota, o conteúdo a gente está pensando na forma, então a gente aprova o conteúdo, os repúdios lógico e a secretaria executiva só vai mandar que eu assine e dê publicidade quando já tiver sanado todas essas dúvidas, o quanto antes melhor. **Bruno:** Só para poder esclarecer mesmo porque as dúvidas elas foram tiradas na comissão a gente não veio pra cá mais ou menos

não a gente veio pra cá a gente tirou as dúvidas que tinha que tirar lá, aqui surgiram outras aí não tem como a gente mesmo seguir, então só esse esclarecimento mesmo e também a nossa posição de colocar o nome, outra coisa que eu quis falar eu não quis ser contrário a legislação não é isso que eu falei não é pra decidi o pleno decide não, jamais isso é uma informação nova pra mim que existe uma legislação específica em relação a denúncia etc, e isso chegou pra gente de uma forma além da denúncia de outras formas também porque isso já está publicizado pelo o que eu entendi isso já foi publicizado esse nome dessa pessoa já está nas mídias então do mesmo jeito que teve o caso daquela mulher lá de São Pedro a gente falou especificamente dessa mulher em São Pedro e assim não foi nenhuma denúncia a gente recebeu essa informação, então por isso de forma alguma eu vou falar pra gente deliberar alguma coisa que vai contra a legislação a menos que eu esteja sendo enganado, mas era só esclarecimento mesmo então a gente coloca aqui para aprovação a ideia da nota e faz as alterações que forem necessárias. **Rodrigo:** Marta, depois da Marta a gente encerra, tá gente. **Marta:** É mais eu recomendaria como que a Sedese tem uma norma o conselho já falou já fez moção em outra época contra esse tipo de atitude agora faz um novo de um usuário mas é uma prática que a gente sabe que está acontecendo eu acho que o conselho também como agente eu proponho que a gente começa a tratar denúncia que a gente traga a ouvidoria aqui para além da comissão de normas porque nós vimos que não é só fazer a moção é fazer uma ampla discussão no conselho eu proponho que a ouvidoria seja convidada a fazer uma exposição mais que para toda plenária porque são muitas comissões tratando de denúncia, tomam grande tempo das comissões tentando apurar o método que a gente usa pelo o que eu vi não é o mais adequado, mas de uma forma prática eu acho que a gente deveria mandar a denúncia para ouvidoria geral do estado, nós temos que dar um encaminhamento de uma denúncia que chegou neste conselho, pode até fazer a moção mas mandar a denúncia para o ouvidora geral do estado. **Rodrigo:** Marta, eu já pedi na hora que você falou dessa questão o Márcio também falou sobre a ouvidoria eu já tinha pedido a Consolação pra tomar nota pra fazer assim como foi feito a questão da lei eleitoral fazer uma apresentação dos conselheiros dessa questão justamente pensando nisso então nós vamos abrir uma agenda para o pleno para essa temática que a gente tem que se popularizar mesmo nesse sentido. Então vamos colocar em votação o conteúdo depois a gente coloca em votação a proposta da Marta da gente mandar a denúncia para a ouvidoria do estado também, são 2 propostas, é uma complementação da proposta. Quem é a favor conselheiros do conteúdo da nota de repúdio, contrários, abstenções, unanime. Quem é a favor da gente mandar a denúncia para a ouvidoria do estado? Contrários, abstenções, também foi unanime. Ok, comissão de política acabou? Então apoio. **Isac** – Angolo: Boa

tarde meninas e meninos, Isac representante da Angola é um nome afro, a nossa comissão se reuniu ontem tinham várias disputas para discutir e resolvemos trazer os 2 pontos mais essenciais para deliberação da plenária, eu vou tentar ser bem breve mas para fiquem a vontade para esclarecer, o primeiro ponto foi análise do reflexo do decreto estadual nº 47.402 de 2018, 24 de abril de 2018 que estabelece a nova configuração regional da Sedese que impacta quantitativamente na composição das Urcmas, há casos em que chega a 30 municípios alterados em regional e preferir o procedimento a adotar a comissão contou com a presença do superintendente da Supin o Jamil A. Galupo, a Fabiane de Andrade Silva e o Jaime Rabelo Adriani, que fizeram apresentação e os devidos esclarecimentos sobre os critérios utilizados para estabelecer a nova configuração das diretorias regionais da Sedese, após a discussão e entendimento a comissão veio por consenso adotar a resolução nº 558 do Ceas de 2016 como documento norteador de funcionamento das Urcmas e os Fóruns em consonância a ela, eu só quero explicar um pouquinho porque eu quero apresentação se tratava de uma alteração das regionais de Sedese que ele rompia os municípios e para outras regionais, criar mais umas regionais e tinha proposta pra gente de decidir como proceder com as Urcmas mas é extensivo aos outros fóruns de usuários, entidades e trabalhadores, no sentido de que pela apresentação a gente teria uma autonomia relativa às Urcmas e os Fóruns continuarem usando os modelos das regionais ou seria os novos modelos, a gente entende que na prática o entendimento da comissão é que teoricamente seria impossível a continuação das Urcmas e Fóruns continuarem mas na prática teria vários desafios que sobrevivessem desfalcados vamos dizer assim das regionais e é importante ressaltar também que as pessoas que apresentaram elas colocaram e a gente conseguiu ver que a proposta ela é muito positiva no sentido de melhorar de propor a melhoria da eleição dos serviços que são feitas pela Sedese atender as demandas dos municípios então a gente entende que a proposta é muito positiva para desenvolvimento do SUAS, no entanto a gente trouxe uma proposta que foi recebida lá na reunião da comissão eu enquanto conselheiro coloquei eu não tinha conhecimento dessa atualização e ela já vem acontecendo sendo planejada a algum tempo e algumas ações já aconteceram à algum o tempo assim e a gente entendeu que o Ceas deveria ter conhecimento dessas ações e os apresentadores colocaram que não passaram pra gente o conhecimento então a gente entende isso gera impacto até quando a gente considera que na última conferência regional a gente propôs a criação dos Fóruns e Urcmas no Encontro Estadual acontecido este ano a gente fez os Fóruns e todos eles levam em consideração as regionais então a gente entende que terá um impacto naqueles lugares onde já foram construídas e na configuração que fez e que nós principalmente na qualidade de usuários vão ter cobrança enquanto conselheiros porque nós não

passamos isso naquelas oportunidades então o encaminhamento gerado pela deliberação da plenária é solicitar que a Sedese esclareça formalmente os motivos de não ter dado ciência e oportunidade de participação das tratativas que definiram a divisão das regionais e o compromisso para ações futuras o Ceas seja previamente convidado a participar das decisões que impactem efetivamente nos desenvolvimentos sociais por ele articuladas então só nesse sentido que a gente ter ciência para poder passar para nossos PAS, além disso a gente vai estudar mais de como vai continuar a configuração para a gente ter condição enquanto comissão de apoio aos conselhos municipais de conversar com os municípios como também pra nossa atuação dos Fóruns a gente ter melhor solução de conversar com os fóruns regionais e segmentos sobre essas mudanças, tem outro ponto mas querem discutir e aprovar esse? **Rodrigo:** Então em discussão. **João** – CMAS Pirapora: Esses assuntos nos remete à fazer uma reflexão de tudo que a gente acompanhou na conferência eu vou trazer aqui o que eu ouvi na conferência a gente não ouviu em momento algum nem Sedese nem Ceas a gente está falando peço desculpas se eu tiver errado mas se tiver errado a gente não era conselheiro na época conferência passada e agora recente a gente discutiu a questão da criação do fortalecimento da nossa Urcmas Montes Claros regional norte aonde a gente fez uma proposta e com a resolução lá do encontro de criar ali mais 3 Urcmas e aí a gente também agora começa a ter uma dor de cabeça de saber o seguinte o que a gente fez é legal para a Urcma que foi considerada e respeitada pela resolução do Ceas ou da Sedese eu não sei como está lá em cima se for da Sedese a gente vai respeitar porque a gente não sabe se pode criar mais uma porque a gente tinha uma Urcma só no norte de Minas quando a gente propõe criar mais 3 porque a região é muito grande e é muito complexa tem realidades muito diferentes a gente fica aqui com dor de cabeça porque quando a gente propôs a nossa redigitação lá no norte de Minas a gente fez uma análise de procedência e quando eu chego aqui em uma das reuniões eu fui olhar lá na Sedese 2 municípios que a gente colocou na nossa região estava em outra região eu vou dar um exemplo aqui da cidade de Lassance historicamente tudo deles é pactuado em Pirapora e nessa redivisão só que no nosso caso ela foi pra região de Curvelo pra regional de Curvelo e aí na hora que a gente fala da criação de nossa Urcma da regional de Buritizeiro o que acontece a gente começou a detectar que 3 ou 4 municípios que ali a gente tinha colocado junto com nós primeiro já começou uma discussão em Montes Claros 2 municípios que são da nossa regional porque a gente tem a pactuação da saúde então a gente utilizou aqueles dados ali que era o único diagnóstico que nós tinham pra discutir nós tinha que partir de algum lugar, aí pra nossa tristeza 2 municípios logo de cara se posicionaram contra ir pra nossa regional porque eles falam que a diária dos conselheiros pra ir a Montes Claros é maior do que ir para Buritizeiro então o

problema não está na proximidade está em ganhar diária um repúdio que eu trago aqui é complicado isso mas eu ouvi isso lá então é complicado e a outra é a gente não ter feito uma discussão anteriormente porque na realidade eu, Sandra, Arlete, Ariadna, Irajá que somos da região a gente pra ser sincero a gente nem sabia direito o que era Urcmas pra nós, isso pra nós era uma novidade quem sempre falava disso aqui era a companheira Soyla então gente é uma preocupação quando a Sedese faz essa divisão através de resolução e que a gente não toma conhecimento, então assim pra mim é descuido depois que a gente faz uma proposta a gente tem que voltar a trás agora a gente não sabe quem a gente vai convidar nós temos 14 municípios por aproximação ele cai pra 11 né Arlete e perdemos mais 1 fica só 10 então daqui a pouco a gente acaba não tendo nossa Urcma na regional e aí eu queria saber Simone se da forma que a gente fez se isso é legal. **Rodrigo:** Nós temos Soyla, Sandra e Isac inscritos aqui e aí eu vou pedir pra gente ser breve Soyla, rapidinho, por favor. **Soyla-CMAS Paracatu:** Uma das questões levantadas quanto a nova divisão eu até sugerir também levantei essa bandeira porque é importante está recebendo uma demanda muito grande dos municípios considerar para ela aquele momento depois que a gente ouviu a Sedese que nos apresentaram que desde 2015 está sendo feito esse levantamento da logística a demanda dos municípios a maioria são vinte e tantos municípios que foram solicitados através das suas diretorias regionais que fosse feita essa alteração, foi feito um redesenho da logística na base das diretorias regionais então assim deu um baseamento bem bacana pra nós que fez sentido a logística dentro da comissão, realmente questionamos isso porque não foi repassado isso pra nós antes e a gente não participou do processo o conselho estadual foi muito importante isso, até que tem só um probleminha companheiros é que João porque assim o que aconteceu antes deu ter essa informação eu estava no mesmo pensamento que você mais por isso que eu estou trazendo essas informações entendeu, eu tenho esse conhecimento que eu tenho hoje que é bacana sim no sentido da logística eu perdi município também, Lagamar foi pro Alto Paranaíba foi pra Patos e faz sentido assim Lagamar está a 100 km de Patos depois que eu fui analisar bem a situação e tem uma outra questão se a construção foi de 2015 a nossa resolução foi outubro de 2016 então nossa Urcma não estava legitimada na época então não podia assim entender que isso ia prejudicar a Urcmas entendeu essa construção que foi feita, o material vai ser um material pra nós que vai ser publicizado para nós através dos nossos email porque a comissão solicitou que fosse e daí a gente vai ter esse material para estudar também, o que a gente pode fazer para contribuir com as Urcmas e Fóruns até pra eles se reorganizarem se as coisas é para melhorar a gente tem que aprender a ser organizar e a gente também conversou com as diretorias regionais com Jamil principalmente o quanto é importante a Sedese hoje orientar os diretores

regionais a darem uma resposta mais satisfatória porque quando a gente foi questionar os diretores e aí porque a divisão dentro das regiões eu ouvi de muitos diretores de muitos assim de 3 regiões diferentes há foi enviado de cima pra baixo e não foi, eles participaram do processo, eles também levantaram os municípios que podiam ser alterados nesse desenho louco, então eles participaram do processo então eles assumam isso pros municípios e enfrentem também eles participaram da construção então essa orientação a gente também deu dentro da construção acho que foi bacana. **Sandra-CMAS** Montes Claros: Eu só quero falar o seguinte isso é pra nós viu João todo processo de construção ele trás afetação e o que foi nos apresentado ontem na comissão eu fiquei bem feliz por apresentar porque houve um processo de construção não foi aleatório eu acho que é um lema que pra mim acho que depois nós temos uma recomendação lá é que esqueceu de conversar com o vizinho sentar na mesa e tomar um cafezinho com o vizinho e conversar que foi o Ceas de sentar e conversar, a questão toda é essa, mas o processo de revisão das regionais da Sedese pra nós do norte foi muito bacana porque a região de Salinas ela ficava lá em cima e era super difícil de articular com eles e agora eles tem uma regional lembrando que nós não criamos 4 Urcmas nós criamos 4 subUrcmas para facilitar a articulação no norte de minas e a ideia é que essas subUrcmas tem discurso mas nós vamos completar pautas conjuntas nós vamos reunir posteriormente as 4 coordenação para fazer pautas conjuntas agendas conjuntas, isso vai dar para articular melhor dada distância do município a ideia é essa inclusive todo nosso encontro estadual conferência, ela vai pautar em cima da divisão da Sedese então a gente não pode sair fora disso daí não, então é isso é só uma questão de ponto acho certo a construção e vamos lá. **Isac:** Reforçando o que a Sandra falou gente a nossa compreensão da ação ela é muito positiva, compreendemos que funcionando vai realmente propor uma melhoria da atualização da Sedese no sentido de apoiar esses municípios eu vou falar aqui 4 dos pontos principais que estavam no Degef^{eas} que são: Sugestão dadas pelas diretorias regionais da Sedese, solicitação dos municípios (que é o segundo) para alteração de regionais de referência, a proximidade em km dos municípios acerca das diretorias regionais e abrangência dos territórios de desenvolvimento em Minas Gerais, então assim com relação a solicitação de municípios eles colocaram assim na medida do que foi possível eles atenderam a situação dos municípios que tinha município eu quero fazer parte daquela regional, tem casos que não é possível no sentido de melhorar o serviço foi observado e reforçar, nós não estamos criticando a ação ela é muito boa ação a única cobrança aqui é com relação aos Ceas não tem participado da construção não ter conhecimento sobre isso, no sentido principalmente da nossa sociedade civil que a gente estava contando com as escolas regionais nesse ano e deveríamos no nosso entendimento deveríamos já ter observado isso no

sentido que pelo menos o Fórum estadual de usuários ele é composto por indicações regionais e os outros também então foi colocado para gente o que nós estávamos discutindo lá era se encaminharíamos e aconselharíamos as Urcmas a seguir as regionais como a resolução das Urcmas descreve ou se aconselharíamos as Urcmas a continuar do jeito que estava e pensar numa outra nova resolução pra Urcmas pra resolver isso lembrando que os outros Fóruns também estão no mesmo caminho então nossa solicitação é só com para os esclarecimento porque nós não tivemos ciência disso em tempo e outra coisa vai ser repassado para os conselheiros a lista dos municípios que vão mudar de regionais que vão nos ajudar a conversar com os outros municípios para eles nos pedirem informações tanto dos conselhos municipais quanto outros segmentos. **Consolação:** Muito das coisas já foram faladas eu vou falar só do que não foi em relação da publicidade o que é participar em relação da publicidade em verdade a gente ficou sabendo disso demais conselheiros antigos da conferência do ano passado quando a gente inclusive fez a escolha de permanecer com a divisão antiga porque ainda não havia sido instalada as diretorias regionais nós pautamos isso no conselho então isso foi falado se a gente for falar do ponto de vista de quanto saiu o decreto quando saiu também o conselho recebeu teve não só o informe, o conselho recebeu isso então assim nós não pautamos então o conselho recebeu? Recebeu, foi falado em plenária? Foi falado em plenária mas talvez naquele momento não ligou-se que olha isso afeta a nossa resolução mas só para falar assim a informação veio, foi falado desde de 2015 a questão do estudo sim inclusive na época da conferência deu-se satisfação dentro da conferência sobre o estudo que estava sendo feito porque os municípios reclamaram, posso participar da conferência na regional X então isso foi falado só lembrando isso o conselho sabia? Sabia, então nós temos esses registro eu posso levantar isso eu tenho os registros. **Simone:** Veja só gente esse debate de território é um debate que eu é muito, muito, muito complexo não no sentido que nós não devemos discutir é porque na verdade tem que discutir território a partir das pessoas que moram no território, discussão de território não tem haver com divisão regional, todo estado faz isso mas por uma lógica só para ter uma racionalidade mas se a gente for discutir com os fóruns, as Urcmas os territórios de participação talvez não seja nem o antigo nem o novo talvez seja outro porque território é cortado por estrada, por dificuldade de ter ônibus de não ter por milhões de questões que vão fazendo a discussão do território, eu queria dizer isso então vai ser sempre conflituoso isso é uma questão, a outra coordenador Isac, eu acho com todo respeito a nossa secretaria executiva que a Sedese deveria ter enviado para o conselho oficialmente porque tem a ver com discussão de regionalização então isso impacta muito, impacta o plano estadual de regionalização, impacta na divisão dos fóruns e das Urcmas, impacta mesmo no tanto que a nossa

superintendência de vigilância e monitoramento veio na reunião também, não precisava deles virem né, então nesse sentido eu acho coordenador se o senhor me permite uma sugestão que a gente precisa saber melhor do impacto disso acho que hoje vocês tomaram conhecimento a nós todos, que eu também poderia ter tomado conhecimento eu poderia ter conhecimento não eu tomei conhecimento a minha obrigação era ter ligado Lé com Cré, como eu não liguei Lé com Cré, aí o negócio ficou desse jeito eu poderia ter ligado eu estou acompanhando eu tenho acesso à informação eu participo dos locais de decisão então eu também trago a culpa e a responsabilidade pra mim também, mas pra gente tentar achar um caminho mais adequado eu acho que a gente poderia solicitar a nossa equipe da vigilância para ela ver o tamanho da confusão pra gente ter mais clareza, trinta municípios é pouco para nossa avaliação trinta município é o problema ou não, e aí nós vamos ter que discutir o conselho vai discutir com a experiência que já tem como está sendo a organização dessas Urcmas, sabe porque? Porque as vezes a gente não tem que mudar nada as vezes é bom mudar em algum lugar e não mudar no outro, como é que nós vamos perceber o território a partir da participação popular é uma oportunidade que a gente tem também de aprofundar a discussão do território que nós ainda não temos acúmulos suficientes para essa discussão, não temos, tanto que a gente fica utilizando o território da regionalização por exemplo a única coisa que a gente tem certeza é que o serviço tem que ir e voltar do município no mesmo dia pra tentar atender os municípios e que o território tem que encontrar com a comarca é isso de acúmulo que nós temos só isso, então eu acho que é uma oportunidade podia pedir a nossa equipe de vigilância pra ela pegar a divisão porque ela ainda não pegou a divisão territorial de controle social e participação e ver o que isso impacta com o novo decreto porque aí a gente trás um outro material para a comissão pra gente tentar achar um caminho mas eu acho correto acho que a explicação que a Sedese vai ter que dar eu vou ter que pensar muito viu coordenador, eu vou falar com o senhor, que Lé com Cré, mas eu acho correto porque se o conselho assumiu a região com o território ele tem que ser escutado então eu acho que é importante passar essas sugestões.

Rodrigo: É Simone, é por isso que eu reforço a fala logo de manhã quando eu abri eu falei com você quando eu falei da questão do espelho eu só estou reforçando isso pra você. **Arlete-** Graal do Brasil. Então gente isso é final do dia.

Rodrigo: Você chegou atrasada você não viu. **Arlete:** Eu conversava com o Gilberto ontem quando estava sendo a apresentação eu não estou conseguindo ficar indignada com o que está sendo apresentado a minha indignação que não chegou até mim é porque eu compreendi na hora da apresentação que havia uma proposta de melhorar o serviço e reconstruir um mapa de acessibilidade para os municípios assim como melhorar a atuação das diretorias regionais, esse foi o meu entendimento, eu penso que nós das regionais podemos sim

fazer uma conversa com a nossa direção regional porque segundo ele foi orientado para que esta conversasse conosco, então eu acho que Ceas vai conversar com a Sedese Estadual mas nós nas regiões podemos conversar com as nossas regionais, pra mim isso tá posto e aí a gente enquanto regional podemos conversar, Sandra, Ariadna, Irajá e João, eu estou propondo que a gente faça isso, uma outra questão é que eu estou pensando quando a gente está vendo que há uma situação ela ainda não está posta e clara pra gente a gente não pode avançar construindo mais uma outra situação que pode causar mais dissabor lá na frente eu poderia fazer essa proposta para os conselheiros do Norte em Off mas eu vou colocar aqui porque a situação está aqui, eu não estou me sentindo segura para a gente consolidar a Urcma que compõe a regional enquanto não estabelecer uma ordem melhor no sentido dos municípios lá na nossa região, isso não quer dizer que a gente não vai fazer a gente só precisa adiar porque nós vamos passar uma informação agora e daqui a 1 mês quando a gente receber a orientação bem clara a gente vai chamar de novo para falar o que a gente já deveria estar sabendo acho que nem fica bem enquanto conselheiros estaduais chegar lá e dizer uma coisa agora porque nós já dizemos muita coisa que não é, e depois voltar e dizer a coisa que é, penso que não precisamos desfazer o que foi acordado mas nós precisamos ganhar um tempo para alinhar a nossa fala, manter o Ceas nesse lugar que está, o Ceas é muito bem visto e as pessoas confiam, então nós precisamos levar a informação minimamente correta para que os outros municípios possam se espelhar, essa é uma proposta que eu estou colocando quero conversar Sandra, Ariadna e João na hora que a agente sair daqui para que a gente também ter essa leveza no nosso trabalho na região, nós temos que está fazendo essa informação, nós precisamos informar todos lá para garantir pelo menos mais 1 mês pra gente poder dar encaminhamento, é isso presidente. **Rodrigo:** Na fala da Cris a gente encerra, viu gente. **Cristiane:** Então é o seguinte eu queria só pedir já que está dando essa informação eu acho que quando a gente amplia essa discussão na plenária acaba tendo outras coisas que talvez não tenha pensado dentro da comissão, aí eu vou pedir licença ao coordenador porque eu fiquei pensando uma coisa ali uma vez que nós vamos envolver a Vigilância que eu acho que é algo extremamente importante como que a gente consegue até auxiliar a secretaria executiva com os dados da Vigilância juntar as informações de quais são os Fóruns que as representações mudaram, entendeu, quem que mudou, quem que saiu, porque ontem nós estávamos com um problematizando lá na comissão porque que é importante a Sedese fazer esse pronunciamento formal, que realmente não se adentou tinha que ter envolvido o Ceas porque nós conselhos estaduais nós somos cobrados dentro da nossa representação, provavelmente quando nós colocarmos isso lá no Fórum das orientações das Entidades que provavelmente pelo movimento que eu vi lá eu não tenho

convicção mas pelo do que eu vi no território algumas representações que tiveram disputa no dia da formação do Fórum pra estar na coordenação saíram e ela vai ter que disputar lá de novo dentro do outro território e nós enquanto conselheiros vamos ser questionados, entendeu, então eu acho que é importante ser colocado isso que aí assim aos profissionais da Sedese ontem eu coloquei isso na comissão repito aqui esses equívocos acontecem mesmo, entendeu, e isso é importante pra gente entender que a gente tem que estarmos atentos eu tenho convicção que a equipe saiu de lá ontem, entendeu o tamanho do problema pra nós principalmente no momento que a gente não está podendo perder agente político a gente não está podendo perder pessoas interessadas em mobilizar e isso desmobiliza e eu tenho convicção pra 2 pessoas que ontem foram na comissão tomem cuidado eu acho que é importante isso pra preservar os movimentos e a gente reconhecer que realmente poderia ter sido pensado a gente está falando de um decreto de 2016 que nós fizemos a conferência em 2017, não, operação em 2018, foi abril de 2018 mas ela foi enquanto Ceas, então assim o que acontece, isso tem impacto na nossa credibilidade pra dentro do nosso segmento, eu não estou dizendo aqui que a gente vai ter progressão, mas importante é chegar com nossos olhos é isso, realmente é disputa gente não tem jeito. **Rodrigo:** A proposta é que a comissão mantem a proposta de cobrar da Sedese e a Sedese faz uma outra proposta também de acionar a Vigilância. **Isac:** Além disso gente a Sedese disponibilizou a lista de municípios que vão migrar de regional e vai ser enviado para todos os conselheiros também, só lembrando que o negócio é muito bom. **Rodrigo:** Ok, então podemos votar conselheiros, então o conselheiro que aprova o encaminhamento que eu acabei de falar e eles acabaram de complementar, contrários, abstenções, João abstêm. Vamos para o último ponto né Isac, por favor. **Isac:** O último ponto que foi o quinto ponto de pauta é a apresentação da proposta de planejamento do resultado do encontro estadual de Fóruns, só para traduzir a proposta pra gente analisar sobre as ações tiradas no encontro estadual de formação dos fóruns estaduais do Suas e que a gente precisava estudar o planejamento de execução das ações propostas no encontro estadual e ontem não deu pra gente ler tudo então a proposta que trouxemos como encaminhamento para deliberação dessa plenária é da gente agendar uma reunião extraordinária para comissão para discutir o quadro após a leitura pelos conselheiros de todas as propostas lá e uma sugestão é que seja na quarta-feira antes da próxima plenária pra gente conseguir se debruçar apenas naquilo pra dar conta de planejar ali e não prejudicar as outras causas da comissão. **Rodrigo:** Alguma dúvida? Eu estou acostumado a chegar em casa 11 horas. **Sandra:** É só para assim, pra gente discutir assim é o seguinte quando convoca uma extraordinária para discutir essa questão da proposta e tentar fazer um planejamento, qual a discussão que fizemos é que esse material

que saiu do encontro estadual ele é subsídio pra nortear o planejamento nosso encontro de novembro para as conferência regionais e conferência estadual então dado isso a gente não poderia naquele momento ali olhar o material que não ia dar tempo pra discutir, pra olhar, pra conversar e planejar então a gente precisaria de um tempo mesmo para poder debruçar nesse material todo mundo ter o material na mão e debruçar nesta perspectiva do que vem pela frente até 2019. **Rodrigo:** Vocês vão fazer de todos os segmentos, a comissão de apoio vai fazer de todos os segmentos, podemos votar então conselheiros o encaminhamento da comissão? Conselheiros a favor do encaminhamento da comissão, Contrários, abstenções, João se abstêm, e última votação conselheiros que eu havia esquecido que era para abrir a plenária da tarde com isso é a aquela carta que eu li no final das palestras, carta aberta aqui tem nome e eu falei da emenda constitucional eu não vou ler porque eu já li, é enorme eu queria colocar em votação para registro porque no primeiro momento não foi deliberativo por isso que eu votei logo depois que eu a li para que o Ceas dê publicidade a carta aberta. Conselheiros a favor da carta aberta, contrários, abstenções, unanimidade. Muito obrigado conselheiros muito obrigado a todos e todas.

Conselheiros	RepresentatividadeAS	Assinatura
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo	CMAS Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Cristiane Isabel Felipe	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - IMSNS	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Deborah Ackerman	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	

Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS de Campo Belo	
Gilberto Donizete Ribeiro	Cogemas	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB	
Márcio Caldeira	ASSPROM	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das Apae's	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	
Wilson da Sales Lana	SEF	